

5 - EMIGRAÇÃO

- Configurações

"O Brazil era o seu ideal; ali quem trabalha tem a justa recompensa do seu trabalho"...

Baptista Machado, *Commercio e Industria*,
1º vol, nº 19, 1881.

O "horizonte mítico" é o grande operador da emigração, ao nível das decisões individuais e familiares, independentemente do posicionamento social à partida ou do desnível entre mito e realidade que se venha a verificar. Ele assegura o cerzir entre o individual e o familiar, entre as estruturas da subjectividade e os constrangimentos sociais externos. Emigrar significa ir ao encontro de aspirações construídas no confronto com o meio e representações sociais nele dominantes, apoiadas no exemplo de figuras reais e próximas. Confrontação que estimula mecanismos emulativos, conforme sublinha, de forma generalizada, a bibliografia oitocentista, ao apontar o "brasileiro" de retorno como causa da emigração, num processo relacional e circular:

*"Aos novos atrae-os o Brazil, o brasileiro que voltou rico, que comprou as terras do morgado, que dá dinheiro a juro, que faz uma festa ruidosa, com grandes esmolas aos pobres e lauttos jantares aos ricos, desperta-lhes a ambição e não descançam sem ir também para o Brazil"*¹.

Neste sentido, a expectativa subjacente na epígrafe ajustava-se, sem dúvida, à grande maioria dos emigrantes que rumavam ao Brasil. Por ironia do destino, não se concretizou para o jovem portuense a que o texto biográfico se refere², contraditado pela família, obrigado a permanecer na terra natal, o que não o impediu de vir a ser negociante de sucesso. Mas poderíamos referir, por exemplo, o caso de Henrique Costa Leite, filho de um armador do Porto, com navios utilizados na emigração, que, ouvindo no escritório paterno as histórias dos que voltavam, pede para embarcar para o Brasil aos 11 anos, no

¹ RIBEIRO, Augusto, "Henrique da Costa Correia Leite", *Commercio e Industria*, 1º Vol., nº 17, 1881, s/p. Trechos de sentido idêntico ao transcrito abundam em numerosos artigos e volumes publicados no século passado.

² Cf. MACHADO, Baptista, "Francisco Ferreira da Costa Guimarães", *Commercio e Industria*, 1º Vol., nº 19, 1881, s/p.

que foi atendido pelo pai. Inicia, assim, uma trajetória que o há-de levar a estadias em diversos países, num exemplar percurso de andarilho, com fixação inicial no Rio de Janeiro (1836), correndo depois o Brasil (S. Paulo, Campos, Baía, Pernambuco), para voltar ao Porto catorze anos mais tarde (1850), já com nome firmado na praça, apesar dos seus 25 anos. Parte, no ano seguinte, com uma carregação de vinhos para Angola e Cidade do Cabo, passa aos Estados Unidos, volta a Portugal (1855), para regressar ao Rio (1857). Fixa-se, mais tarde, em Buenos Aires (1867), onde se torna um importante distribuidor de vinho do Porto, passando depois para Paris, em 1875, onde será um dos organizadores da presença portuguesa na Exposição Universal de 1878³.

Poderíamos multiplicar os exemplos de percursos migratórios, entre sucessos e fracassos, jogando com as tensões ambíguas entre os indivíduos e as famílias, ora expulsivas, ora de sentido unificador e centrípeto, de acordo com os ciclos familiares e os acontecimentos de natureza demográfica neles inscritos. Tensões assentes numa "aspiração difusa à melhoria relativa" e resolúveis tanto na aceitação das pressões familiares, obedecendo à supremacia da lógica colectiva, como na sua recusa, fugindo a essas pressões, em afirmação individualista, numa diversidade de caminhos que confluem na emigração⁴.

Mas se os projectos individuais são condicionados pelas lógicas familiares, empenhadas estas no processo de reprodução social, protector mas limitativo, ambas se diluem, no entanto, nas teias mais vastas da interdependência que conexiona economias e sociedades, isto é, na complexidade do campo histórico. Jogando em dois tabuleiros, afastados social e geograficamente, o emigrante vê desvanecer-se o seu protagonismo, ao arrepio das expectativas acumuladas, num quadro em que diminui o seu domínio de informação e cresce a sua dificuldade de inserção nas redes dominantes. Integrado em fluxos de mão-de-obra, crescentemente massificados, o emigrante torna-se, cada vez mais, peão de lógicas que não domina, de destinos que não controla, emergindo, então, a natureza social dos fluxos migratórios, dotada de uma dinâmica específica.

Como se desenham, no tempo e no espaço, estes fluxos, como se articulam na conjuntura? Como se ajusta e evolui o perfil do emigrante na corrente sempre renovada? Para responder a estas questões, e sem pretendermos a redução artificial da diversidade à unidade de um modelo, procuraremos desenhar algumas configurações⁵ do movimento

³ Cf. RIBEIRO, Augusto, *ob.cit.*

⁴ Cf. GRIBAUDI, Maurizio, "Stratégies migratoires et mobilité relative entre village et ville", in LE BRAS, Hervé (apres.), *Population*, Paris, Hachette, 1985, pp. 387-411.

⁵ Sobre o conceito de "configuração", enquanto instrumento conceptual mediador entre os de "indivíduo" e de "sociedade", no sentido de esbater o antagonismo tradicional e favorecer a percepção da interdependência, cf. ELIAS, Norbert, *Introdução à Sociologia*, Lisboa, Edições 70, 1980, pp. 140-145.

colectivo, apoiando-nos na pouca informação sobre muitos emigrantes, em detrimento da muita informação sobre poucos, conferindo, nesta fase da investigação, uma natureza serial ao problema.

Para este tipo de leitura, utilizaremos principalmente a base de dados construída a partir da informatização dos registos de passaportes emitidos pelo Governo Civil do Porto no século passado: são, na totalidade 122081 registos (referenciando um total de 137603 indivíduos), correspondentes aos passaportes emitidos entre os anos 1836-1879 e nos de 1889 e 1899. Estes dois últimos anos foram levantados como meio de controlar a evolução das tendências encontradas e confrontar os dados das estatísticas oficiais publicadas a partir da década de 1880⁶. Trata-se, portanto, de uma reconstituição estatística, utilizando os diversos elementos de identificação dos registos, para um período anterior à publicação regular e oficial do movimento de emigração⁷.

5.1 - A corrente migratória do Porto

Trabalharemos, a partir de agora, com a emigração legal observada no distrito do Porto, não a totalidade da que embarca pela barra do Douro, mas a dos naturais ou domiciliados no espaço distrital que aqui obtém passaporte, quer saiam pela barra do Porto, quer por outro lugar.

Debruçando-nos sobre uma corrente regional, importa interrogarmo-nos sobre a sua representatividade no conjunto da emigração nacional⁸. Assim, se excluirmos os casos especiais das ilhas dos Açores e da Madeira, verificamos que a emigração portuense na segunda metade do século XIX⁹, atingia proporções muito elevadas no

⁶ As estatísticas oficiais ("Anuários Estatísticos" e "Movimento da População"), para o século XIX, seguem de perto os registos de passaportes, não tendo nós encontrado grandes diferenças. Os pequenos desvios encontrados, para além de eventuais erros aritméticos, ficam a dever-se a algumas repetições e/ou anulações, bem como à inserção deslocada de uma ou outra "referenda" a estrangeiro, para as quais existiam livros próprios, pormenores que nós corrigimos. Para além disso, há casos muito raros de ilegibilidade actual, que não conseguimos ultrapassar.

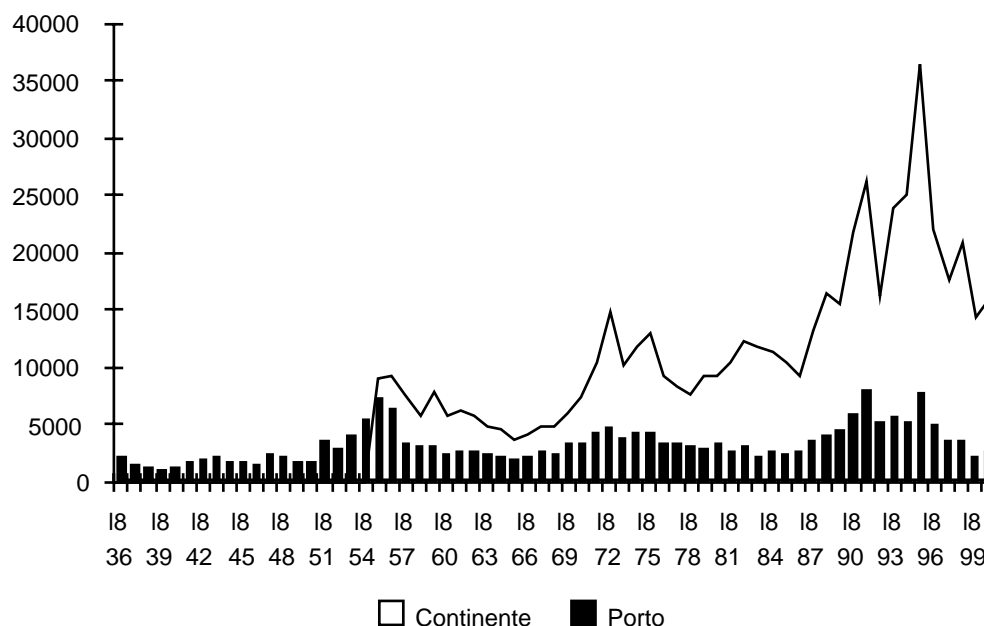
⁷ É possível encontrar os números globais para a emigração do Porto relativamente a alguns anos, através dos relatórios do governador civil apresentados à Junta Geral. Nos anos 50, esses cálculos dizem respeito a toda a emigração saída pela barra do Douro e tinham por base as relações entregues pelos capitães dos navios. No relatório de 1878 surge uma contagem através dos passaportes emitidos para o Brasil e Estados Unidos.

⁸ Para os dados de Portugal Continental, seguimos LEITE, J. Costa, "Emigração Portuguesa: a lei e os números (1855-1914)", *Análise Social*, nº 97, 1987, pp.463-480.

⁹ Para os anos anteriores a 1855, não há dados que permitam quantificar a emigração a nível nacional. Para o Porto, podemos fazê-lo sistematicamente a partir de 1836, embora ainda existam informações com lacunas para os dois anos anteriores. Para o caso de Viana, cf. RODRIGUES, Henrique Fernandes, A

contexto dos fluxos originários do território metropolitano (Gráf. 5.1). Partindo de uma situação preponderante (82% em 1855), a emigração do distrito do Porto vai perdendo representatividade ao longo dos anos, e já a partir de 1857 desce para cerca de 45%.

Gráf. 5.1 - Emigração comparada: Continente e distrito do Porto



Fonte: LEITE, J. Costa, ob. cit. (para os dados do Continente).

No entanto, até ao final da década de 60, esta corrente assegura uma quota que oscila em torno dos 50%, o que revela a sua importância, pois por esta época, por cada dois emigrantes que saíam de Portugal Continental um era do Porto. Com o início da década de 70, passa a situar-se num intervalo de 30-40% do total. A partir de 1881, em cada quatro emigrantes metropolitanos apenas um é do Porto (quota de 20-30%), números que baixam para um em cada sete no final do século - 15% em 1899, num relativo e gradual decréscimo, derivado do crescente contágio emigratório ao restante espaço nacional (Quadro 5.1).

Quadro 5.1 - Emigração - Portugal Continental e Porto

Anos	Continente	Porto	P/C (%)	Anos	Continente	Porto	P/C (%)
1855	8953	7389	82,53	1878	7603	3073	40,42
1856	9183	6494	70,72	1879	9298	3020	32,48
1857	7673	3402	44,34	1880	9277	3370	36,33
1858	5695	3265	57,33	1881	10286	2765	26,88
1859	7902	3092	39,13	1882	12212	3142	25,73
1860	5665	2518	44,45	1883	11860	2303	19,42
1861	6241	2689	43,09	1884	11332	2699	23,82
1862	5750	2649	46,07	1885	10337	2420	23,41
1863	4870	2525	51,85	1886	9207	2775	30,14
1864	4692	2253	48,02	1887	13206	3595	27,22
1865	3745	2043	54,55	1888	16475	4190	25,43
1866	4124	2271	55,07	1889	15592	4680	30,02
1867	4805	2670	55,57	1890	21863	5905	27,01
1868	4782	2396	50,10	1891	26140	8084	30,93
1869	6035	3327	55,13	1892	16297	5275	32,37
1870	7310	3362	45,99	1893	23931	5667	23,68
1871	10388	4253	40,94	1894	25129	5392	21,46
1872	14814	4864	32,83	1895	36553	7761	21,23
1873	10083	3797	37,66	1896	22100	5023	22,73
1874	11849	4365	36,84	1897	17533	3714	21,18
1875	12978	4419	34,05	1898	20791	3674	17,67
1876	9257	3439	37,15	1899	14282	2218	15,53
1877	8362	3435	41,08	1900	16033	2753	17,17

Fonte :

LEITE, J. Costa, ob.cit.... (para os dados nacionais)

Embora seguindo de perto as oscilações anuais do conjunto nacional, para as quais contribui, não ficando imune às conjunturas que favorecem os picos de expulsão e/ou atracção, o Porto mantém um fluxo mais ou menos estável de emigração, permitindo induzir que as oscilações mais bruscas do movimento geral provém dos distritos envolventes de maior ruralidade, mais sensíveis às alterações sócio-económicas e aos momentos de crise, bem como às medidas de atracção de mão-de-obra. Inicialmente fenómeno localizado na faixa litoral do Noroeste a emigração nacional, a partir da década de 80, sofre uma transformação explosiva e alastra ao resto do País, em especial ao Norte e Centro interiores, evidenciando alterações quantitativas e qualitativas¹⁰. Mas a persistência da corrente migratória portuense (que podemos remontar ao século XVIII, como já vimos) alimenta a existência do movimento em cadeia e faz ressaltar o papel das redes existentes, que asseguram a manutenção da emigração, independentemente da conjuntura. Por outro lado, conduz-nos tanto à sua interpretação estrutural, na linha da proposta de Vitorino Magalhães Godinho, como às teses que defendem a emigração desta

¹⁰ Cf. SERRÃO, Joel, *A Emigração Portuguesa*, 2ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1977, pp. 29-37.

zona geográfica como um processo inserido numa lógica de reprodução social¹¹, assente num processo de exclusão que visa a manutenção do património e se baseia numa lógica de distribuição profissional bastante diversificada para a descendência masculina. Lógica que não se circunscreveria ao espaço da delimitação distrital, mas que teria o seu lugar no espaço litoral mais ou menos amplo, com a região do grande Porto como epicentro, ou seja, a chamada "área das doações", na designação de Rosa Moreira da Silva¹². Um observador atento dos meados do século passado, confirma-nos esta última imagem, numa versão estereotipada:

*" Na provincia do Minho, o destino futuro dos seus habitantes é seguro e pouco variado. O chefe de uma familia olhando de ao pé da lareira onde descança das fadigas diarias para o berço dos filhos, vê sobre cada um d'elles a estrella que lhe indica o futuro. O primeiro herdará os trabalhos da lavoura, ficará em casa e será o sucessor de seu pai no pobre solar que ha seculos representa na aldeia a honradez e o trabalho da sua humilde mas respeitavel familia. O segundo procurará na carreira ecclesiastica ou na advocacia, o meio honroso de servir a sociedade, que elle honra com as suas modestas e evangelicas virtudes. O terceiro exercerá na capital do Minho ou do Porto a vida commercial por modo tão probo e activo que não lhe será difficil vencer as difficuldades com que tem de lutar, para que venha a ser em pouco tempo chefe de alguma das principaes casas commerciais do reino. Ao quarto e quasi sempre ultimo filho cabe a sorte de emigrante. É elle a esperanza do futuro da sua familia, porque os que partem da casa paterna para a vida desigual do mundo, não se esquecem nunca de que são irmãos, seja quais forem as differenças que adquiram em haveres e honrarias"*¹³.

Raramente as coisas se processavam desta forma tão linear e mecânica e a perspectiva optimista de só o quarto filho das famílias rurais emigrar está muito longe de corresponder à verdade, como evidenciámos em capítulos anteriores, mas é importante reconhecer a dominância desta representação, enquanto interpretação da

¹¹ Cf. ROWLAND, Robert, "Emigración, estructura y región en Portugal (siglos XVI-XIX)", in ROEL, Antonio Eiras, *Emigracion Española y Portuguesa A America* (Actas del II Congresso de la Asociación de Demografía Histórica, Alicante, Abril de 1990), Alicante, Instituto de Cultura Juan Gil Albert, 1991, pp. 137-146.

¹² Cf. SILVA, Rosa Fernanda Moreira da, "Contrastes e Mutações na Paisagem Agrária das Planícies e Colinas Minhotas", *Studium Generale*, nº 5, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, pp. 9-117.

¹³ SÁ, Ribeiro de, "Banco do Minho", *O Commercio do Porto*, nº 95, de 28 de Abril de 1864. Ribeiro de Sá era um publicista de largos méritos, tendo sido director da Revista Universal Lisbonense, e produzido, em diversas publicações, muitos artigos de temática económica, com especial relevo para a cobertura da Exposição Industrial do Porto, em 1861.

realidade pelo senso comum, logo, dotada de operacionalidade social, embora seja de sublinhar a sua aderência aos grupos sociais mais elevados. Ainda na linha do afastamento da descendência masculina para a emigração, uma interpretação mais radical pode ser lida numa concisa nota que acompanha a estatística de 1888 sobre o Porto, onde se afirma que *"a excessiva divisão da propriedade é causa de que os trabalhos ruraes sejam feitos em grande parte pelos chefes de familia e suas mulheres e filhas, emigrando os filhos, pois os salários que auferem nos trabalhos ruraes, conquanto actualmente mais elevados, não são bastante remuneradores, nem correspondem ao preço das substancias"*¹⁴. Diferenças de ponto de vista e de focalização mas também de conjuntura, entre os meados e os finais do século passado a darem-nos conta da natureza evolutiva do fenómeno emigratório.

Mas face às análises impressionistas, avancemos no sentido de apreendermos as configurações quantitativas da corrente emigratória, de forma a sabermos exactamente quem emigra, que características apresenta, que relações se estabelecem entre a corrente migratória e o todo social e a forma como evolui o perfil do emigrante, com base em indicadores consistentes.

¹⁴ *Movimento da População, Estado Civil -Emigração, Anno 1888*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892, p. 201.

Quadro 5.2 – Indicadores demográficos – Continente e Distrito do Porto

Indicadores	1838	1841	1858	1864	1872	1876	1878	1890	1900
População : P	341841	361648	375982	410665	437347	458508	461881	546262	598164
C	3224474	3396972	3584677	3829618			4160315	4660095	5039744
Índice cresc. : P	100	106	110	120	128	134	135	160	175
C	100	105	111	119			129	145	156
T.C. Anual (‰): P		1,89	0,23	1,48			0,84	1,40	0,91
C		1,75	0,32	1,10			0,59	0,94	0,78
Densidade (H/k2): P	147,8	156,4	162,6	177,6	189,2	198,3	199,8	236,3	258,7
C	36,3	38,3	40,4	43,2			46,9	52,5	56,8
Sex-ratio: P			83,2	82,3	83,7	83,4	85,6	87,5	86,7
C							92,2	93,5	91,9
TBN (‰): P	35,7	32,2	28,9	29,2	32,0	35,5		35,8	34,7
C	30,7	31,0	32,4	34,8				32,4	29,6
TBM (‰): P	18,9	21,2	19,5	21,1	24,1	24,7		25,9	22,6
C	20,4	19,0	27,7	25,2				24,8	20,0
TBNup. (‰): P	7,1	9,3	7,2	6,4	7,2	8,4		7,6	6,8
C	7,3	6,9	7,6	6,8				7,0	6,7
TB Emig. (‰): P	3,6	4,7	8,7	5,5	11,1	7,5	6,7	10,8	4,6
C			2,5	1,2			1,8	4,7	3,2
Saldo Fisio. (‰): P	16,8	11,0	9,4	8,1	7,9	10,8		10,0	12,1
C	10,3	12,0	4,7	9,6				7,6	9,6

Obs : P - Distrito do Porto; C- Portugal Continental.

Nesta linha, observemos a inserção demográfica da emigração no distrito do Porto, relacionando-a com o respectivo potencial de população. É certo que teremos de avançar sempre com algum espírito de aventura se quisermos quantificar as tendências dos fenómenos demográficos para o século XIX: se em 1864 dispomos do primeiro censo, só a partir de 1885 surgem as estatísticas de estado civil, de forma sistemática¹⁵. Para trás, o que fica são contagens administrativas, recolhidas pela cadeia burocrática: regedor na freguesia, administrador no concelho, governador civil no distrito, e, por fim, administração central, numa informação sucessivamente decantada, que depois de resumida é, por vezes, publicada, no diário oficial. No entanto, correndo os riscos inerentes à falta de qualidade e homogeneidade de tais fontes (que a utilização global diminui) e ultrapassando a irregularidade cronológica, é possível avaliar alguns indicadores sintéticos que evidenciem as características demográficas do distrito do Porto no período oitocentista e a sua comparação com as da totalidade do território nacional (Quadro 5.2)¹⁶.

O distrito do Porto é o espaço regional de maior densidade demográfica, com cerca de 150 habitantes por km² em 1838, evoluindo numa progressão contínua que lhe confere o nível de 258 h/km² no findar do século. Se a polarização urbana era de algum modo responsável por esta concentração, sublinhe-se que a cidade do Porto apenas representava 25% da população distrital em 1900, sendo a litoralidade da região e a dinâmica económica a ela inerente responsáveis, em grande medida, pela forte humanização do espaço. Saliente-se que o distrito de Braga, o mais próximo do Porto em densidade, se ficava quase pela metade (124 h/km², em 1890) e o de Aveiro estava já consideravelmente afastado (99 h/km², na mesma altura), enquanto a densidade média nacional, no final do século, pouco ultrapassava a meia centena de habitantes.

A progressão vertiginosa da pressão demográfica sustenta-se naturalmente sobre o crescimento da população, que, como podemos verificar, se efectua a um ritmo superior ao do espaço continental, se exceptuarmos o período dos anos 50 (representado no quadro por 1858), período em que, tanto ao nível da evolução do índice de crescimento como na taxa de crescimento anual médio, o Porto é ultrapassado pelo conjunto nacional.

¹⁵ Sobre este tipo de dificuldades, cf. PEREIRA, Miriam Halpern, "Demografia e desenvolvimento em Portugal na segunda metade do século XIX", *Análise Social*, nºs 25-26, pp. 85.117.

¹⁶ Para a elaboração do Quadro 5.2 utilizámos uma grande diversidade de fontes, para além dos dados obtidos pessoalmente através da base de dados de passaportes:

SERRÃO, Joel, *Fontes de Demografia Portuguesa, 1800-1862*, Lisboa, Livros Horizonte, 1973.

Censo da População, para os anos de 1864, 1878, 1890, 1900.

Anuário Estatístico, para os anos de 1885, 1892, 1900, 1904.

Movimento da População, de 1888 e 1893.

Emigração Portuguesa, ano de 1901.

Relatório apresentado á Junta Geral do Districto do Porto..., para diversos anos.

Esta quebra na década de 50 tem, naturalmente, a sua explicação no pico emigratório que então se verifica, bem como na epidemia da *cholera-morbus* de 1855 que atacou com bastante intensidade em alguns concelhos do Distrito, nomeadamente na cidade, fazendo lembrar a de 1833, mas sem atingir agora a mesma virulência. Detectada a 15 de Maio em Gaia (no Candal), a epidemia alastra rapidamente aos concelhos ribeirinhos (Marco, Baião, Gondomar), com os barqueiros do Douro a terem um papel difusor, dados os seus contactos com a região do Alto Douro, aonde a cólera já grassava há mais tempo. Tem ainda na Póvoa, Vila do Conde e Bouças um grande impacto, chegando de forma menos virulenta ao interior (Maia, Santo Tirso, Penafiel, Amarante). Ao todo, no distrito, foram atacadas 4760 pessoas, das quais sucumbiram 1973, segundo os dados oficiais¹⁷. Ultrapassado este período o ritmo de crescimento populacional do distrito do Porto acelera mais, com uma descolagem decisiva nas duas décadas finais, em relação à imagem nacional.

Como se traduz esta dinâmica populacional do Porto nas diversas microvariáveis demográficas? Quer a natalidade, quer a mortalidade mantém taxas uniformes ao longo do século, com uma ligeira contracção nos anos 50/60, e variações de pequena amplitude (deve conceder-se pouca fiabilidade aos dados da mortalidade dos primeiros anos do quadro, que parecem pecar por defeito, como era usual, pois só assim se consegue explicar a tendência crescente da TBM para o distrito). Estes indicadores tornam-se mais expressivos se procedermos à comparação dos obtidos em 1900 (TBN - 34,7‰ e TBM -22,6‰) com os do início do século XIX e fizermos ressaltar a sua quase coincidência: em 1801, a TBN era de 35‰ e a TBM de 22.2‰, para a diocese do Porto¹⁸. Assim, no tempo em que começam a surgir as grandes mudanças demográficas, o Porto permanece ainda rotinado na tradição, agarrado a uma natalidade elevada e a uma mortalidade que resiste à descida e que no final do século surge como superior à média nacional¹⁹. Comportamentos extensivos ao País no seu conjunto, embora se observem já algumas indicações de quebra no Sul, especialmente em Lisboa. Só para os finais do século, porém, faz algum sentido falar de uma relativa supremacia demográfica do Porto, do ponto de vista do crescimento, nomeadamente através da manutenção de um saldo fisiológico ligeiramente mais elevado que o nacional. Os outros grandes traços distintivos

¹⁷ *Relatório da epidemia de cholera-morbus em Portugal nos annos de 1855 e 1856*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1858, pp. 91-237.

¹⁸ Cf. SOUSA, Fernando de, *A População Portuguesa nos Inícios do Século XIX*, Porto, dissertação de doutoramento, 1979, p. 327.

¹⁹ Se a mortalidade era elevada no conjunto do Distrito, mantendo níveis próximos dos de Antigo Regime, era ainda mais intensa na cidade, aonde a falta de saneamento contribuía para o assomo frequente de pequenas epidemias.

são as elevadas taxas de emigração, cuja aproximação à média nacional só se verifica em 1900, e o grande desnível entre os sexos, pois o "sex-ratio" apresenta para o Porto valores relativamente baixos, pouco superiores a 80 (longe do nível de equilíbrio 100), a denunciar a masculinidade do êxodo populacional.

Centrando-nos, agora, na variável emigração ao nível do distrito do Porto é possível aduzir uma informação mais sistemática, calculando as taxas brutas anuais de emigração (TBE), de forma a confrontar a sua intensidade com o volume de população. Para isso, partindo do conhecimento dos volumes demográficos globais do distrito para os anos apontados atrás, e utilizando as taxas de crescimento anual médio²⁰ para os intervalos respectivos, estimámos a população para os diferentes anos. Para além da TBE, procedemos ao cálculo da média móvel quinquenal sobre as taxas apuradas, de forma a ultrapassar os números eventualmente desgarrados do conjunto e a apreender mais facilmente as tendências subjacentes às flutuações observadas. A imagem mais saliente é a de que não existem, no curto prazo, grandes desvios em relação à média móvel, com o desenvolvimento de ambas as curvas a sugerirem uma quase sobreposição, com a excepção dos anos de 1855, 1856, 1891 e 1895, que correspondem a picos bem marcantes no fluxo emigratório, rompendo a linha tendencial (Gráf.5.2).

A visualização da linha emigratória sugere, porém, a existência de ciclos bem demarcados ao longo das suas oscilações. Na sua linha tendencial, esses ciclos apresentam um paralelismo aos encontrados por Joel Serrão para o volume de emigração a nível nacional,²¹ embora aqui esteja em causa um indicador diferente, de natureza relativa - as taxas de emigração. Assim, tendo em conta as ondulações em crista a denunciar os picos de maior intensidade, podemos delimitar cronologicamente esses ciclos, apontando como limites os níveis de intensidade mais fraca, bem como o pico central que neles se enquadra:

1839 a 1865, com pico em 1855;
 1866 a 1883, " " " 1872;
 1884 a 1899, " " " 1891.

²⁰ Para o cálculo desta taxa, de natureza geométrica, seguimos a fórmula:

$$\log (P_n/P_o) = n \log(1+a)$$

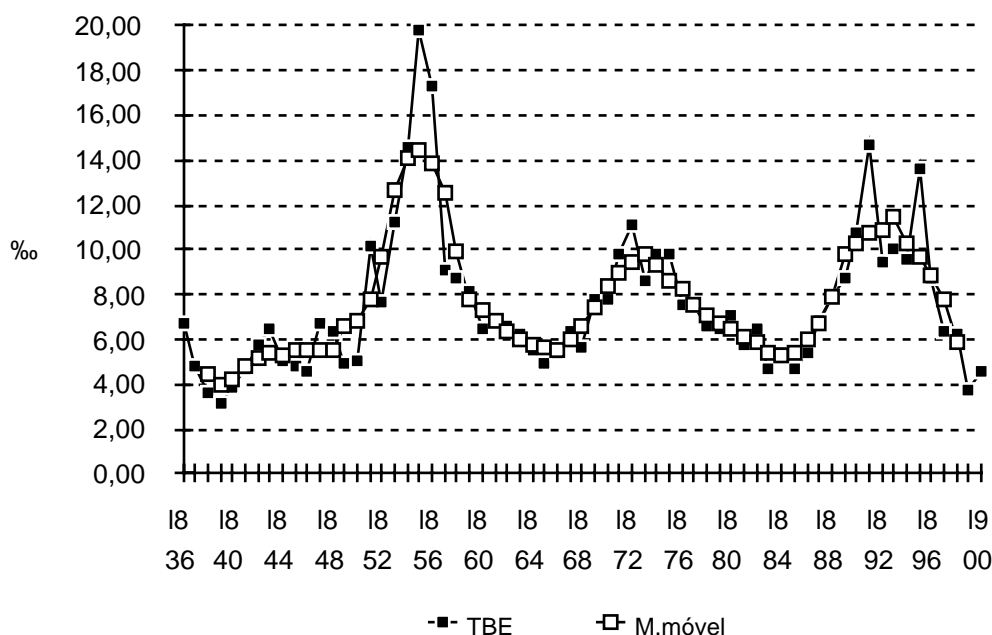
em que

a = taxa de crescimento anual médio; Po = população inicial; Pn = População noutra momento; n = número de anos de intervalo.

Cf. NAZARETH, J. Manuel, *Princípios e Métodos de Análise Demográfica*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, pp. 164-167.

²¹Cf. SERRÃO, Joel, *A Emigração Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1977, pp. 32-37 (Fig.1).

Gráf. 5.2 - Distrito do Porto: Taxas Brutas de Emigração e Médias Móveis



A primeira tentativa explicativa é, naturalmente, relacionar os picos migratórios com a cronologia das crises nacionais, hoje bem conhecidas e documentadas, nomeadamente por David Justino²², principalmente os de 1855 e o de 1891 que encaixam em períodos de reconhecida dificuldade, pois o de 1872 já se situa numa fase de recuperação. Essas dificuldades, marcadas por grande elevação de preços, coincidiram mesmo com agitações populares na cidade do Porto, evidenciando o mal-estar social então vivido. Mas a emigração é um fenómeno de relação e por isso não é possível falar dos fluxos migratórios sem referir as condições do espaço de acolhimento. E nesse aspecto, pode referir-se que os crescendos emigratórios coincidem com fases de expansão da economia brasileira, facto que motivou a implementação de políticas de atracção de mão-de-obra europeia: os anos 50 são marcados, como já referimos em capítulo anterior, pelos subsídios do Estado para a introdução de colonos, na sequência do fim do tráfico da escravatura e como resposta a um período de grande progresso, não só nas plantações como nas obras públicas; no final da década de 60, apesar de ainda durar a guerra com o Paraguai, já se sentia a vitória brasileira, vivia-se o surto da cultura algodoeira face à

²² Cf. JUSTINO, David, *A Formação do Espaço Económico Nacional, Portugal 1810-1913*, 2º volume, Lisboa, Vega, 1989, pp. 49-94.

retracção da produção americana, o câmbio recuperava da queda desde 1868, e nos inícios dos anos 70 já o Estado concedia de novo subsídios à imigração, agora atribuindo-os às companhias de navegação como forma de baixar os preços da viagens; nos meados da década de 80 nova recuperação cambial e aplicam-se subsídios à imigração familiar, em sintonia com o fim da escravatura. Para além da procura efectiva no mercado de trabalho brasileiro, marcado favoravelmente pelo expansionismo económico (não podemos esquecer a industrialização de S. Paulo pelos finais do século), a verdade é que as fases altistas da nossa emigração (neste caso, a do Porto) coincidem sempre com fases de subida de câmbio e com a aplicação de incentivos à imigração para o Brasil. Estes constituem talvez os dois elementos mais explícitos na informação sobre a situação geral do Brasil junto dos candidatos à emigração e tornam-se particularmente operativos quando, do lado de cá, se vivem momentos de crise. Talvez por isso o pico de 1872 seja bem menor do que os outros dois apontados, pois por essa também por aqui se vivia uma euforia relativa, em grande parte, aliás, fruto da vinda de remessas do Brasil.

No entanto, estando em análise um fenómeno regional, que sofre uma grande interferência burocrática e está também dependente do pólo de atracção, impõe-se um grande comedimento nesta análise. Nessa medida, uma observação mais desagregada, debruçando-nos seguidamente sobre as outras variáveis disponíveis (destinos, naturalidades, sexo, idades, profissões), pode contribuir com alguns esclarecimentos suplementares.

De qualquer forma, flutuando num intervalo entre os 4 e os 14‰, em termos médios (Quadro 5.3), a emigração do distrito do Porto assume uma importância decisiva, na sua vertente demográfica, sendo de salientar a persistência de um nível mínimo independentemente da conjuntura, a marcar a importância das correntes tradicionais.

Quadro 5.3 - Emigração no distrito do Porto (1836-1900)

Taxas brutas anuais e médias móveis de 5 anos

Anos	População Estimada	Emigr. N ^o s	TBE (%)	Média móvel	Anos	População Estimada	Emigr. N ^o s	TBE (%)	Média móvel
1836	329042	2200	6,7		1869	428205	3327	7,8	7,5
1837	335380	1635	4,9		1870	431802	3362	7,8	8,4
1838	341841	1227	3,6	4,4	1871	435429	4253	9,8	9,0
1839	348107	1087	3,1	4,0	1872	439087	4864	11,1	9,4
1840	354813	1386	3,9	4,2	1873	442775	3797	8,6	9,8
1841	361648	1706	4,7	4,8	1874	446494	4365	9,8	9,4
1842	362480	2095	5,8	5,2	1875	450245	4419	9,8	8,6
1843	363313	2365	6,5	5,4	1876	454027	3439	7,6	8,3
1844	364149	1859	5,1	5,3	1877	457841	3435	7,5	7,6
1845	364987	1737	4,8	5,5	1878	461881	3073	6,7	7,1
1846	365826	1670	4,6	5,5	1879	468347	3020	6,4	6,7
1847	366668	2475	6,7	5,5	1880	474904	3370	7,1	6,5
1848	367511	2337	6,4	5,5	1881	481553	2765	5,7	6,1
1849	368356	1833	5,0	6,7	1882	488295	3142	6,4	5,9
1850	369203	1869	5,1	6,8	1883	495131	2303	4,7	5,4
1851	370053	3748	10,1	7,8	1884	502063	2699	5,4	5,3
1852	370904	2842	7,7	9,7	1885	509091	2420	4,8	5,4
1853	371757	4182	11,2	12,7	1886	516219	2775	5,4	6,1
1854	372612	5442	14,6	14,1	1887	523446	3595	6,9	6,7
1855	373469	7389	19,8	14,4	1888	530774	4190	7,9	7,9
1856	374328	6494	17,3	13,9	1889	538205	4680	8,7	9,8
1857	375189	3402	9,1	12,6	1890	546262	5905	10,8	10,3
1858	375982	3265	8,7	9,9	1891	551233	8084	14,7	10,7
1859	381547	3092	8,1	7,8	1892	556249	5275	9,5	10,9
1860	387193	2518	6,5	7,4	1893	561311	5667	10,1	11,5
1861	392924	2689	6,8	6,9	1894	566419	5392	9,5	10,3
1862	398739	2649	6,6	6,3	1895	571573	7761	13,6	9,7
1863	404640	2525	6,2	6,0	1896	576775	5023	8,7	8,9
1864	410665	2253	5,5	5,7	1897	582023	3714	6,4	7,7
1865	414115	2043	4,9	5,7	1898	587320	3674	6,3	5,9
1866	417593	2271	5,4	5,6	1899	592664	2218	3,7	
1867	421101	2670	6,3	6,0	1900	598164	2753	4,6	
1868	424638	2396	5,6	6,6					

Na verdade se, anualmente, emigram 4 a 14 pessoas por cada mil habitantes, sendo muito frequentes taxas próximas ou superiores a 10‰ estamos próximos dos níveis atingidos pelo saldo fisiológico, ou seja, a diferença entre o número de nascimentos e o de óbitos que, numa população relativamente fechada, determina o crescimento (positivo ou negativo) da população. Como vimos, no caso do Porto esse saldo fisiológico oscilava precisamente em torno dos 10‰, produzido por uma natalidade da ordem dos 35‰ e uma mortalidade próxima dos 25‰. Há, assim, períodos em que a capacidade reprodutiva da população do Porto é absolutamente absorvida pela emigração: vejam-se os anos de 1853-1856, em que os valores extremos são de 11,2‰ e de 19,8‰, bem como o período de 1890-1895, com valores superiores a 10‰. Naturalmente que há tempos

prolongados de menor punção demográfica, com as décadas de 60 e 80 a não irem além de 6%, numa alternância compensadora.

Mas qualquer aproximação entre os níveis do crescimento anual médio, atrás avaliados, e as variáveis microdemográficas leva rapidamente à conclusão de que à dinâmica populacional do Porto oitocentista era indispensável a centripetação demográfica, isto é, a imigração, pela entrada de estrangeiros, pela via do retorno e pelas migrações internas, onde o êxodo rural teve naturalmente um papel decisivo. Voltaremos à questão do retorno, em capítulo posterior. Para já, neste domínio da imigração, vamos recorrer ao censo de 1890²³, o primeiro a conter alguma informação sobre as naturalidades dos residentes, permitindo focar, ainda que superficialmente, as questões da mobilidade interna e dos estrangeiros, a nível concelhio (Quadro 5.4).

Os espaços concelhios não obedecem a pressupostos de racionalidade regional, pois, tal como os distritos, são meras circunscrições administrativas, e embora possa haver, por tradição, uma homogeneidade de natureza territorial e funcional, basta lembrar a dança dos concelhos no século passado para evidenciar o elevado grau de arbitrariedade então prevalecente. Assim, não admira que os movimentos de população atravessem as linhas imaginárias das circunscrições, principalmente para os indivíduos que não estão fixados à terra, os quais procuram rumar aos locais aonde o mercado de trabalho seja mais favorável.

A análise por concelhos revela-nos que se alguns apresentam percentagens muito elevadas de naturais da terra²⁴, outros existem que são muito receptivos a forasteiros. Os concelhos do interior (Baião, Amarante, Marco de Canavezes) são os que menos atraem a gente do exterior, apresentando níveis superiores a 95% de conterrâneos no total da sua população.

²³ Cf. *Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1890*, vol.I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896, pp. 14-15.

²⁴ Pela natureza da fonte de informação, a análise ignora os movimentos intra-concelhios, com deslocações entre as várias freguesias.

Quadro 5.4 - Naturalidades dos residentes - Distrito do Porto, 1890

Concelhos	Do Concelho		Do Distrito		Outras		Estrangeiros		Total
	N ^o s	%	N ^o s	%	N ^o s	%	N ^o s	%	
Amarante	29978	95,5	849	2,7	484	1,5	69	0,2	31380
Baião	21845	96,5	307	1,4	450	2,0	31	0,1	22633
Bouças	20287	75,1	3010	11,1	3359	12,4	367	1,4	27023
Felgueiras	19569	90,6	1092	5,1	872	4,0	66	0,3	21599
Gondomar	28402	91,5	1537	4,9	1033	3,3	81	0,3	31053
Lousada	14384	90,7	1222	7,7	215	1,4	36	0,2	15857
Maia	16464	87,8	1608	8,6	630	3,4	52	0,3	18754
Marco de Canavezes	26910	97,9	403	1,5	147	0,5	28	0,1	27488
Paços de Ferreira	10565	93,3	637	5,6	96	0,8	22	0,2	11320
Paredes	18191	92,7	1232	6,3	187	1,0	17	0,1	19627
Penafiel	28237	92,9	1491	4,9	592	1,9	60	0,2	30380
Porto - B. Oriental	43992	57,6	9662	12,6	19874	26,0	2862	3,7	76390
Porto - B. Ocidental	33324	53,3	7398	11,8	18864	30,2	2884	4,6	62470
Póvoa de Varzim	20738	91,7	569	2,5	1180	5,2	119	0,5	22606
Santo Tirso	23810	93,1	799	3,1	908	3,6	54	0,2	25571
Valongo	9661	86,6	1158	10,4	295	2,6	43	0,4	11157
Vila do Conde	22290	88,0	1365	5,4	1544	6,1	134	0,5	25333
V N de Gaia	56066	86,1	2045	3,1	6578	10,1	392	0,6	65081
Total do Distrito	444713	81,5	36384	6,7	57308	10,5	7317	1,3	545722
Total do Continente	4147399	89,0	193909	4,2	279385	6,0	39402	0,8	4660095

Fonte : Censo da População do Reino de Portugal... 1^o vol., pp.14-15

Em sentido contrário, surgem os concelhos do litoral como os que mais atraem a população estranha - o relevo vai, naturalmente, para o Porto, aonde a população natural é apenas de 55%, ou seja, em cada dois residentes um é de fora da cidade; mas Bouças (75%), Vila Nova de Gaia, Vila do Conde, Valongo, Maia vêm a seguir, todos com 12% ou mais de forasteiros. Sublinhe-se, no entanto, que o movimento intra-distrital se fica, globalmente, nos 7%, enquanto o de origem exterior ao distrito atinge quase os 11%, a que se deve acrescentar mais um ponto percentual devido aos estrangeiros. Esta preponderância da mobilidade dos indivíduos exteriores ao distrito também não é generalizada, pois nos concelhos mais rurais e interiores o afluxo apresenta na sua maioria o sentido oposto. Já a cidade do Porto lidera o movimento de atracção com origem mais longínqua, no que é seguida de forma mais evidente pela fiera litoral - Gaia, Bouças e Póvoa de Varzim. Para a cidade do Porto, se incluirmos os estrangeiros, 32 % da população é exterior ao distrito. No dizer de Ricardo Jorge, são "*forasteiros que veem buscar ao Porto collocação e fortuna, immigram na maxima parte do Minho, Traz-os-Montes, e Beira-Alta; o Porto é para estas terras como que um Brazil chegado. De lá*

veem creados e creadas, aprendizes d'officio, assim como caixeiros a tentar a carreira mercantil e formar a grande maioria da classe commercial" ²⁵.

Naturalmente que há razões funcionais para esta fixação urbana dos de origem mais longínqua, os quais vêm ganhar a vida na cidade, enquanto muitos habitantes dos concelhos limítrofes sobrevivem na relação quotidiana com os cidadãos, trazendo regularmente os seus produtos ou serviços (padeiros, vendedores de hortaliças, carreteiros, etc), pernoitando quando for caso disso (operários da construção e mesmo de algumas fábricas), mas não necessitando de aqui se domiciliar. O Inquérito Industrial de 1881, levanta o véu sobre a procura de operários ferreiros no interior, num processos que se pode generalizar a outras profissões:

"Para que a familia, as amidades não distraham o aprendiz do seu officio, o mestre não os quer da localidade: vem todos de Traz os Montes, em creanças. São hospedados e alimentados, mas não vencem nada nos tres a cinco annos que a aprendizagem dura" ²⁶.

De qualquer modo, está, de alguma forma, quantificado o volume da imigração acumulada, que decorreu ao longo dos anos e aí permanece a 1 de Dezembro de 1890: de cerca de meio milhão de habitantes do distrito do Porto, quase 65000 são de origem exterior ao espaço referido, volume que só por si quase compensa a emigração das duas décadas anteriores. Embora não se conheçam as oscilações cronológicas deste fluxo imigratório, salvo estudos de pormenor (já documentámos atrás a dos galegos), fica evidenciada a importância da contra-corrente da imigração numa região de forte emigração.

5.2- O Brasil como destino

Sendo conhecido o carácter maioritário do destino brasileiro na emigração portuguesa, importa quantificar essa componente no conjunto do fluxo e discernir eventuais alternativas no caso específico do Porto (vd. Anexos 5.1 e 5.2).

Deve referir-se que a fonte utilizada, os registos de passaporte, aglomera todo o tipo de saídas do Reino, independentemente dos projectos que lhe estão associados,

²⁵ JORGE, Ricardo, *Demographia e Hygiene da Cidade do Porto, I - Clima, População, Mortalidade*, Porto, Câmara do Porto, 1899, p.155.

²⁶ Comissão Directora do Inquerito Industrial, *Inquerito Industrial de 1881, Segunda parte, Visita às Fabricas, Livro Segundo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881, p. 36.

sejam a emigração de trabalho, as visitas de turismo ou as deslocações para efeitos de estudo no estrangeiro. As visitas de turismo²⁷ eram, então insignificantes, sob o ponto de vista quantitativo e tinham como destino quase único a Europa, embora seja possível observar o desfile de um ou outro "dandy" conhecido, de intelectuais cotados (Antero de Quental, Alberto Sampaio, Rodrigues de Freitas, em 1878, provavelmente para a Exposição Universal de Paris) e de alguns "brasileiros" de retorno. Essa insignificância assumia ainda maior propriedade nas deslocações para estudo, que se resumiam aos filhos de algumas famílias burguesas, como aconteceu com os do banqueiro Santos Silva (do Banco Comercial do Porto), os do negociante Pinto Basto ou casos isolados como o de Soares do Reis para Itália, além dos descendentes de famílias de raiz estrangeira aqui radicadas. De raiz sociológica diferente da subjacente à emigração de trabalho, estas migrações não tinham significado estatístico. Mas a Europa era ainda o destino para outros emigrantes, nomeadamente a Espanha e a Inglaterra, como ramificações de casas comerciais e, no primeiro caso, algum trabalho braçal, incluindo ofícios mecânicos²⁸.

Para África, naturalmente para as colónias portuguesas, cuja especificação nos registos era rara, a corrente reduz-se a um fio muito débil, contabilizável anualmente com o algarismo da unidade até 1853, bastando as dezenas quase até ao final da década de 80. Só por essa altura o movimento se multiplica, situando-se no patamar da centena de partidas anuais, retrogradando, de vez em quando, às dezenas²⁹. Recorde-se que, nos inícios de 80, já no distrito de Lisboa se registavam 3 a 6 centenas anuais de partidas para África, cerca de metade das que daí se destinavam ao continente americano, segundo a estatística oficial. Este facto não deixa de ser elucidativo da carga histórica que pesa sobre os destinos da emigração, mantendo-se o Porto fiel à tradição, mesmo quando começavam a surgir alternativas.

²⁷ A criação de registos próprios para os passaportes de turismo só se iniciou em 1896, embora se interrompesse a série em 1906 (por deixar de ser necessária o passaporte para estas deslocações pela lei de 25 de Abril de 1907), retomando-se em 1928.

²⁸ A emigração intra-europeia de trabalho, se esquecermos as migrações tradicionais para a Espanha, só ganha significado quantitativo durante a 1ª guerra mundial, com a partida para França de cerca de 16000 pessoas (operários, alguns dos quais com famílias), entre os fins de 1916 e 1918, para assegurar a produção na retaguarda militar, além de dois milhares para Inglaterra. Naturalmente, o movimento continuou no pós-guerra, enquanto não chegaram os sinais depressivos da década de 30. Cf. ALVES, Jorge Fernandes, "Operários para França e Inglaterra (1914-1918) - Experiências da emigração portuguesa intra-europeia", *Revista da Faculdade de Letras - História*, II Série, vol. V, Porto, 1988, pp. 317-333.

²⁹ Entre 1896-1907, a emigração para África passa a ser registado em livro próprio, saindo da série de registo de passaportes que vimos utilizando, em virtude de passarem a ser gratuitos (Lei de 23 de Abril de 1896). A partir de 1907, deixa de exigir-se o passaporte para o Ultramar. Naquele intervalo contaram-se 1642 partidas (1448 homens e 194 mulheres), numa média anual de 140, com destinos maioritários para Angola e Moçambique (A.G.C.P., *Livro de registo de passaportes para África*, n.ºs 3519-3520).

Mesmo para os restantes países americanos a atracção exercida sobre a emigração portuense era quase nula. Para os Estados Unidos, a cifra mais elevada verificou-se em 1872, com 28 emigrantes, mais do que nos restantes anos em estudo. Ora, o caso de 1872 merece uma referência especial, porque se tratou de uma campanha de emigração promovida por um agente americano, Charles Nathan, que procurava contratar colonos para Nova Orleães, pouco depois do final da guerra civil nos Estados Unidos e do consequente fim da escravatura. O espectro da emigração contratada levantou-se de novo, pelo que se desenvolveu uma forte campanha no sentido de a impedir, no decorrer da qual até a Igreja teve a sua intervenção³⁰, tendo a imprensa, em geral, procurado desmontar as fabulosas condições da propaganda aliciadora³¹.

Talvez como produto da mobilidade dos portugueses posteriormente à sua chegada ao Brasil, procurando novos destinos e chamando depois parentes e amigos, vamos ainda encontrar registos de passaportes para dois países da América do Sul: o Chile³², através de algumas unidades nas décadas de 50 e 70, e principalmente para a Argentina, que atrai um fio migratório muito ténue mas que permanece ao longo do tempo, chegando às vezes às duas dezenas de partidas, tendo atingido o ponto mais alto logo no ano de 1836, com a emissão de 32 passaportes com esse destino. Gotas de água, na larga corrente da emigração portuense que, ao delta dispersivo, preferia desaguar por estuário, desembarcando de forma maciça no Brasil (Gráf. 5.3).

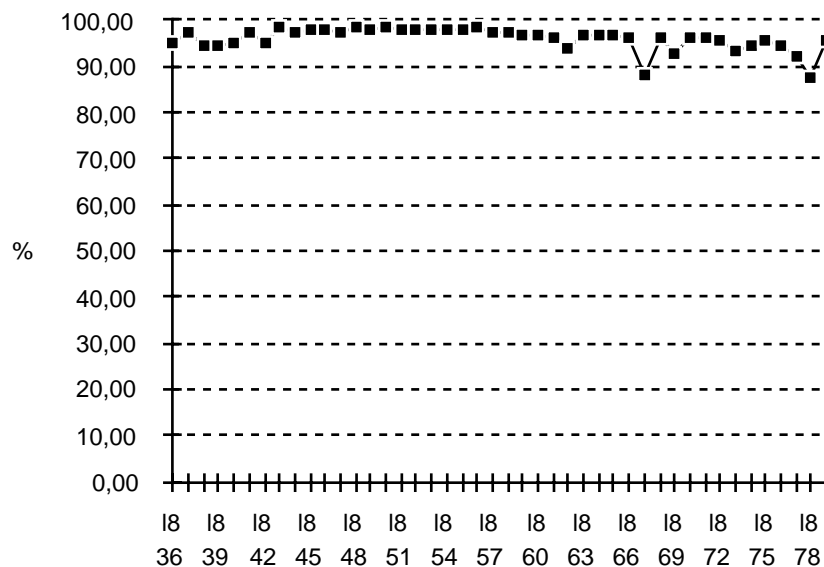
Com efeito, a corrente do Brasil corresponde a uma percentagem elevadíssima, que, frequentemente, se aproxima dos 99%, e que quase nunca desce abaixo dos 90% (o que apenas aconteceu em dois anos no período estudado - 1867 e 1878, com 88%), embora apresente uma tendência muito ténue para a diminuição à medida que se avança para o fim do século. Assim a maioria esmagadora dos emigrantes dirigem-se para as terras de Santa Cruz, aonde além da língua comum, esperam encontrar parentes e amigos, sulcando a rota há muito trilhada por milhares de conterrâneos, perseguindo o sonho de ser "brasileiro".

³⁰ Já fizemos referência, no capítulo anterior, à pastoral do Bispo de Braga, que decorreu neste contexto.

³¹ Cf. "A emigração" in *O Commercio do Porto* de 30 e 31 de Dezembro de 1871; e ainda "Emigração para Nova Orleães", *ibidem*, de 19 de Abril de 1872.

³² Sobre este destino, cf. GUTIERREZ ROLDAN, Hector G., "La inmigración española, italiana y portuguesa. Chile, 1860-1930", in *I Congrès Hispano Luso Itália de Demografia Històrica*, Barcelona, 22-25 Abril 1987.

**Gráf. 5.3 - Emigração do Distrito do Porto -
O Brasil como Destino**



5.3 - Homens e Mulheres

Delimitada quantitativamente a emigração portuense para o Brasil, reconhecido o seu carácter quase exclusivo, a nossa atenção prender-se-á, daqui para a frente, com as características intrínsecas desse fluxo, pondo de lado os destinos divergentes, os quais, na totalidade, se limitavam, anualmente, a algumas dezenas de pessoas, apenas atingindo o nível da centena na década de 70 (Anexo 5.2). Procuramos, essencialmente, evitar a interferência heterogénea, ainda que muito reduzida, da restante emigração, que como vimos, nem sempre assume a mesma natureza, concentrando-nos apenas no reconhecimento dos "brasileiros", na etapa inicial do percurso migratório.

Esta etapa do trabalho desenvolve-se, assim, em torno de uma questão de tipo policial, procurando uma identificação de âmbito colectivo, dissolvente das individualidades específicas, com base nas interrogações-tipo: Quem é? Onde vem? Para onde vai? Questões estas a que os passaportes pretendem responder, assegurando como documento oficial a veracidade da informação, a qualquer interrogatório policial que surja ao viajante.

Uma das clarificações prioritárias é a questão do género. Qual o peso relativo de cada sexo neste fluxo migratório? Sabe-se que, por tradição, o homem emigra mais, já que os usos e costumes asseguraram uma divisão sexual do trabalho, pela qual lhe são atribuídas as funções externas de produção, competindo à mulher as funções internas, o labor da casa. Assim sendo, a ideia geral é a de que a mulher emigrante se afasta do modelo normal, resvalando para a marginalidade. A imagem predominante é, então, a do emigrante jovem e masculino, reforçando os padrões de conduta tradicionais, segundo os quais a mulher deve ser "caseira" e o homem "videiro", como nos diz Carlos Alberto Ferreira de Almeida³³, referindo o adágio:

" O homem barca, a mulher arca."

É verdade que o costume funciona como lei social, e, neste caso, os comportamentos modais da emigração conferem-lhe veracidade. O português, no seu percurso histórico de andarilho, andou quase sempre desacompanhado de mulheres conterrâneas e daí a sua tendência para a miscigenação. C. R. Boxer, com investigação em que procura recuperar o papel da mulher na expansão ibérica, fala-nos da mulher branca como "prémio cobiçado" em Angola, da raridade das esposas e filhas acompanharem os maridos e pais para as inóspitas e insalubres zonas tropicais, para onde só iam, esporadicamente, as "orfãs del Rei", "*raparigas de raça branca, em idade núbil, recolhidas em orfanatos de Lisboa e Porto*", a quem era propiciado um dote e um emprego de funcionário a quem as desposasse³⁴. Mas, como nos mostra este autor, a acção das mulheres não foi de forma alguma despicienda no movimento de expansão.

Por seu turno, o brasileiro Gilberto Freire, descendo à observação das práticas quotidianas, deixou-nos inúmeras páginas sobre a miscigenação portuguesa com ameríndias e negras, sobre a qual alicerçou uma grande parte da sua polémica tese sobre o luso-tropicalismo: "*Foi misturando-se gostosamente com mulheres de cor logo ao primeiro contacto e multiplicando-se em filhos mestiços que uns milhares apenas de machos atrevidos conseguiram firmar-se na posse de terras vastíssimas e competir com povos grandes e numerosos na extensão de domínio colonial e na eficácia de acção colonizadora.*"³⁵. Miscigenação que se prolongaria aos tempos mais recentes da emigração, em que a lavadeira negra ou mulata desempenhava um papel fundamental na vida recatada e isolada do comerciante nos sobrados de comércio das cidades brasileiras,

³³ Cf. ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, "A paróquia e o seu território", *Cadernos do Noroeste - Ciências Sociais*, Abril de 1986, Braga, Universidade do Minho, pp. 113-131.

³⁴ BOXER, C. R., *A Mulher na Expansão Ultramarina Ibérica, 1415-1815 - alguns factos, ideias e personalidades*, Lisboa, Livros Horizonte, 1977, p. 29.

³⁵ FREIRE, Gilberto, *Casa Grande e Senzala*, Lisboa, Livros do Brasil, s/d, p.22. Vd. também do autor, *Sobrados e Mucambos*, ob.cit.

donde raramente saía, por assoberbamento profissional ou pelos desaguizados frequentes com os "capoeiras"³⁶.

Mas a imagem da mulher portuguesa na emigração oitocentista para o Brasil terá ficado marcada pela célebre passagem de Ramalho Ortigão a propósito dos colonos e do "cortiço", tantas vezes glosada: "*Estas mulheres são escrituradas ao chegarem ao Rio de Janeiro, muitas delas a bordo mesmo dos navios que as transportam. Escolhem-se pelo aspecto físico: uns preferem as louras, outros as morenas. As mais bonitas são as que se acomodam mais depressa. Os fazendeiros encomendam-nas do interior aos seus correspondentes: "Quando chegar o paquete próximo mande-me duas caixas de vinho do porto e uma ilhoa gorda, de dezoito anos e olho preto"*"³⁷.

Descendo, porém, à evidência histórica, é necessário matizar a questão, não generalizando as interpretações mais pessimistas e conferindo lugar à diversidade de situações que uma emigração massiva sempre comporta.

Diga-se, desde já, que a prática dos passaportes familiares oculta de certo modo a componente feminina integrada e dá relevo às situações em que as mulheres partiam autonomamente e desprotegidas. Assim, uma grande parte do sexo feminino partia adstrita à documentação do familiar mais responsável ou mais velho (o marido, o pai, o tio, o irmão). Este pormenor burocrático alargava-se também a outras situações, como a de crianças ou de ascendentes idosos. Com o correr do tempo, a facilidade de transportes, os incentivos à imigração familiar por parte do Brasil, a baixa de câmbio brasileiro que produzia erosão sobre as remessas para a família, a emigração familiar vai aumentando. A crescente participação feminina que se vai verificar tem a ver com a ampliação deste tipo de emigração.

Uma leitura breve dos passaportes, na sua natureza individual ou colectiva, dá-nos uma ideia aproximada da emigração familiar. Assim, de 1836 até 1851 o número de pessoas ultrapassava apenas em 5 a 7% o número de passaportes; a partir daí até 1878 essa relação sobe para a casa dos 10-19%; nas duas décadas finais do século, é já muito elevada, passando para a casa dos 20%, atingindo mesmo os 35% em 1889. Nestes cálculos não entra apenas a mulher como companheira, inclui, frequentemente, os filhos,

³⁶ Idem, *Sobrados e Mucambos*, 1º volume, 1ª edição, Rio de Janeiro, José Olímpio Editora, 1985, p. 270.

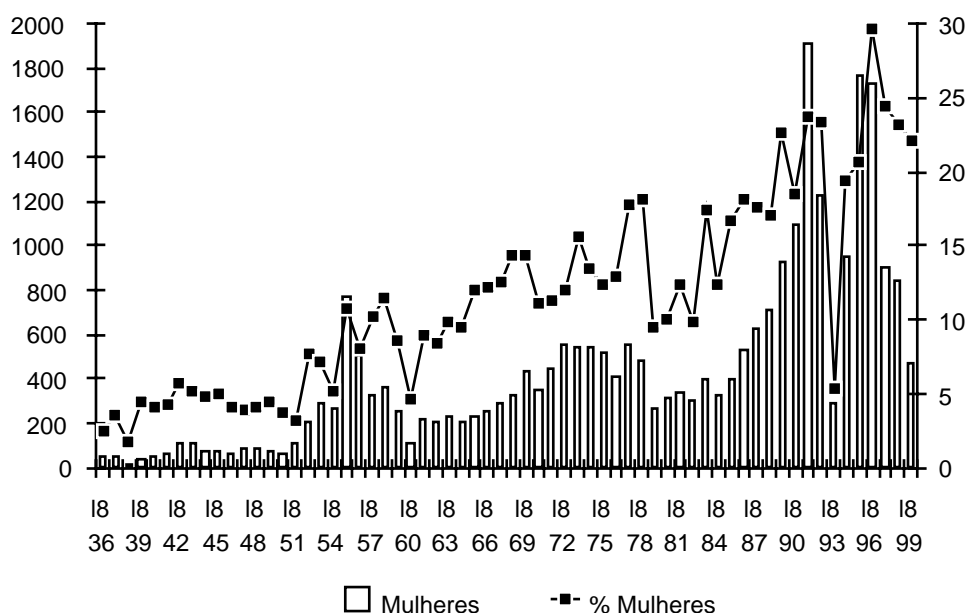
³⁷ In "O Brasil visto a voo de sabiá", *As Farpas*, tomo X, Lisboa, Clássica Editora, 1992, p. 61. Sublinhe-se que o autor tem alguma autoridade moral para as descrições sobre o colono no Brasil, de que o presente texto é um dos mais conseguidos. Com efeito, Ramalho Ortigão deslocou-se ao Brasil, tendo podido verificar a realidade, e lá tinha familiares esclarecidos e bem posicionados socialmente. O seu irmão Joaquim da Costa Ramalho Ortigão, um dos vários membros da família que do Porto embarcou para o Brasil, em 1856 com 13 anos, foi dirigente do Gabinete Português de Leitura e da Caixa de Socorros D. Pedro V, sendo assinada por ele o texto incluído no Inquérito Parlamentar de 1873, onde refere a vida nos "cortiços" (pp. 90-99)

pois o(s) filho(s) de 12 ou 13 anos acompanhava(m) muitas vezes o pai no percurso migratório, numa emigração familiar parcial que apenas contemplava a componente masculina (vd. Anexo 5.3).

Sublinhe-se, no entanto, que a avaliação da emigração familiar não se pode reduzir à estimativa deste pormenor de partidas colectivas. Há partidas individuais que se enquadram no processo do reagrupamento familiar, em que mulheres casadas partem "para junto de seu marido", como referem anotações marginais ao registo, com base na necessária carta de ordem, com visto consular, que deveria ser enviada por este, numa antecipação da figura da "carta de chamada", institucionalizada depois da Grande Guerra para a imigração contingentada.

No entanto, a quantificação da emigração feminina efectuada a partir da base de dados sobre os registos de passaportes³⁸ permite-nos uma configuração gráfica que acompanha de perto as percentagens acima citadas (Gráf. 5.4).

Gráf. 5.4 - Distrito do Porto - Emigração Feminina



A emigração feminina, com oscilações de pequena amplitude, mantém relações estáveis com a curva de emigração total, oscilando ao sabor das flutuações colectivas, mas apresentando uma tendência para a subida, quer relativa, quer absoluta, da sua quota no total da emigração. Já Oliveira Martins notara o assomo crescente da emigração

³⁸ No gráfico, utilizámos ainda os dados das estatísticas oficiais para as décadas de 80 e 90, de forma a fazer ressaltar a evolução desta variável.

feminina, vendo nela um dos sinais da desordem crescente da economia social portuguesa, pois, "*a emigração de famílias só se percebe tendo por causa a necessidade; não, assim, a de homens isolados que podem emigrar obedecendo a vários outros motivos*"³⁹.

Até 1851, isto é, até ao momento da primeira explosão migratória que se relaciona com o início da prática de engajamento no Porto, a emigração feminina raramente chegou às 100 unidades, ficando-se pelos 3 a 5% da emigração total, mostrando que não se inseria no modelo da emigração tradicional. A partir daquela data, dá um salto para o dobro, atingindo o apogeu em 1855, com 779 mulheres a embarcarem, representando 10% do fluxo. Há depois uma fase de decréscimo quantitativo, mas a participação relativa oscila quase sempre em torno dos 10%. No final dos anos 70, esta participação volta a subir gradual mas decisivamente, de forma que, a partir de 1889, já se situa no nível dos 20%. Na década final, a emigração feminina do Porto flui na casa do milhar, tendo atingido o total de 1922 mulheres no ano de 1891, embora o número relativo mais elevado seja o de 1896 com 30%.

Como veremos nas alíneas seguintes, ao analisarmos o estado civil e as idades, este acréscimo da emigração feminina tem uma grande componente infantil, isto é, trata-se, em grande parte de uma emigração passiva, processada por acompanhamento familiar, justificando-se, assim, a frase que Sampaio Bruno utilizou para caracterizar as suas impressões sobre a emigração finissecular: "*Hoje vae tudo, marcha a família inteira*"⁴⁰.

A emigração familiar, com a partida em conjunto, era uma prática mais corrente nos finais do século, como já o fora na década de 50, bastante por incentivo das políticas de atracção de mão-de-obra para as plantações, como foi o caso do Estado de S. Paulo que financiou este tipo de deslocação. Com mais encargos, menos predisposta a correr riscos e ao espírito aventureiro, mais "pesada" a diversos níveis para tentar fugas e subverter contratos, a família era uma garantia de estabilidade para o empregador.

Mas não podemos esquecer a componente familiar da emigração livre, sem contratos prévios e destinada, normalmente, aos mercados de trabalho urbanos. Nestes casos, o reagrupamento familiar processava-se por fases, em que o homem partia primeiro, tentava resolver os problemas que deixava para trás, pagando dívidas, por exemplo, e criando depois as condições para chamar os familiares. Tratava-se de uma

³⁹ MARTINS, Oliveira, *Fomento Rural e Emigração*, Lisboa, Guimarães & C^a Editores, 1956, p. 227

⁴⁰ BRUNO, *O Brasil Mental*, Porto, Liv. Chardron, 1899, p. 411. Nos inícios do século XX, a emigração familiar de extracção rural será ainda mais intensa, particularmente do Norte Interior e Beiras. O caso mais extremo é o de Bragança, onde, entre 1909-1914, a emigração feminina representa 47% do total. A este respeito, cf. CARQUEJA, Bento, *O Povo Português - aspectos sociais e económicos*, Porto, Livraria Chardron, 1916, p.398.

prática preventiva, para a hipótese de fracasso, procurando evitar os transe difíceis à mulher e crianças, as quais ficavam esperando pela chamada ou, eventualmente, pelo retorno, conforme a evolução ulterior. Um ou outro processo para a obtenção dos passaportes requeridos por mulheres casadas, através das cartas apensas que funcionavam como documento de autorização, permite-nos entrever as práticas e a conflitualidade existente, umas vezes intra-conjugal, outras intra-familiar, que levava a mulher a recear a partida.

Esclarecedora a este respeito é a mensagem dirigida do Rio de Janeiro por Manuel Ferreira Soutelo a sua mulher, Antónia de Jesus:

"Junto a esta carta receberas hum abonno para a tua passagem e da nossa filha e juntamente receberas 48\$000 rs em moeda forte para teus arranjos assi como passaporte e vem o mais breve possível. Se não quiseres vir não tens de arreceber dinheiro nem abonno de passagem nem tampouco conta mais commigo para nada" ⁴¹. (13 de Maio de 1862)

Por vezes, porém, o emigrante esquecia-se ou fazia prolongar o tempo para a chamada, tendo de ser a esposa a despertar-lhe a atenção, como aconteceu com Maria Antunes de Oliveira, de Fafe, que se vira obrigada a ir servir para o Porto, após a partida do marido, obrigando este a responder-lhe da seguinte forma, onde é perceptível o contragosto:

"Minha mulher do coração

Em primeiro que tudo heide estimar estas duas letras te vão achar na posse de uma perfeita saude pois a minha vou vivendo como Deus é servido. Maria cá recebi a tua carta e nella vejo o que me dizes o queres vir para a minha companhia. Pois nesta data escrevete para tu te arranjares e te remeto uma letra da quantia de cem mil réis fortes para tu pagares a paçagem á 2^a mesa e comprar um bahu e passaporte e mais despesas miudas, não faças muita roupa porque cá se faz, o que sobrar traz contigo para alguma couza que te seja perçiso e não tenhas medo do mar e bem no 1^o Barco a sahir e mandame dizer no Barco em que bens para eu te ir esperar a Bordo. Tu me mandaste dizer que estas a servir no Porto pois eu não te quero a servir outro anda para a minha companhia. Já escrevi a teu Pay para elle ficar com o nosso filho e eu pago um tanto por anno para sua educação elle me disse que sim atte elle ter idade de o mandarmos vir para esta terra. Maria não tenhas medo ó Mar pois anda no primeiro Barco que sahir e se não não contes mais com teu marido a Deos." ⁴² (7 de Junho de 1867)

⁴¹ Arquivo Distrital do Porto, Fundo do Governo Civil, *Maço de processos de passaportes*, (não catalogado). Agradecemos ao dr. Silvestre Lacerda a indicação desta documentação.

⁴² Arquivo do Governo Civil do Porto, Documentação avulsa, *Maço com processo de passaportes*,

Por vezes, o reagrupamento implica o desligar quase total com a terra de partida, como neste caso em que Manuel Jorge Moreira escreve ao sogro para lhe vender os bens e tratar da partida da mulher, numa carta que nos elucida sobre a transferência de dinheiro nesta época (1862):

" [...] *Eu vou vivendo sem o menor incommodo, e satisfeito com esta terra. Remeto-lhe a procuração junta afim de V.M. vender as propriedades e os trastes que ahi temos, e applicar o seu produto ao pagamento da passagem da Raquel e dos meninos, e do que devo a João Marques de Paiva, que deve andar em cento e vinte mil reis pouco mais ou menos. Tambem da dita quantia pode dar a Raquel a quantia qu'ella precisar para os arranjos da viagem e o resto pode entregar ao Negociante do Porto, Manuel Gualberto Soares afim d'este mandar ordem ao Negociante d'esta Praça Manuel Joaquim Alves para me entregar aqui o dito resto; do que entregar pode exigir o competente recibo. Lembro-lhe que basta um só passaporte para Raquel e os meninos, e que pela passagem d'estes paga-se a quarta parte do que se costuma pagar por um homem ou mulher. Meo sogro a respeito da venda das propriedades pode V.M. garantir ao comprador a fim de tirar qualquer duvida e evitarmos chicana [...] P.S. Não deixe de vender as propriedades por differença pequena, pois muito desejo acabar com tal negocio. Lembro a V.M. que é bom que uma pessoa de familia acompanhe Raquel e os meninos até Lisboa não só para lhes servir de companhia, como também para arranjar a passagem e o mais que for necessario, pois V.M. bem sabe que as Senhoras não se entendem com esse negocio"* ⁴³.

O ressentimento emerge, de vez em quando, de forma mais explícita. António Gonçalves Dias comunica à esposa, que do Rio viera buscar o filho, o ter já tratado da sua passagem na barca "Flor da Maia", recomendando-lhe que aproveitasse a partida do tio para ir na sua companhia e, se possível, incluída no seu passaporte. E, *"no caso de não teres vendido os bens no Porto, por isso não deixes de não vires que eu daqui mandarei fazer o que entender. Dize a meu tio Delfim que eu daqui lhe mando a quantia de que lhe sou devedor. Dize a elle que não precisa de estar afligindote porque esta quantia quem lhe deve sou eu, que esteja serto commigo elle não perde o eu não hir a essa terra e por estas e outras porque eu daqui tudo remedeio e ahi é só bom para se gastar [...] o Snr. Domingos que me mande por ti um barril de vinho verde sendo puro deve chegar aqui prefeito que eu lhe mandarei o importe, não precisas comprar muitas coisas para trazeres, aqui não se precisa de nada só de dinheiro"* ⁴⁴.

M1624.

⁴³ *Ibidem.*

⁴⁴ *Ibidem.*

Se a partida de mulheres casadas significava o reagrupamento familiar, e no mesmo sentido apontam uma grande parte das solteiras, sejam crianças ou já em idade adulta, casos havendo em que partem algumas ascendentes após terem ficado viúvas e desprotegidas, há, no entanto, que reconhecer que nem toda a emigração feminina se pauta por esta norma. Reconstituir a vida era um sonho permanente na partida para o Brasil e essa reconstituição assume as mais diversas facetas conforme o indivíduo e o seu estatuto social. Nesse sentido, não faltavam as mães solteiras, algumas com filho muito recente, provavelmente fugindo ao opróbrio da ilegitimidade, ou viúvas em idade jovem, sabendo-se como a ambas era desfavorável o mercado nupcial na região de partida, de demografia desequilibrada precisamente pela forte masculinidade da emigração. Embora os registos de passaportes quase nunca registem as profissões das mulheres, até porque só o faziam para os respectivos titulares, e, por outro lado, ignoravam o estatuto de dona de casa, recuperemos, no entanto, os cinco anos em que há uma referência mais explícita a esta variável para o sexo feminino (Quadro 5.5).

**Quadro 5.5 - Porto, Emigração Feminina
Ocupações referenciadas**

Profissões	1874	1875	1876	1877	1878
Carreiteira		1			
Carvoeira		1			
Costureira	35	67	64	80	80
Criada	38	52	39	53	48
Dobadeira		4		3	
Engomadeira		1	3	7	5
Fiadeira			2		
Lavadeira					7
Meretriz	25	12	7	16	3
Regateira			1		
Serviçal					2
Tecedeira	5				
Tiradeira de seda					1
Urdideira		1			
Total referências	103	139	116	159	146
Nº Titulares passap.	323	299	219	332	276
%	31,9	46,5	53,0	47,9	52,9
Nº Total mulheres	551	526	422	563	491
%	18,7	26,4	27,5	28,2	29,7

Embora as referências a ocupações sejam pouco representativas, cerca de metade em relação às mulheres titulares de passaportes, ou de um terço em relação a todas as mulheres que partiram em cada um dos anos apontados, não há dúvida que estamos perante um baixo estatuto ocupacional. Tempos duros estes, em que a mulher, para ter

dignidade social, devia restringir-se às funções domésticas e estar enquadrada familiarmente! Às designadas por "dona" não cabia nos passaportes referência a ocupação! No entanto, é importante discernir algumas linhas nesta emigração feminina com ocupação. Uma delas é a corrente de criadas domésticas, cujas anotações deixam entrever que vão na companhia de famílias de negociantes, algumas mesmo referenciadas como amas de leite de crianças de tenra idade. Também já se referiu anteriormente a idade precoce em que ocorria a entrada para a criadagem feminina, acontecendo que muitas delas nunca mais saíam de casa dos respectivos amos, lá permanecendo para toda a vida, acompanhando a família respectiva nas suas deslocações, incluindo para o Brasil. Outro aspecto a sublinhar é a rede de prostituição, note-se, numa altura em que esta ocupação dispunha de um estatuto oficial e legalizado, verificando-se um autêntico "tráfico de mulheres" que diversos autores e jornais denunciam. Augusto de Carvalho, por exemplo, reconhece esse tráfico, dedica-lhe algumas páginas de feição moralista e refere algumas situações objectivas⁴⁵.

Transplantação de um país excedente, a emigração massiva e continuada para o Brasil atravessa todos os grupos e condições sociais, mesmo no sexo feminino, apesar da sua menor representatividade no fluxo migratório.

5.4 - Solteiros e casados

A emigração assume significados e consequências diferentes segundo a distribuição dos fluxos pelas categorias do estado civil, dada a diversa funcionalidade que é atribuída socialmente a cada uma delas.

A emigração em que os solteiros predominam pode associar-se aos mecanismos de exclusão de herdeiros, às estratégias de distribuição social a que nos vimos referindo, quando a emigração é a via adoptada no momento de saída da casa paterna, ocorrendo num momento mais ou menos consensual, geralmente num processo desencadeado pelos ascendentes. O significado passa a ser outro, se, uma vez já estabelecido, o homem casado e/ou a família em conjunto, se vêem obrigados a emigrar, abandonando as terras ou outro tipo de património, por venda ou por penhora. Neste caso, o que está em causa são as estruturas sociais e/ou produtivas, no seu conjunto, ou graves crises conjunturais,

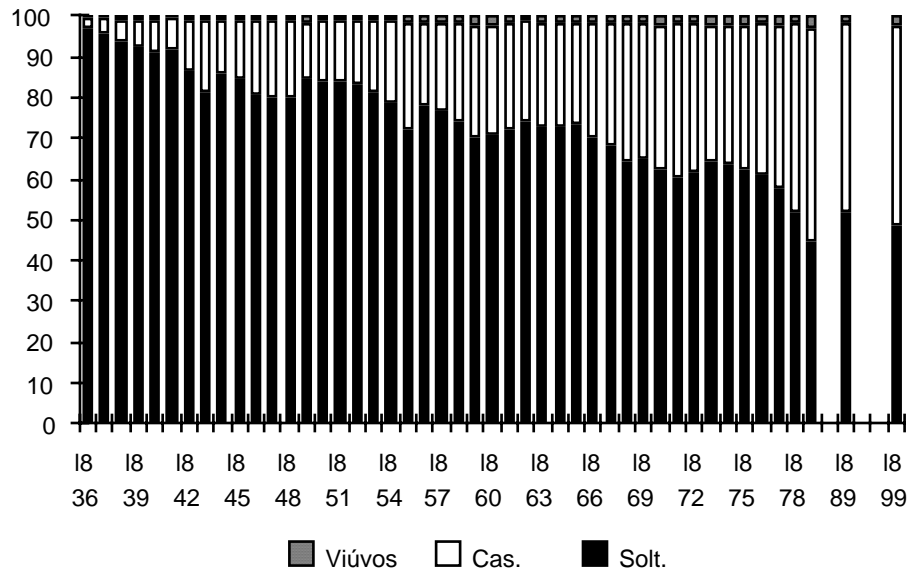
⁴⁵ In *O Brazil - Colonização e Emigração*, 2ª edição, Porto, Imprensa Portuguesa, 1876, pp. 370-375.

que levam o emigrante a abandonar o meio onde decidira estabelecer-se, na expectativa de melhorias em local diferente.

Também as consequências são diversas. A emigração de solteiros do sexo masculino, ao nível demográfico, desequilibra a relação entre os sexos, distorce o mercado matrimonial e provoca a elevação do celibato feminino. A um nível económico, o envio das "mesadas" ou remessas torna-se aleatório, pois as obrigações filiais não assumem o carácter impositivo das conjugais e paternas, e tendem a decrescer brutalmente com o eventual casamento que o jovem quase sempre acaba por realizar no país de adopção, ou até, vindo casar à terra, como se conhecem alguns casos. A emigração de casados, na hipótese de não reagrupamento familiar, ao provocar a dispersão do nó conjugal por dois espaços, encerra, desde logo, consequências negativas para a natalidade, embora seja favorável sob o ponto de vista do envio de remessas, que se tornam regulares e tendem a absorver uma grande parte das poupanças efectuadas, favorecendo ainda o retorno posterior. Se, porém, à partida de casados corresponder o reagrupamento familiar no país de acolhimento, então a emigração evolui, quase sempre, para definitiva, cortando-se a ligação directa com a terra de naturalidade, ainda que possam sobrar ligações afectivas e/ou comerciais. Isto, naturalmente, na hipótese de os emigrantes poderem assumir o destino de acordo com a sua vontade, não sendo compelidos a processos de inversão por decisão directa ou indirecta dos países de acolhimento. Mais incaracterísticas são as situações envolvendo viúvos, tudo dependendo da fase etária, dos eventuais desenvolvimentos de descendência, da possibilidade de refazer a vida, ou, muito simplesmente, reagrupar-se a filhos já emigrantes para efeitos de protecção na fase final da vida. O seu peso insignificante no total da emigração retira-lhe, no entanto, qualquer influência decisiva no processo global.

A evolução da distribuição do estado civil dos emigrantes do Porto traz-nos alguns contributos interessantes para a compreensão desta problemática (Vd. Anexos 5.5a e 5.5b).

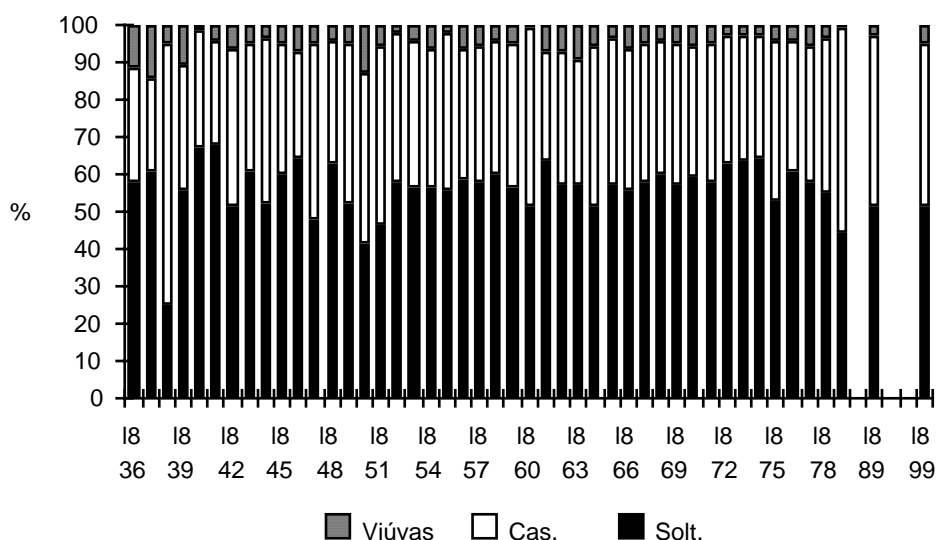
**Gráf. 5.5 - Emigração do distrito do Porto - Estado Civil
sexo masculino**



No que se refere ao sexo masculino (Gráf. 5.5), a curva da tendência evolutiva é muito nítida. O solteiro inicial, dos anos 30 e 40, cuja dominação na componente masculina do fluxo se situava em torno dos 95% vai ceder permanentemente influência em favor do casado, salvo pequenas oscilações aleatórias. Das percentagens insignificantes do início, os casados em 1842 já representam 13%, em 1854 sobem para a casa dos 20%, a partir de 1868 situam-se no nível dos 30%. No final da década de 70 atinge-se o ponto de equilíbrio que passará a caracterizar este tipo de repartição para as décadas dos finais do século: os solteiros e casados passam a equilibrar-se, oscilando em torno dos 50%, já que a quota dos viúvos ao longo dos anos oscila apenas ente 1 a 2%. Em 1879, os casados superam pontualmente os solteiros, mas a partir daí as flutuações de pequena amplitude conferem a supremacia mais ou menos alternadamente. Naturalmente que podemos fazer intervir aqui o papel restritivo das leis do recrutamento e sua conexão com as da emigração, ao criar obstáculos crescentes aos jovens em idade pré-militar que constituíam a maior parte dos solteiros. Aliás tudo indica que, a partir de 1878, tenha subido drasticamente a clandestinidade, ocultando parcialmente a emigração na faixa etária e categoria em causa. Mas a tendência é demasiado persistente ao longo do tempo para se conceder peso excessivo a este argumento. Os números absolutos mostram que à subida relativa dos casados corresponde um aumento real no número dos indivíduos. Assim, o que ressalta aqui é a lenta emergência de um novo modelo de emigração, aquele

que está estreitamente ligado às dificuldades económicas de origem e que cresce à medida que lhe são concedidas facilidades para a partida, nomeadamente a possibilidade de pagamento posterior da viagem e depois, a partir dos anos 70, a subsidiação das viagens pelo governo brasileiro, agora como forma de atrair imigração livre. Paralelamente assistimos ao natural declínio do modelo tradicional, a do jovem solteiro, que partia com "arrumação" garantida ou supostamente facilitada pelas redes tradicionais.

Gráf. 5.6 - Emigração do Distrito do Porto - Estado civil
Sexo feminino



Se analisarmos o mesmo tipo de repartição para o sexo feminino (Gráf. 5.6), já não vislumbramos a evolução acima detectada, pelo menos de forma tão nítida. Há, de facto um pequeno acentuar das mulheres casadas nos finais da década de 70, correspondendo ao incremento da emigração familiar já atrás referida.

Mas a emigração feminina sempre se processou, na sua maior parte, inserida neste modelo, por acompanhamento do marido ou por reagrupamento posterior, por isso o aumento absoluto na partida de mulheres não implica uma diferente repartição percentual, mantendo-se os níveis relativos, embora com uma configuração mais oscilante ao longo do tempo. Sublinhe-se que a maior nitidez da mancha correspondente às viúvas (3 a 5%), em comparação com o que acontecia em idêntica situação para o sexo masculino, tem a sua origem exclusivamente no menor volume da emigração feminina.

Neste ponto importa recuperar a questão das diferentes consequências da emigração de casados/as, quer produzindo a fragmentação conjugal, quer a eventualidade de retirada total da família e respectivo corte umbilical com a terra de partida. Esta última

eventualidade era de resto um dos fantasmas nos debates sobre a emigração dos finais do século passado e inícios deste, quando se ganhou consciência do papel decisivo das remessas dos emigrantes na economia nacional e da ameaça que a emigração familiar representava para a sua manutenção. Para que tal ameaça se concretizasse, seria necessário que ao volume de emigrantes casados correspondesse um volume muito próximo nas partidas de mulheres na mesma condição, pressupondo o reagrupamento, quando não se verificasse a partida conjunta.

Procurando um indicador para elucidação deste problema, optámos pelo cálculo do "ratio" entre os volumes de emigrantes casados do sexo masculino e do sexo feminino (Quadro 5.6). Como se pode verificar, a emigração masculina nesta categoria foi sempre várias vezes superior à feminina, com flutuações acentuadas, mas quase nunca descendo abaixo do "ratio" 4, podendo atingir o nível 15.

**Quadro 5.6 - "Ratio" homens casados/mulheres casadas
na emigração do Porto**

Anos	Homens	Mulheres	Ratio	Anos	Homens	Mulheres	Ratio
1836	59	16	3,7	1860	624	54	11,6
1837	57	14	4,1	1861	609	68	9,0
1838	61	14	4,4	1862	564	75	7,5
1839	68	15	4,5	1863	558	82	6,8
1840	95	17	5,6	1864	503	90	5,6
1841	127	20	6,4	1865	427	93	4,6
1842	241	48	5,0	1866	539	101	5,3
1843	379	41	9,2	1867	609	109	5,6
1844	227	38	6,0	1868	658	118	5,6
1845	225	30	7,5	1869	898	168	5,3
1846	291	19	15,3	1870	1008	126	8,0
1847	436	44	9,9	1871	1361	170	8,0
1848	423	31	13,6	1872	1480	191	7,7
1849	244	34	7,2	1873	986	186	5,3
1850	269	32	8,4	1874	1229	181	6,8
1851	551	55	10,0	1875	1318	225	5,9
1852	402	86	4,7	1876	1051	148	7,1
1853	667	118	5,7	1877	1052	206	5,1
1854	1033	104	9,9	1878	1014	204	5,0
1855	1718	333	5,2	1879	1358	151	9,0
1856	1214	181	6,7				
1857	632	121	5,2	1889	1481	425	3,5
1858	691	129	5,4				
1859	763	101	7,6	1899	841	211	4,0

Mesmo na fase finissecular, quando a emigração familiar é mais nítida, esta superioridade da partida dos homens casados sobre as mulheres casadas se mantém a um nível (4) que assegura largamente a fragmentação familiar, propiciadora do envio de remessas e do retorno: podemos dizer que, nesta altura, a partida ou reagrupamento de famílias não supera os 25% da componente emigratória dos homens casados.

5.5 - Os tempos individuais

Há um tempo para tudo ? Há um tempo para emigrar?

Na emigração a idade é um factor decisivo, que conjugado com outras variáveis, tais como o ensino e/ou a aprendizagem profissional, pode determinar os níveis de sucesso, ser preponderante no mercado de trabalho e na inserção social do país de acolhimento. Os trajectos migratórios a desenvolver, as expectativas a perseguir, estão muito condicionados pela idade, sendo muito diferente a emigração de um jovem solteiro da de um adulto casado, aquele mais decidido a correr riscos, a suportar aprendizagens, este, normalmente, mais cauteloso, porque cheio de obrigações e com necessidade premente de ganhar dinheiro.

Na emigração tradicional para o Brasil, rumo ao caixeirato urbano, a inserção e a ascensão social estavam muitas vezes dependentes da idade e do estado civil, pois a "arrumação" de um jovem que desse provas de confiança ao patrão passava, com mais frequência do que se normalmente se supõe, pelo casamento com uma das suas herdeiras, como nos diz Gilberto Freire:

*" Explica-se, em parte, que o negociante português preferisse para primeiro-caixeiro o genro português ao próprio filho, mestiço ou apenas nascido no Brasil, em face da disciplina severa a que tinha de submeter-se nos armazéns e lojas o caixeirinho vindo de Portugal para o nosso País quase como escravo. Escravo louro cuja formação se fazia dentro do próprio armazém despoticamente patriarcal e monossexual. Crescia ele sob uma disciplina que muitas vezes faltava ao filho do próprio português, mimado pela mãe e educado por ela e às vezes pelo pai de modo a parecer filho de senhor da terra ou de engenho e não de mercador ou taverneiro"*⁴⁶.

A verdade é que este fenómeno era uma expectativa real, muito disseminada no caixeirato portuense, por entre a multiplicidade de fantasias e miragens do "Eldorado"

⁴⁶ Ob. cit. p. 271.

brasileiro, como nos dizem algumas cartas de devoção do arquivo da confraria do Bom Jesus de Matosinhos, nomeadamente a de um candidato à emigração que promete uma toalha de seda ou cetim com franjas e bordada a ouro, uma arroba de cera em velas e uma contribuição em dinheiro se se realizarem os seus desejos obsessivos do popular "golpe do baú":

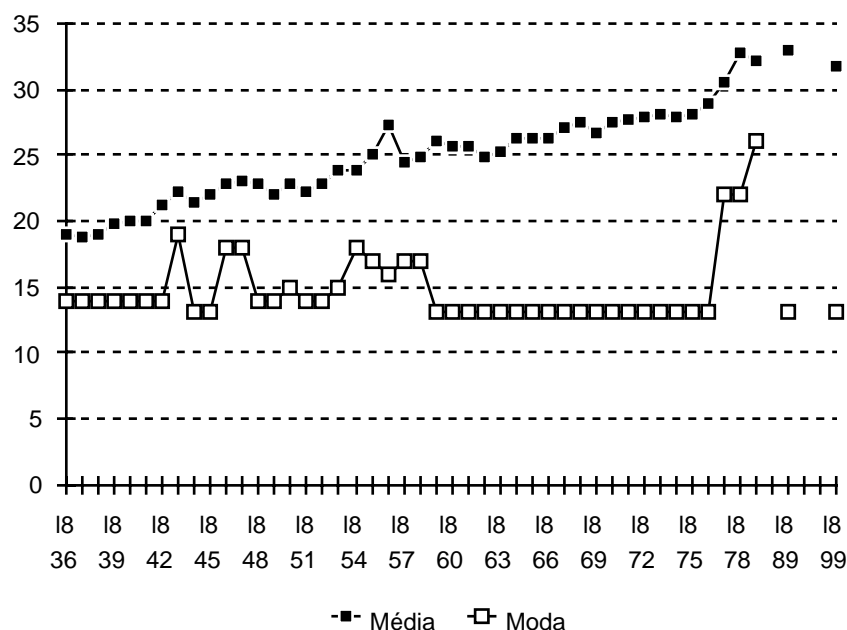
"Senhor Bom Jesus de Mathozinhos eu vou para o Rio Grande Sul (Brazil) se me derdes vida, saude e fortuna; se me permittirdes que eu lá case com huma rapariga virgem, de sangue como o meu, branca bonita, prendada, que não tenha nem hum defeito, que em tudo seja perfeita, que seja de boa familia, que tenha boa educação, que a sua beleza não desmereça, que seja mais nova do que eu oito a doze annos, que goze perfeita saúde, se tudo isto me permittirdes Meu Senhor Bom Jesus de Matozinhos, que se realize nestes cinco annos mais proximos...⁴⁷

A partida em idade jovem adequava-se, portanto, ao sucesso nos circuitos tradicionais, não sendo, obviamente, condição suficiente. Por outro lado, ajustava-se ao modelo de exclusão e distribuição dos filhos das casas de lavoura ou comerciais nas fases de preparação de transmissão do património, pois este processo devia desenrolar-se cedo, na fase do ciclo familiar que ainda permitisse o controlo do jogo de decisões pelos ascendentes.

Em que medida esta ideia de juventude se ajustava à realidade e qual a sua evolução no tempo? De um forma sintética, podemos partir para a quantificação do problema a partir das medidas de tendência central, calculadas com base nas idades discriminadas nos registos de passaportes, dando apenas atenção numa primeira fase, ao sexo masculino, dada a sua relevância quantitativa no fluxo da emigração. (Gráf. 5.7).

Conforme o tipo de observação, assim diferem os resultados (vd. Anexo 5.6). Se tivermos em conta, o comportamento modal, isto é, assinalando a idade de maior frequência estatística, a imagem obtida ajusta-se à tradição, podendo dizer-se que o emigrante mais frequente é o de 13-14 anos. Com efeito, em poucas alturas a moda se afasta destes números, e quando isso acontece é, normalmente para números pouco superiores - 16, 17, 18 anos são moda em alguns anos da década de 40 e 50. No final da década de 70 (1878- 79), salta para depois dos 20 anos.

⁴⁷ Cf. GOMES, Fátima Maria Oliveira e OSÓRIO, Maria Conceição Azeredo Pinto, "A Irmandade do Bom Jesus de Bouças e Seus Reflexos na Vila de Matosinhos", *Boletim do Arquivo Distrital do Porto*, II Vol., Porto, 1985, pp. pp.113-115.

Gráf. 5.7 - Idades na emigração do distrito do Porto

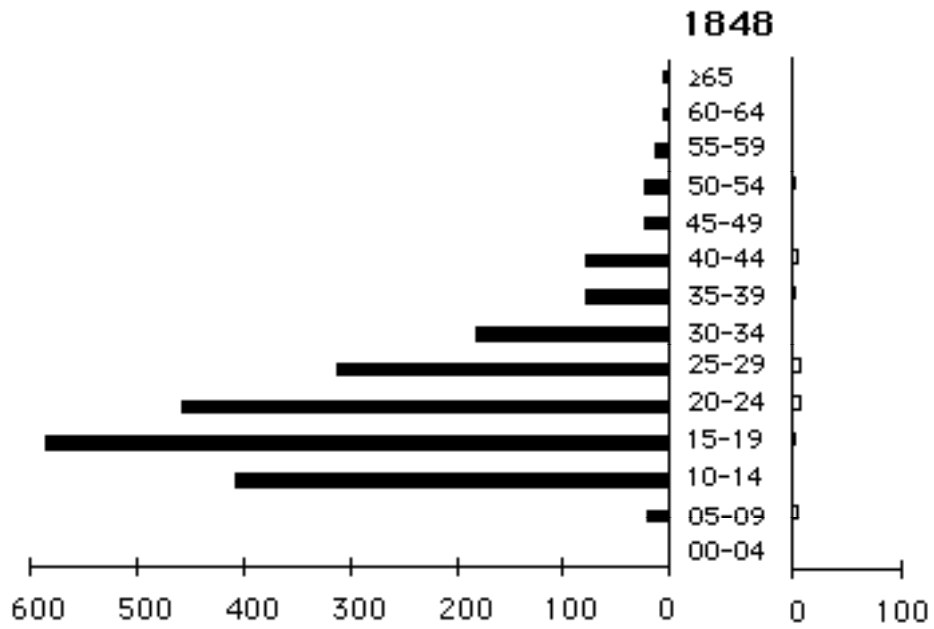
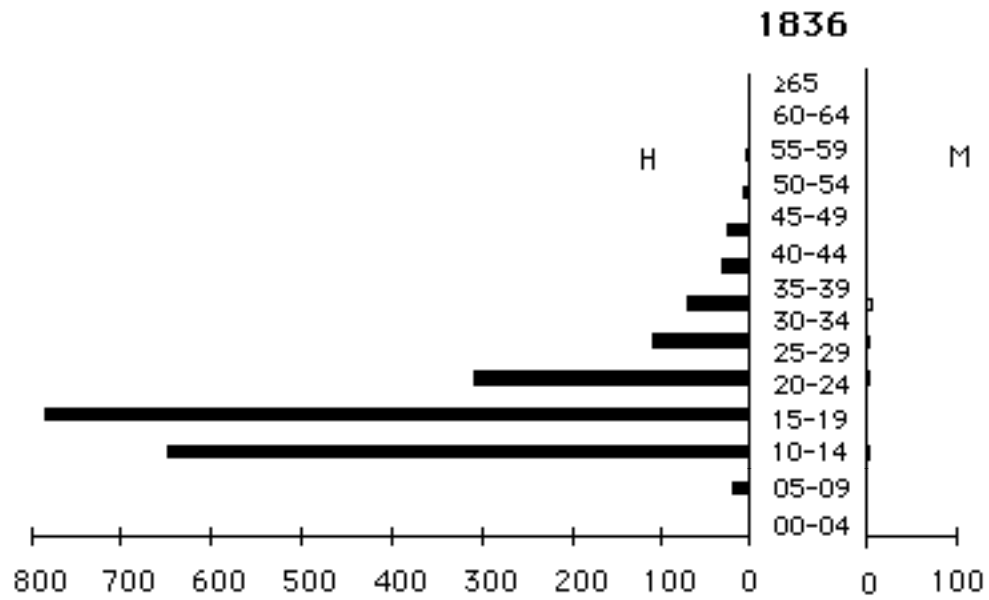
Para além do fenómeno geral de ampliação do fenómeno migratório a todos os escalões etários que se verifica nestes anos, o factor mais relevante na alteração do indicador modal é, sem dúvida, a idade prevista para a proibição de emigrar sem fiança de acordo com a legislação militar. Nos momentos em que se discutem nas câmaras parlamentares projectos legislativos sobre o recrutamento, verifica-se, de imediato um sobressalto, nas idades mais próximas do serviço militar, mostrando que determinados indivíduos que poderiam não emigrar ou o fariam paulatinamente no decorrer do tempo, se decidem desde logo, antes que a eventual lei em debate venha coarctar-lhes a possibilidade de deslocação. É, este facto, que explica, quanto a nós, os desvios à normalidade que se verificam nos anos 40 e 50, concatenando-se cronologicamente com discussões, umas vezes sem saída, outras de forma arrastada, sobre a alteração das leis do recrutamento. Quando se aprovam leis restritivas, fixando limites para a imposição de fianças ao recrutamento, a idade modal baixa de imediato à idade logo abaixo do limite mínimo. Pela lei de 27 de Julho de 1855, a fiança deveria ser prestada por todos os que sássem entre os 18 e os 21 anos, pelo que a idade modal, que em 1854 fora de 18 anos, baixou logo para 17 anos. A lei de 4 de Junho de 1859 o limite mínimo passa para os 14 anos, a idade modal desce imediatamente para 13 anos. Só quando em 1877 se obrigam todos os menores de 22 anos à fiança, a moda passa a ser superior a esta idade. A reposição das remissões em 1884 poderá explicar a queda da moda novamente para os 13

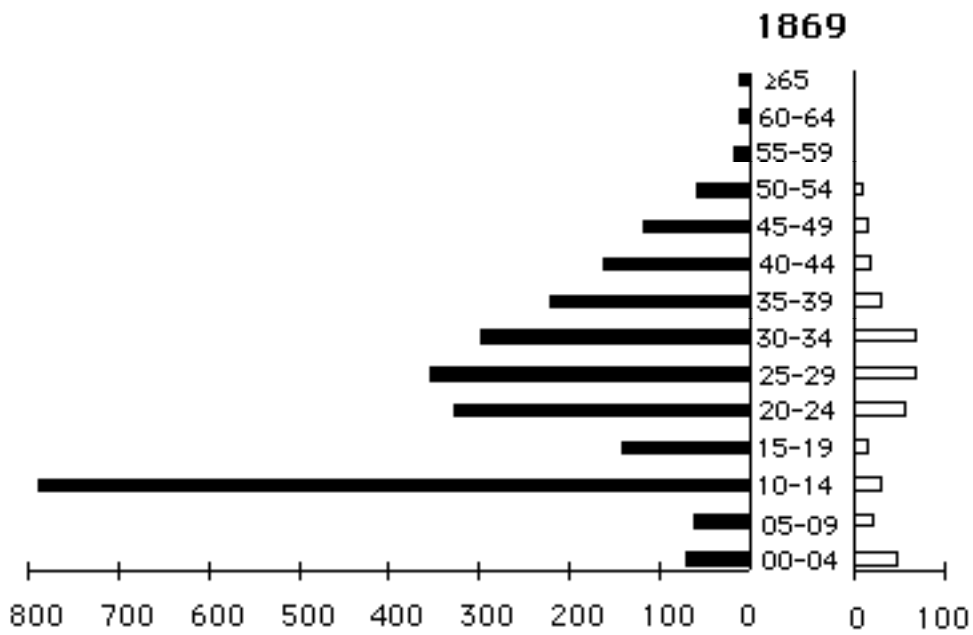
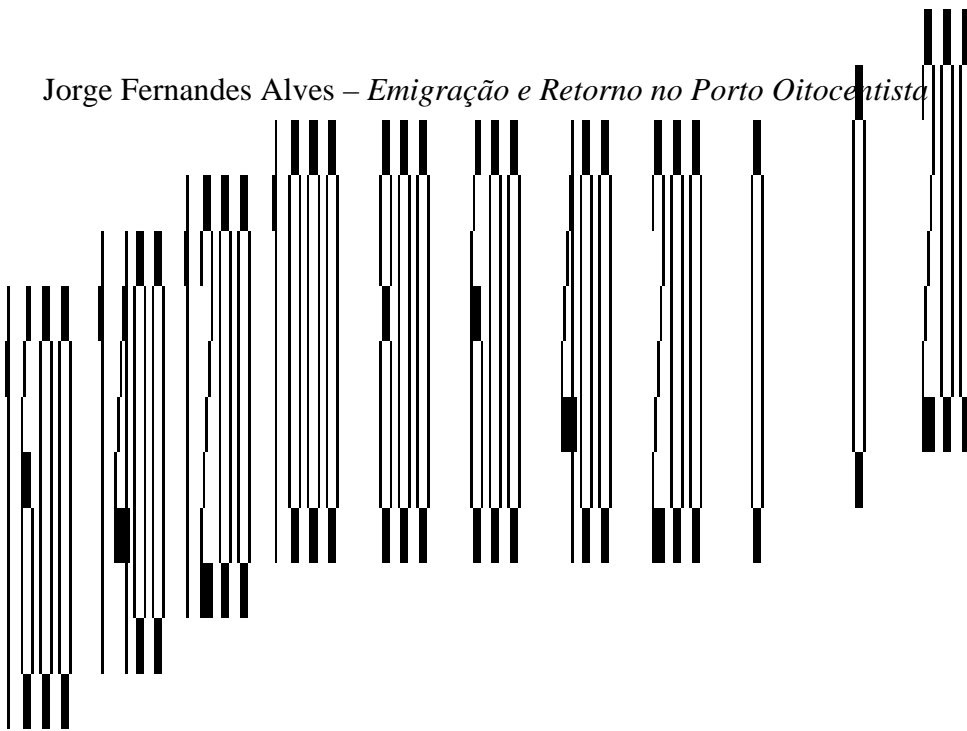
anos, supondo que os indicadores de 1889 e 1899 se possam generalizar. Naturalmente haverá sempre a suspeição de uma clandestinidade elevada, ao que parece forte a partir de 1878, pondo em causa precisamente as idades relacionadas com o recrutamento.

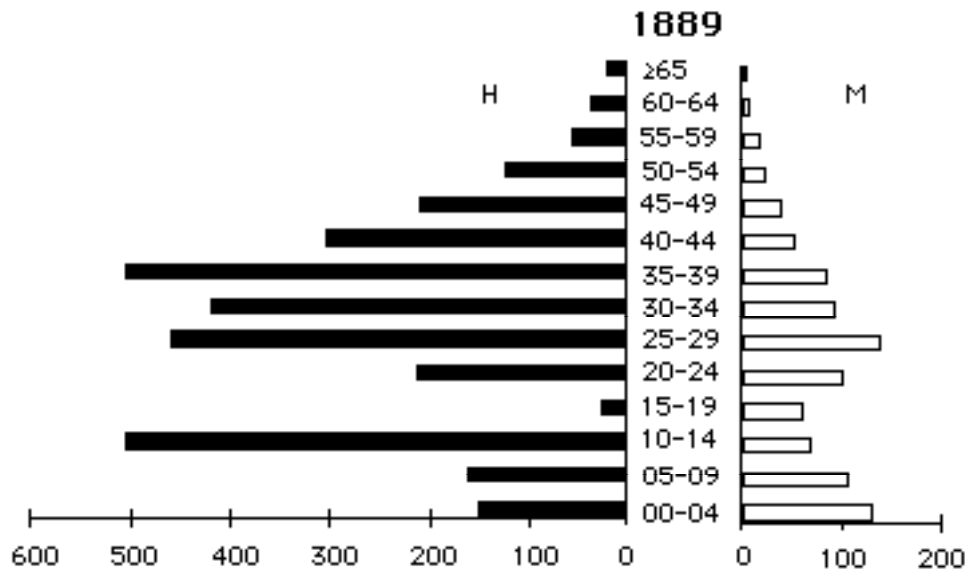
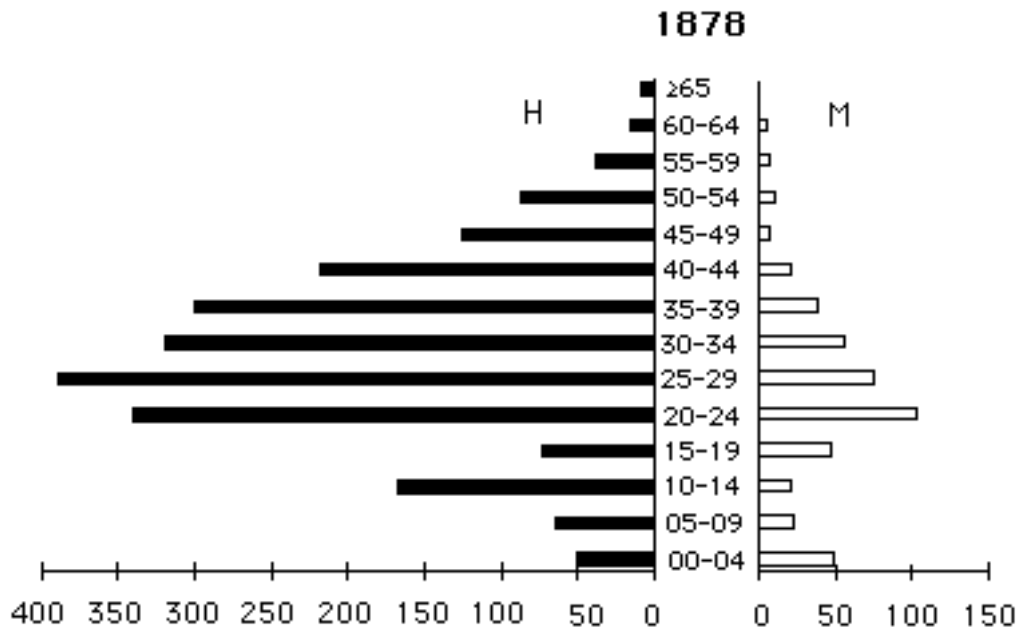
Se optarmos pela média aritmética da distribuição estatística das idades, conglomerando todas as situações, emergem diferenças assinaláveis. Inicialmente, a idade média acompanha de perto a moda, situando-se nos 18-19 anos, na década de 30. Posteriormente e até 1855, oscila entre os 20-25 anos, evidenciando ainda a forte juventude da corrente emigratória. A partir daí a tendência é nitidamente para subir, lenta mas continuamente, fixando-se na casa dos 30 anos pelo final dos anos setenta, nível em que permanece na fase finissecular. Este afastamento progressivo da idade média em relação à moda, evidencia a crescente dispersão etária da emigração, que deixa de estar concentrada num grupo de idades determinado, revelando sobretudo o envelhecimento do fluxo migratório.

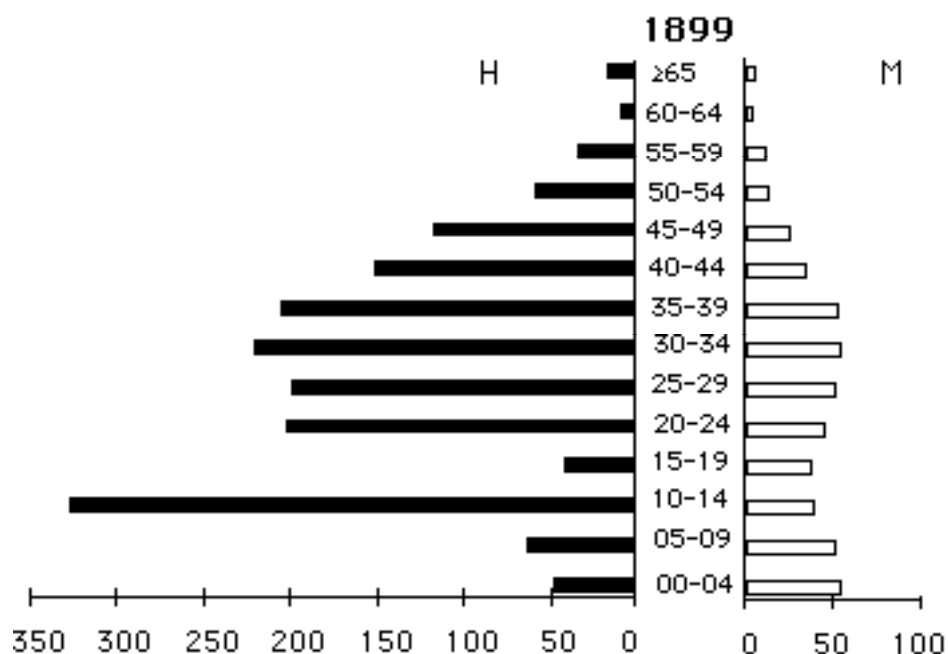
A evolução etária, numa perspectiva de análise de pormenor, precisa, porém, de ser observada através de outra técnica. A mais adequada é, sem dúvida, a observação gráfica da pirâmide de idades, que permite, de imediato, a observação quantitativa e relativa da distribuição dos grupos quinquenais de idades pelos emigrantes dos dois sexos. A ela recorreremos, num processo sucedâneo, desenhando uma pirâmide por década, de forma a que uma leitura de conjunto permita inferir rapidamente as mutações na sua configuração (Gráf. 5.8).

Gráf. 5.8 - Emigração do Porto - Pirâmides de Idades









A sucessão de imagens gráficas vem dar consistência às inferências suscitadas pelos indicadores mais sintéticos (N.B., para uma análise anual na distribuição de idades, vd. anexos 5.7). Na década de 30, o tempo de emigrar era o que decorria sensivelmente entre os 10-24 anos, não tendo grande expressão estatística a dispersão em torno deste escalão, e quanto ao sexo feminino pode dizer-se como totalmente insignificante. Aí temos, então a emigração de jovens, em toda a sua plenitude. Uma década mais tarde, um ligeiro acréscimo na emigração de adultos, não chega para pôr em causa a imagem anterior.

Passamos à década de 50 e verificamos que a configuração etária da emigração sofre já alterações substanciais: a mancha relativa ao sexo masculino surge com uma dispersão acentuada, todos os grupos etários estão representados, em maior ou menor grau, e o sexo feminino emerge com uma imagem igualmente descentrada, em que as idades vão desde os 0 anos até aos 49. As crianças estão, portanto, presentes nos dois grupos, revelando-nos o início da emigração familiar, a que corresponde um maior representação dos adultos.

Na década de 60, temos uma mancha gráfica que poderia ser desenhada com nitidez a partir de 1859. A alteração verificada é o desequilíbrio nos grupos de adolescentes: o grupo dos 15-19 anos quase desaparece para dar lugar a uma concentração maciça no estrato dos 10-14 anos, na sequência da legislação militar já

referida, mostrando que os condicionalismos burocráticos tiveram o seu impacto real na emigração. Sendo embora discutível o seu papel de travão no fluxo migratório, a legislação conduziu, pelo menos, à alteração dos comportamentos, levando a uma clara antecipação das idades dos emigrantes, com todas as consequências que isso implica ao nível das qualificações literárias, profissionais e de autonomia pessoal, contribuindo de forma inequívoca para a desqualificação do emigrante português da época. Mesmo ignorando, por agora, a incidência da clandestinidade emergente neste contexto, podemos falar de um efeito perverso da legislação face aos seus objectivos propostos.

Na década de 70, a pirâmide respectiva só assume a configuração delineada no grafismo por 1877, revelando a clara supremacia dos adultos, parecendo controlada, mas não extinta a corrente de jovens, que continuam a viajar sozinhos e de tenra idade conforme os registos de passaportes deixam perceber. Sublinhe-se o crescimento da emigração feminina e a permanência das crianças a sublinhar a partida de famílias completas, na resposta ao apelo brasileiro da época e, naturalmente, em função das condições locais de partida, já que só partem os que vislumbram uma hipótese, ainda que mínima, de melhoria da sua situação.

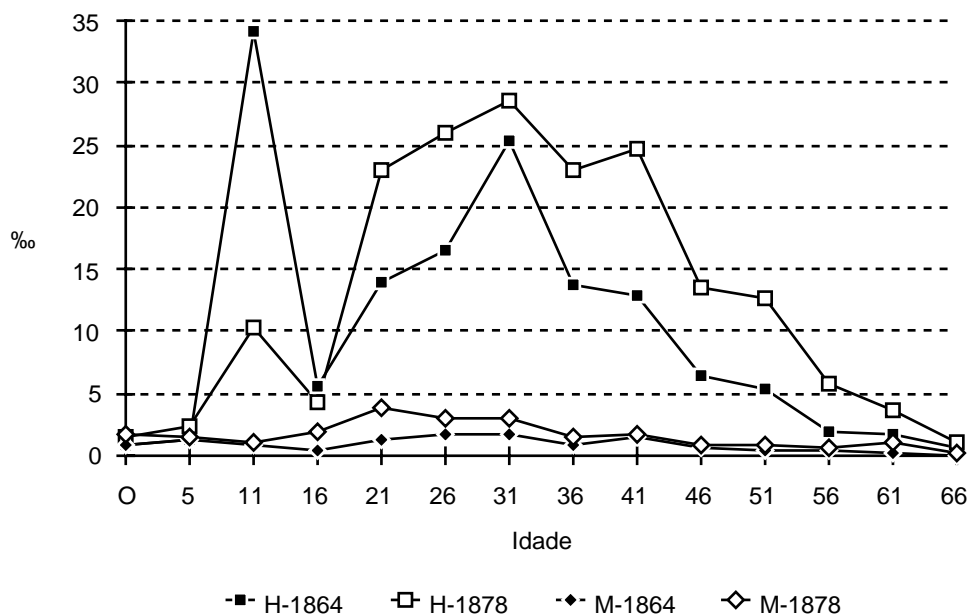
Os grafismos representando as duas décadas finais não se distinguem muito da anterior, devendo sublinhar-se, todavia, a recuperação do grupo etário dos 10-14 anos, que toma de novo a dianteira, quando anteriormente já parecia domado.

Este tipo de observação sobre a natureza etária da emigração apresenta, porém, algumas limitações. Uma delas é, sem dúvida, o não se relacionar com a população potencial, aspecto que procuraremos contornar, calculando as taxas de emigração por grupos de idades. É um exercício a realizar só para os anos de 1864 e 1878, anos para os quais estão disponíveis as estruturas etárias da população de acordo com os censos respectivos. Este exercício tem a vantagem de ultrapassar o carácter sintético das taxas brutas globais, já que a distribuição etária duma população não é homogénea, pelo que em determinados níveis há maior potencial demográfico do que em outros, devido aos efeitos acumulados da mortalidade diferencial e dos vários tipos de migração. O Porto, enquanto detentor de altas taxas de mortalidade, mormente no espaço urbano, e um grande poder de atracção que se estende para além do distrito, dado a natureza aglomeradora da cidade, é susceptível de apresentar esses efeitos, por vezes de natureza contraditória.

A disponibilização da emigração por idades permite-nos, pois, relacioná-la com o potencial demográfico do respectivo estrato de idades, revelando, de alguma forma a propensão a emigrar da população do distrito do Porto e ultrapassando a natureza absoluta dos números anteriormente avançados (Gráf. 5.9). Fazemos esse cálculo também

por sexos, dada a evidente diferença de comportamentos migratórios entre estas duas categorias da população.

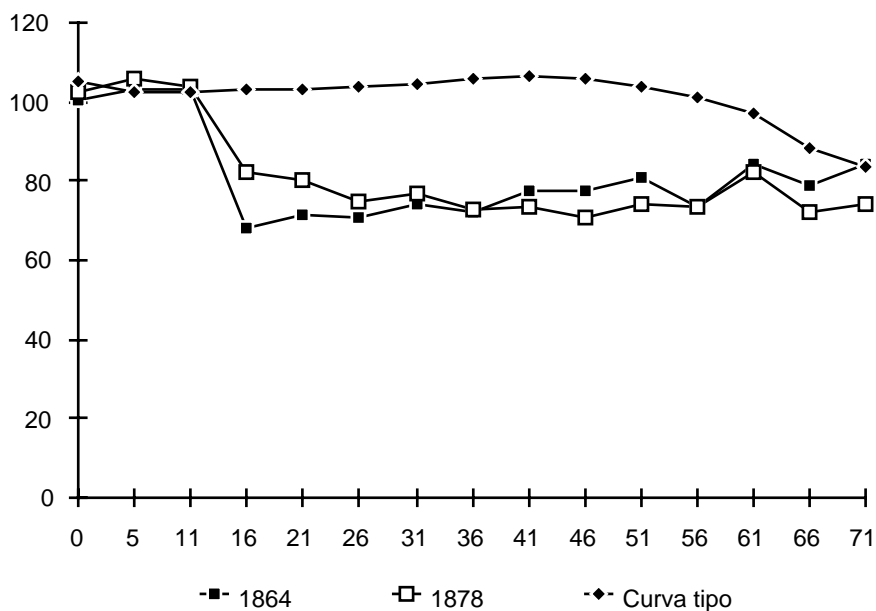
Gráf. 5.9 - Distrito do Porto - Taxas de emigração por sexos e grupos de idades, 1864 e 1878



A sobreposição gráfica dos resultados obtidos coloca alguma ponderação nas configurações gráficas anteriormente obtidas. Uma propensão à emigração ligeiramente mais elevada é o que se nota em 1878 no sexo feminino, mas para ambas as épocas a sua incidência é quase insignificante em termos relativos, apresentando taxas muito baixas, nunca chegando a atingir 5‰ em qualquer idade. Já no sexo masculino a incidência emigratória é muito alta em determinadas idades e apresenta contrastes nítidos entre os dois períodos, conforme temos vindo a assinalar. Com a distribuição da taxa de emigração por idades, as partidas de adultos tornam-se ainda mais visíveis e assumem uma maior importância relativa, devido ao facto de o respectivo volume demográfico ser menor do que o dos jovens. Em todo o caso, permanece para o sexo masculino a evidência de dois tipos sucessivos de emigração: a curva de 1864, na sua configuração bipolar, revela ainda o peso da emigração tradicional de jovens, embora a profunda concavidade do grupo dos 16-20 anos denuncie os constrangimentos já referidos e inerentes à problemática do recrutamento. A curva de 1878 acentua decisivamente a convexidade da emigração na idade adulta, pois em alguns intervalos a diferença para mais em 1878 chega aos 10‰, enquanto os jovens perdem drasticamente a importância.

O que aconteceu no final dos anos setenta não foi apenas um aumento absoluto de emigrantes, pois o dado mais saliente é, de facto, a generalização a todas as idades da fase adulta de uma maior propensão à emigração, embora se recupere, de forma algo compensadora, na diminuição da partida de jovens. Se é certo que esta última tendia a ser cada vez mais clandestina face à legislação gradualmente proibitiva, a verdade é que a lei parece ter tido algum efeito na contenção da partida de mancebos, ainda que essa contenção possa ter sido momentânea e estreitamente correlacionada com o tipo de procura então dominante no mercado de trabalho brasileiro. É isso que se pode deduzir lançando mão de um indicador externo a esta análise, o "sex-ratio" ou relação de masculinidade, no pressuposto de que uma população estável deveria oscilar em volta do nível 100 (mais precisamente de acordo com a curva-tipo⁴⁸), indicando um volume próximo para os dois sexos. O desvio a esse valor indica-nos ainda, que grosseiramente, o efeito das migrações (Gráf.10).

Gráf. 5.10 - Distrito do Porto : relações de masculinidade, 1864 e 1878



O que se verifica na população do Porto (Gráf. 10) é, como seria de esperar, uma curva bastante "escavada", existindo grupos de idades onde a relação entre sexos é de 70 homens para 100 mulheres, o que justifica o celibato definitivo feminino tradicionalmente muito elevado na região e revela a incidência das saídas para o exterior

⁴⁸ Segundo HENRY, Louis, *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*, Lisboa, Gradiva, 1988, p. 27.

do distrito, apesar de alguma compensação por entradas. Há, assim, um impressionante *deficit* do sexo masculino, pois desde os 16 anos até à idade da velhice, o desequilíbrio oscila sempre entre os 20/30 homens a menos por cada centena de mulheres, numa evidência clara dos efeitos da emigração na desestruturação demográfica da região.

**Quadro 5.7 - Taxas de emigração por idades
e relações de masculinidade
Distrito do Porto, 1864 e 1878**

Grupos de Idades	Taxas de emigração - ‰				Relações de masculinidade		
	18 64		18 78		1864	1878	C. Tipo
	H	M	H	M			
0-5	0,8	0,5	1,4	1,6	100	102	102,3
6-10	1,3	0,5	2,4	1,4	103	105	102,4
11-15	34,1	0,8	10,2	1,0	103	104	102,8
16- 20	5,5	0,4	4,3	1,8	68	82	103,3
21- 24	13,9	1,2	23,0	3,8	72	80	103,9
26-30	16,6	1,7	25,9	3,0	71	75	104,7
31- 35	25,4	1,6	28,5	3,0	74	77	105,6
36-40	13,7	0,8	23,0	1,5	72	73	106,2
41- 45	12,8	1,4	24,7	1,7	78	73	105,8
46-50	6,5	0,5	13,5	0,8	77	71	104,0
51- 55	5,4	0,4	12,7	0,9	81	74	101,0
56-60	1,9	0,3	5,7	0,6	74	73	97,2
61- 65	1,6	0,2	3,7	1,0	84	82	92,9
66	0,7		1,1	0,1	79	72	88,5
Todas	10,6	0,8	11,7	1,7	82	85	

Mas o importante aqui é chamarmos a atenção, na linha do que afirmamos acima, para o cruzamento das duas curvas: a de 1864, apresenta uma maior concavidade na fase anterior aos 20 anos, enquanto a de 1878 se torna mais escavada a partir dos 36, mostrando nestes grupos uma maior incidência emigratória. O sentido deste desnivelamento, embora possa ser produto de vários factores, ilustra a sucessão dos dois tipos de emigração sugeridos pelas estatísticas dos registos de passaportes: a preponderância inicial da emigração jovem, a deixar marcas nos respectivos escalões etários, e o seu posterior abrandamento, a partir de 1877, que, apesar da proximidade temporal, surge já indiciado na curva das relações de masculinidade de 1878, não obstante o eventual incremento da clandestinidade nestas idades e por esta época.

5.6 - Saber fazer e condição social

Um texto oficial de 1846 sobre a emigração para o Brasil compara a de origem portuense com a corrente açoriana. Apresenta esta última como destinada fundamentalmente à lavoura, transporte de produtos em carroças e serviço doméstico para as mulheres, serviços antes desempenhados por escravos, e diz sobre a primeira:

"Até ao anno de 1840, poucos eram aquelles que não se dedicavam ao commercio. Não acontece agora tanto assim, porque parte dos que vão são homens de officios mecanicos, principalmente pedreiros e carpinteiros, que com os seus jornaes e bastante economia, poucos são os que ficam no Brasil, e já se acostumam a voltar á patria ao fim de três annos, sendo quasi todos das aldêas das vizinhança do Porto. Os que se dedicam ao commercio, por sua natureza, tem mais persistencia no paiz, sendo poucas as casas de qualquer negocio no Rio de Janeiro, que não tem um ou mais caixeiros portuguezes, havendo igualmente alguns destes que são chefes de casas de commercio, e proprietarios de estabelecimentos naquelle pais"⁴⁹.

Se o reducionismo é evidente, como acontece com todas as tentativas de síntese, não podemos, no entanto, analisá-lo em plenitude neste estudo, já que o nosso campo de análise se restringe às condições de partida, e as ocupações aqui declaradas podem não ter seguimento na zona de recepção. Porém, se a ocupação antes da partida condicionar a inserção no país de acolhimento, enquanto indicador de um "saber fazer", então temos de reconhecer uma maior variedade, apesar de, para aquela época, não se desmentir, antes confirmar o texto acima transcrito nas linhas gerais. Embora haja desvios nítidos, sobretudo na emigração de engajados, com homens de ofício que acabam por ir parar a serviços agrícolas, o mais natural será que as profissões de origem tendam a manter-se e até a evoluir, em alguns casos, pois, enquanto prevalecer a produção de tipo artesanal, o "saber fazer" de qualquer especialidade é naturalmente valorizado, em especial quando a emigração se realiza já numa idade adulta, em que mudar de profissão seria deitar fora toda uma fase de dura e longa experiência.

Infelizmente, a nossa análise das profissões ou "ocupações", como na altura se dizia, não poderá ter uma perspectiva tão sistemática como a relativa às outras variáveis constantes dos registos de passaporte. Há alturas em que a ocupação quase não se regista, apenas surgindo um ou outro caso, como excepção que confirma a regra. Por outro lado, a referência de ocupação, nos períodos em que se intensifica o seu registo, não cobre os

⁴⁹ "Emigração para o Brasil", *Diário do Governo*, nº 105 de 6 de Maio de 1846, p. 501.

acompanhantes nem se alarga a todas as idades, daí que se ignore, quase sistematicamente, a profissão dos menores de 14 anos. Este último é um facto que não admira, já que seria difícil atribuir uma ocupação a quem acaba de sair da casa paterna, às vezes sem qualquer tirocínio profissional. No entanto, já vimos como é forte a componente juvenil desta emigração, sobretudo para os primeiros anos deste estudo, o que impõe, desde logo, fortes limitações a qualquer análise desta variável. É certo que muitos destes jovens que partem pelos 14 anos se destinam às casas de comércio, mesmo quando de extracção rural, enquadrados pelas "recomendações": nestes casos, a profissão inicia-se pela base, pelo lugar de marçano, ao contrário dos caixeiros que partem já com esse estatuto e, portanto, em idade mais tardia, por volta dos 20 anos ou mais, conforme as épocas e a legislação militar. No entanto seria inevitável a dispersão por outras profissões, já que nem sempre o processo das "recomendações" funcionava do modo esperado e, muitas vezes, nem sequer havia recomendação de qualquer espécie, como no período "negro" do engajamento, o qual se tornou responsável pela transposição de jovens de baixa condição social, desprotegidos, à mercê do locador de serviços e logo drenados para as fazendas do interior.

Condicionados pelos dados existentes, fazemos o reconhecimento possível das profissões dos emigrantes declaradas à sua partida, agrupando-as por actividades, por sua vez indexadas à classificação por sectores. Numa primeira fase, fizemos o levantamento anual e sistemático dos dados existentes (Anexos 5.8). Em face da existência de anos em que a sua referência é esporádica, seleccionamos os períodos (1840-49; 1860-64; 1874-1879, 1889 e 1899) em que o registo se tornou mais intensivo e assegura uma representatividade superior a 50% do fluxo, na sua componente masculina de maiores de 14 anos. Refira-se que a partir de 1874 o registo das ocupações nesta componente se torna praticamente sistemático, com percentagens de representatividade na ordem dos 90%, às vezes próximas de 100% . Um resumo dessa selecção pode ser observada no Quadro 5.8, contendo apenas a discriminação por actividades e sectores, pois a longa série de profissões, às vezes sem grande significado quantitativo pode ser analisado nos anexos referidos e a elas se fará referência no texto.

Naturalmente que este tipo de classificação é discutível. Nas sociedades tradicionais é difícil discernir aonde começam e acabam as ligações à terra, pois como já vimos em capítulo anterior, a via do "ofício" é muitas vezes complementar à da exploração agrícola, que na sua configuração de minifúndio, é assegurada no dia-a-dia pela mulher e filhos, com o auxílio do chefe de família nas épocas de maior trabalho (sementeiras e colheitas), o qual, entretanto, procura rentabilizar fora o seu trabalho e/ou o de alguns filhos. Também o agrupamento de secundário se refere à multiplicidade de

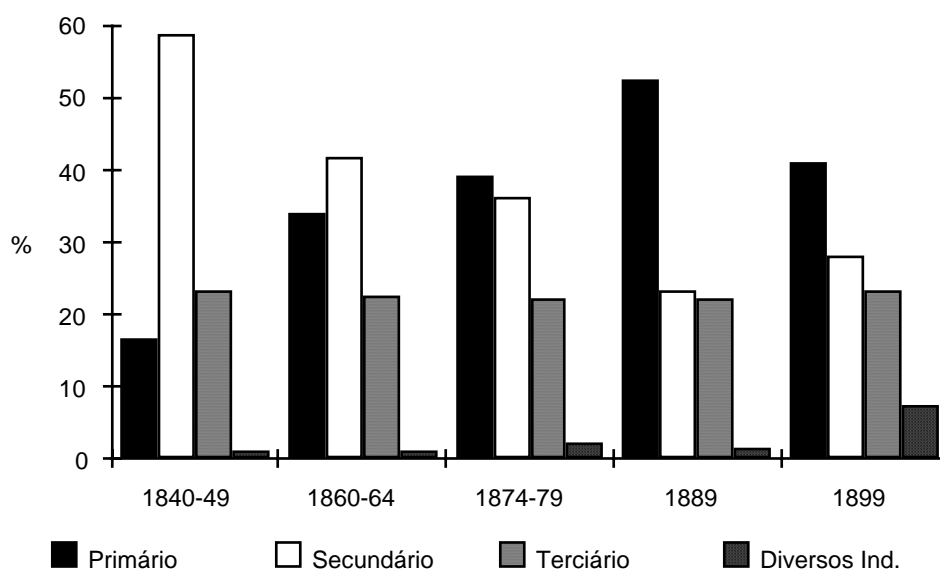
ofícios declarados que se integravam em actividades de transformação, embora fossem quase todos do domínio do artesanato. Correndo ainda o risco do anacronismo, agrupámos no "sector terciário", as profissões ligadas ao comércio, transportes, ensino, artes e serviços intelectuais. Finalmente, tivemos óbvia dificuldade em integrar nestes sectores o capitalista ou o proprietário, já que não sabemos se estão ligados ao comércio, à indústria ou mesmo à agricultura, pelo que, dada até a peculiaridade da sua situação (cobrem normalmente processos de reemigração) optámos lhes atribuir uma arrumação própria, fora dos sectores tradicionais.

Quadro 5.8 – Emigração do Porto por sectores e actividades

Actividades por sectores	1840-1849		1860-1864		1874-1879		18 89		18 99	
	Média	%	Média	%	Média	%	Nºs	%	Nºs	%
<i>1 - Sector Primário</i>	<i>127</i>	<i>16,6</i>	<i>305</i>	<i>34,2</i>	<i>892</i>	<i>39,2</i>	<i>1222</i>	<i>52,4</i>	<i>502</i>	<i>41,0</i>
1.1 - Agro-pecuária	101	13,2	67	7,5	389	17,1	26	1,1	3	0,2
1.2 - Pesca	10	1,3	12	1,3	115	5,1	161	6,9	111	9,1
1.3 - Minas	1	0,1	1	0,1	4	0,2	6	0,3	1	0,1
1.4 - Não especificadas	16	2,1	226	25,4	385	16,9	1029	44,2	387	31,6
<i>2 - Sector Secundário</i>	<i>450</i>	<i>59,9</i>	<i>374</i>	<i>42,0</i>	<i>825</i>	<i>36,3</i>	<i>549</i>	<i>23,5</i>	<i>345</i>	<i>29,2</i>
2.1 - Construção Civil	123	16,1	110	12,3	299	13,2	201	8,6	128	10,4
2.2 - Vestuário, têxtil e calçado	106	13,9	59	6,6	112	4,9	72	3,1	44	3,6
2.3 - Metalurgia	39	5,1	34	3,8	52	2,3	42	1,8	15	1,2
2.4 - Ourivesaria	11	1,4	9	1,0	22	1,0	6	0,3	19	1,6
2.5 - Madeira e mobiliário	141	18,5	128	14,4	286	12,6	192	8,2	114	9,3
2.6 - Alimentar /panificação	4	0,5	7	0,8	19	0,8	12	0,5	8	0,7
2.7 - Tipografia /edição	1	0,1	1	0,1	2	0,1	2	0,1	4	0,3
2.8 - Olaria	1	0,1	1	0,1	1	0,0			3	0,2
2.9 - Construção naval	1	0,1	3	0,3	3	0,1			2	0,2
2.10 - Couros e curtumes	3	0,4	2	0,2	2	0,1	3	0,1	1	0,1
2.11 - Fogo e armamento	3	0,4	3	0,3	3	0,1				
2.12 - Diversas	3	0,4	1	0,1	6	0,3			1	0,1
2.13 - Não especificadas	15	2,0	18	2,0	18	0,8	18	0,8	6	0,5
<i>3 - Sector Terciário</i>	<i>178</i>	<i>23,3</i>	<i>202</i>	<i>22,7</i>	<i>505</i>	<i>22,2</i>	<i>520</i>	<i>22,3</i>	<i>287</i>	<i>23,4</i>
3.1 - Comércio	142	18,6	178	20,0	451	19,8	483	20,7	253	20,7
3.2 - Transportes	1	0,1	1	0,1	10	0,4	7	0,3	3	0,2
3.3 - Saúde e Higiene	14	1,8	10	1,1	20	0,9	22	0,9	9	0,7
3.4 - Artes	2	0,3	2	0,2	5	0,2	1	0,0	8	0,7
3.5 - Ensino	10	1,3	3	0,3	14	0,6	5	0,2	9	0,7
3.6 - Serviços	10	1,3	7	0,8	5	0,2	2	0,1	5	0,4
<i>4 - Diversos Indeterminados</i>	<i>9</i>	<i>1,2</i>	<i>10</i>	<i>1,1</i>	<i>51</i>	<i>2,2</i>	<i>40</i>	<i>1,7</i>	<i>91</i>	<i>7,4</i>
4.1 - Proprietários	9	1,2	10	1,1	43	1,9	37	1,6	61	5,0
4.2 - Capitalistas					6	0,3	3	0,1	30	2,4
4.3 - Fazendeiro					2	0,1				
TOTAIS	764	100,0	891	100,0	2273	100,0	2330	100,0	1225	100,0

De qualquer modo, tendo em conta a relatividade dos dados, podemos tirar algumas conclusões, a mais óbvia das quais será a alternância entre o sector secundário e o primário como meio de origem dos emigrantes (Gráf. 5.11). Na década de 40, os portadores de algum "ofício" representavam 59% do fluxo (de maiores de 14 anos, repita-se), enquanto os ligados à exploração da terra ou do mar rondavam os 17%; os números evoluem depois de tal forma que se produz a inversão, e, em 1889, já o sector primário significava mais de 50%, com os primeiros a decaírem para a casa dos 20%.

**Gráf. 5.11 - Distrito do Porto - Emigração
por Sectores de Actividades**



De sublinhar que a corrente do terciário, essencialmente ligada ao comércio, permanece indiferente a estas oscilações, mantendo ao longo do século uma quota próxima dos 25% no fluxo da emigração para o Brasil, marcando a especificidade da corrente portuense.

O sector primário

O quadro esboçado mantém ligações estreitas com a transformação social que se vinha operando em Portugal, ao longo do século XIX. Assim, se a via do artesanato e, em menor grau, a do comércio absorviam de início a maior parte dos excedentes de mão-de-obra da agricultura, especialmente na sua configuração de êxodo rural, uma parte do qual se escoava posteriormente para o Brasil, à medida que avançamos no século tal drenagem

torna-se insuficiente e ao camponês resta-lhe, cada vez mais, o caminho directo da emigração.

No entanto, o sector agrícola está presente desde o início e a sua representatividade seria maior se considerássemos os menores de 14 anos. De resto, como já acontecia no século XVIII. Uma análise de pormenor mostra-nos que a classificação de lavradores nem sempre significa a de indivíduos já instalados agricolamente, mas tão que é essa a sua origem, pois muitas vezes são rapazes na casa de 18 ou vinte e tal anos a emigrarem, embora partam também alguns indivíduos já casados e um pouco mais avançados na idade. Subsistirá sempre a dúvida sobre a ambiguidade e a extensão da designação, embora muitos casos referenciados, nomeadamente para a zona da Maia, Vila do Conde e Santo Tirso revelem a sua extracção de casas de lavradores com algum poder económico, como se documenta pelos testamentos afins. Nos anos 40, para os emigrantes classificados por nós no sector primário, a designação de lavradores é maioritária. Nos anos 60, essa maioria passa já para os "não especificados", os vulgarmente designados de "trabalhadores", mostrando o engrossamento do caudal de proletários, indivíduos sem profissão definida, ocupados em trabalhos braçais ao sabor da conjuntura e da sazonalidade, às vezes rumando em direcção aos trabalhos urbanos. É esta população flutuante, a que se vão juntar os camponeses em processo de proletarianização, que vai ser atraída em massa pelos contratos de engajamento que facilitam os custos da viagem e, nas décadas finais, pelas viagens directamente subsidiadas pelos estados brasileiros. Nos fins da década de 70 a proporção dos trabalhadores relativamente aos lavradores cresce espectacularmente e a referência a estes quase desaparece nas duas décadas finais. Torna-se, assim, visível a substituição do modelo de emigração num quadro de reprodução social por um movimento de forte proletarianização, em consonância com as transformações complexas da sociedade que, no seu conjunto, foram já analisadas por autores recentes como Miriam Halpern Pereira⁵⁰ e M. Villaverde Cabral⁵¹ ou David Justino⁵².

Neste contexto merecem relevo as alterações sócio-jurídicas, essencialmente viradas para a "libertação das terras", isto é, visando a sua mobilidade, tais como as criadas com as leis de extinção dos vínculos, as leis de desamortização dos foros e

⁵⁰ Cf. PEREIRA, Miriam Halpern, *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 2ª Edição, 1983.

⁵¹ Cf. CABRAL, Manuel Villaverde, *Materiais para a História da Questão Agrária em Portugal - Séc. XIX e XX*, Porto, Editorial Inova, 1974. Idem, *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX*, Lisboa, A Regra do Jogo, 3ª edição, 1981.

⁵² Cf. JUSTINO, David, *A Formação do Espaço Económico Nacional, Portugal, 1810-1913*, 2 vols., Lisboa, Vega, 1988.

censos, a lei hipotecária (Lei de 1 de Julho de 1863 e Regulamento de 4 de Agosto de 1864), as quais terão uma configuração jurídica de conjunto no "Codigo Civil Portuguez" publicado pela carta de lei de 1 de Julho de 1867⁵³.

"As terras, agora livres, poderão mudar de senhor, procurando outro que as tracte melhor. Sairão da mão do pródigo pela venda voluntária ou pela execução e tornar-se-ão mais productivas na posse do agricultor." Assim se congratulara, de forma bastante expressiva, a Junta Geral do Distrito do Porto, ao mesmo tempo que reclamava: *"Agora é mister cahir sobre o baldio"*⁵⁴.

Conjugadas com flutuações conjunturais na produção e no mercado de produtos agrícolas, as leis têm efeitos diversos, mas convergem para uma debilitação da população agrícola e precipitam a fuga dos campos, na medida em que fragilizam o direito de propriedade. Se, a partir dos meados do século, a invasão das moléstias da vinha provoca uma desestruturação da propriedade, principalmente no Douro, a que se seguirão processos de reconversão e/ou reorganização capitalista da mesma cultura, no litoral, será a quebra da exportação de gado que se verifica nos anos 80 a diminuir ainda mais a rentabilidade agrícola. A criação de gado para embarque, quase na totalidade para Inglaterra, tornara-se, na segunda metade do século passado, uma das actividades mais rentáveis dos agricultores do Norte de Portugal, em especial os do Douro Litoral, podendo dizer-se que se experimentou mesmo uma certa reconversão agrícola no sentido da sua produção (Gráf. 5.12).

Esta exportação era quase um monopólio da barra do Douro: por exemplo, em 1878-79, das 13501 cabeças de gado bovino exportado para Inglaterra, 12095 saíram do Porto⁵⁵. A quebra do movimento exportador, com repercussões nos preços internos do gado, foi mais um golpe nos problemas da agricultura da região. Mas não podemos esquecer que a intensificação da criação de gado para embarque teve também o seu reverso para os

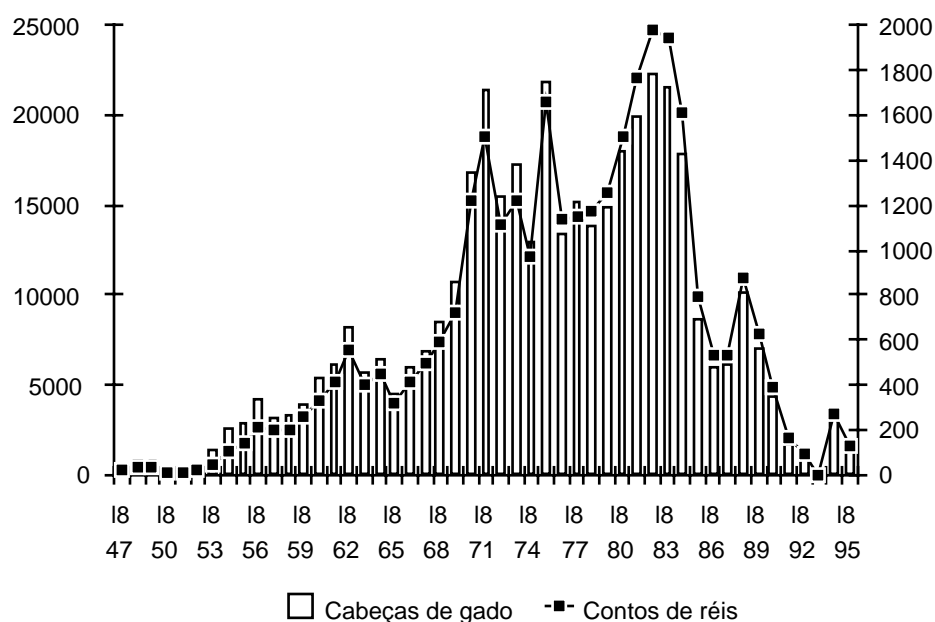
⁵³ É preciso notar-se que muitas das determinações do Código Civil não tem aplicação imediata, pois estavam previstas formas diferidas para a entrada em vigor: assim, por exemplo, os "prazos de vida", apesar da sua extinção como figura jurídica, manter-se-iam como tal durante a vida do então titular, e os contratos a ele relativos e anteriores à publicação do código mas prevendo aplicação posterior também seriam válidos. Cf. *Codigo Civil Portuguez aprovado por Carta de Lei de 1 de Julho de 1867*, anotado, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1907.

⁵⁴ Cf. "Junta Geral do districto do Porto - Consulta geral sobre as necessidades do districto administrativo do Porto, melhoramentos de que é susceptível e meios de os conseguir, dirigida ao governo de Sua Magestade pela junta geral do mesmo districto, na sua sessão ordinaria do corrente anno de 1864", *O Commercio do Porto*, de 25 de Setembro de 1864 (a consulta transcreve-se ao longo de vários números do jornal)

⁵⁵ Segundo dados de Rodrigues de Freitas, "Imposto sobre a exportação do gado e da cortiça", *O Commercio do Porto*, de 22 de Fevereiro de 1880. O lançamento do imposto era uma medida inoportuna, recaindo sobre um produto que na altura já começava a sentir a concorrência americana e dava sinais de decréscimo. São do mesmo autor e artigo, os dados utilizados no Gráfico 5.12.

grupos camponeses mais débeis, pois a necessidade de terras para pastos levou à recuperação, pelos lavradores, de pequenas parcelas, antes trabalhadas por "cabaneiros" e "rendeiros", pela sua retirada de arrendamento ou através de compra, no sentido de promover ou facilitar vedações mais compatíveis com a criação de gado, produzindo, desde logo, um acentuar das tendências de proletarização nestes grupos sócio-profissionais.

Gráf. 5.12 - Exportação de gado pela barra do Porto



Fontes:

Freitas, R., "Imposto sobre a exportação de gado e cortiça", C.P., de 22.02.1880

A.C.P., Relatórios..., 1892 - 1895 (anexos)

Na década de 70, tornam-se já muito evidentes os processos de endividamento dos pequenos camponeses e seus novos contornos. Anteriormente o dinheiro era solicitado a juro módico (5%) às corporações religiosas (confrarias e misericórdias) e as dívidas transmitiam-se de geração em geração, como se pode ver através dos testamentos. Agora são os prestamistas e especuladores locais que o fazem sob hipoteca e a juros elevadíssimos, o que leva frequentemente à perda das pequenas propriedades e a processos acelerados de proletarização dos pequenos camponeses. A dívida constitui, por

outro lado, um motivo frequente para a sua emigração, em jogada de antecipação, com o objectivo de desonerar a propriedade e retomar posteriormente a actividade. Na resposta de Tabner de Moraes ao Inquérito Parlamentar de 1873, reconhecia-se que tinham aumentado as vendas forçadas devido a execuções hipotecárias, ao mesmo tempo que se considerava excessiva a taxa de juro, oscilando entre 5 a 10%, "*na sua maior parte fornecidos por indivíduos que do Brazil têm regressado às terras das suas naturalidades e que trazem capitaes disponiveis*". Tal juro era considerado superior ao da rentabilidade da propriedade agrícola, pelo que a consequência era a ruína do lavrador "*hoje muito mais facil pela presteza e simplicidade das execuções hypotecárias.*" Mas Tabner de Moraes também reconhece estratégias para contornar a legislação que propugnava a mobilidade e divisão da terra: o fim dos "prazos de vida", de "livre nomeação", sobre os quais recaía a impossibilidade de alienação dada a sua natureza enfitêutica e que por isso exigiam a selecção de um herdeiro, conduziu a que viessem "*em maior escala as doações, com que os paes favorecem os filhos predilectos, que de ordinario fazem casamentos vantajosos e por interesse, e d'este modo obteem os meios necessarios para inteirar os irmãos da sua quota hereditaria, evitando a divisão e destrinça que o artigo 1662º do codigo civil preceitua*"⁵⁶.

Apesar destas contradições, ao que parece localizadas nesta região circunscrita do litoral, Oliveira Marins, em 1887, na altura da apresentação do seu célebre "projecto de fomento rural", adensa as cores do quadro acima traçado. Sublinha, então, uma elevação drástica do juro, sobretudo para as regiões no Norte Interior e Beiras, mas mais moderada no litoral dada a abundância aqui de capitais, bem como o reconhecimento de uma acentuada pulverização da propriedade, em face da diversa legislação anterior sobre a terra⁵⁷.

Um fundo arquivístico sobre a décima de juros, permite-nos descer ao terreno e perspectivar os níveis de endividamento das populações por esta altura⁵⁸.

⁵⁶ "Resposta do Governo Civil do Porto", in *Primeiro Inquerito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa pela Commissão da Camara dos Senhores Deputados*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873, pp. 167-218.

⁵⁷ Cf. MARTINS, Oliveira, *Fomento Rural e Emigração*, Lisboa, Guimarães Editores, 1956.

⁵⁸ Trata-se do "Fundo da Direcção de Finanças do Distrito do Porto", ao tempo deste exercício ainda em organização. Cobria apenas alguns concelhos do distrito (Maia, Póvoa, Marco, além de S. Tirso), embora nem sempre existisse sintonia cronológica, e apresentava lacunas para diversas localidades em alguns anos. Agradecemos ao dr. Silvestre Lacerda a indicação desta fonte, a qual é, naturalmente, susceptível de um maior aprofundamento, com grande interesse para a história social e económica.

Quadro 5.9 - Dívidas Registadas no concelho de S. Tirso, 1876

Freguesias	Conhecimentos	Décima (mil réis)	Capital* (mil réis)	Dívida média (mil réis)	Fogos Nº **	Conhec./Fogos %
	1	2	3	4 = 3 / 1	5	6 = 1/5
Agrela	61	70,981	14196	233	137	44,53
Agualonga	39	41,845	8369	215	151	25,83
Alvarelhos	49	87,227	17445	356	202	24,26
Areias	37	42,633	8527	230	111	33,33
Bougado, SM	57	46,173	9235	162	245	23,27
Bougado, ST	102	121,94	24388	239	297	34,34
Burgães	72	46,546	9309	129	185	38,92
Campo, SM	16	13,395	2679	167	182	8,79
Campo, SS	3	2,043	409	136	42	7,14
Carreira	40	53,064	10613	265	146	27,40
Coronado, SM	102	97,827	19565	192	271	37,64
Coronado, SR	46	61,074	12215	266	100	46,00
Couto, SC	43	56,859	11372	264	136	31,62
Couto, SM	18	13,798	2760	153	54	33,33
Covelas	21	19,508	3902	186	75	28,00
Guidões	29	28,99	5798	200	121	23,97
Guimarei	35	52,714	10543	301	141	24,82
Lama	24	19,252	3850	160	59	40,68
Lamelas	68	59,888	11978	176	140	48,57
Monte Córdova	61	56,805	11361	186	390	15,64
Muro	21	20,889	4178	199	123	17,07
Negrelos, SM	13	9,28	1856	143	182	7,14
Negrelos, ST	29	25,261	5052	174	182	15,93
Palmeira	22	15,263	3053	139	73	30,14
Rebordões	47	44,269	8854	188	180	26,11
Refojos	36	66,231	13246	368	201	17,91
Reguenga	25	30,123	6025	241	157	15,92
Roriz	45	17,503	3501	78	270	16,67
Sequeiró	46	30,608	6122	133	96	47,92
S. Tirso	164	310,63	62126	379	436	37,61
Vilarinho	28	32,644	6529	233	190	14,74
Totais	1399	1595,263	319053	228	5275	26,52

Fonte: A.D.P., S. Tirso, Décima de Juros, 1876.

* Capital calculada na base mínima da décima de juros - 0,5%

** Nº de Fogos, segundo o censo de 1878.

Tomando como exemplo, o caso do concelho de Santo Tirso, podemos conhecer o número de conhecimentos de dívidas, o valor da décima de juros e respectivo capital, e conjugá-los com outras fontes⁵⁹, de forma a obtermos outros indicadores sociais (Quadro

⁵⁹ A décima de juros tem uma longa história fiscal que nos dispensamos de ilustrar aqui. Refira-se apenas que todas as quantias mutuadas superiores a 10\$000 deviam ser manifestadas, sob pena de não se admitida acção em juízo, e,consequentemente, tornar-se improcedente qualquer hipoteca. Naturalmente que implicava um encargo acrescido, pois sobre o capital mutuado recaía um imposto de 0,5%, no pressuposto da cobrança de um juro de 5% (cresceria se fosse declarado juro maior). Assim, estas dívidas são as "oficiais", aquelas a que os credores queriam assegurar a hipótese de hipoteca, sendo, naturalmente, um nivelamento por baixo, pois havia, com certeza, dívidas não manifestadas, sustentadas na base da confiança pessoal. As dívidas não manifestadas cobravam, normalmente, juros mais elevados, dado o maior risco envolvido. Cf. *Codigo Administrativo - Anotado*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865, pp. 269-272.

5.9). Para o ano de 1876, são quase 1400 dívidas registadas, com um capital mutuado próximo dos 320 contos de réis. No conjunto, podemos dizer que 1 em cada 4 fogos assume uma dívida média de 228\$000 réis, embora a descida ao nível da freguesia revele uma grande dispersão, com algumas a terem um "ratio" de endividamento superior a 40% (veja-se nos casos de Lamelas e S. Romão do Coronado, quase a atingirem os 50%).

A um salário de 200 réis⁶⁰ em trabalhos rurais, essa dívida média corresponderia a 1140 dias de trabalho, o que dá uma ideia da carga financeira que representava e explica a insolvência de muitas famílias, sobretudo depois que a lei hipotecária simplificou e acelerou o processo, legitimando moralmente o manifesto por parte do credor, pois este corria o risco de pagar multa se o não fizesse. Quebrava-se, assim, a tradição das dívidas por gerações, ou a prática das confrarias de concederem ao mesmo devedor sucessivos empréstimos inferiores a 10\$000, como forma de se eximirem ao manifesto. A simples quebra no pagamento dos juros permitia accionar rapidamente a hipoteca. O mesmo quadro poderia ser ilustrado, a partir dos dados disponíveis, para a zona da Maia ou Póvoa de Varzim⁶¹.

Processos contínuos de "arredondamento" de propriedades, por inclusão de parcelas anexas, ou estratégias deliberadas de alargamento de bens a qualquer preço, facilitando o endividamento para promover a execução posterior, tornam-se, então, vulgares, a partir das últimas décadas do século passado. Em certas freguesias de S. Tirso, ainda hoje é possível fazer emergir da memória dos mais velhos histórias sucessivas sobre execuções hipotecárias e processos de constituição de grandes propriedades, sobretudo por parte de "grandes" da terra, muitos deles antigos emigrantes ou seus descendentes, bem como comerciantes e quadros da cidade do Porto. É o auge na formação das "quintas", vulgares em toda a região, esses espaços agrícolas vedados por altos muros, com uma ou mais residências, e um sobre-investimento que tinha mais a ver com o prestígio social do que com a rentabilidade e a eficácia agrícola⁶². Assim, aos

⁶⁰ Valor indicado para S. Tirso, em 1870. Cf. "Resposta do Governo Civil do Porto", in *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa...*, ob. cit., p. 212.

⁶¹ O concelho da Maia, em 1861, apresenta 691 conhecimentos de dívida, correspondendo a um capital de cerca de 215 contos de réis, o que dá uma dívida média de 311\$000, embora o "ratio" nº de dívidas/nº de fogos se fique pelos 17%. O da Póvoa de Varzim, em 1876, com 1098 conhecimentos respeitante a um capital de 190 contos, tem uma dívida média de 173\$641, mas aquele "ratio" sobe aos 25%. Para uma análise a nível inter-distrital, Cf. Ministério dos Negócios da Fazenda, *Contribuições Directas - estatística especial, 1877-1905*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1905, pp. 205-214. Em 1878, no distrito do Porto, a relação nº de conhecimentos/nº de fogos era de 20%, embora o valor médio da dívida rondasse os 459\$000 réis, pelo que os valores apresentados no quadro para S. Tirso não são exagerados, nem se afastam muito da média distrital.

⁶² CF. GUIMARÃES, Avelino da Silva, *A Crise Agrícola Portuguesa*, Porto, Typ. de A. J. da Silva Teixeira, 1890. Para tempos recentes, cf. DIAS, Jorge, "Algumas considerações acerca da estrutura social do povo português", *Ensaios Etnológicos*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1961, pp. 121-143.

mecanismos jurídicos que facilitaram a mobilidade e aceleraram a pulverização da terra associaram-se meios de crédito e estratégias de concentração relativa que modificaram substancialmente a paisagem social do campesinato do Noroeste e produziram excedentes directos para a emigração.

Ainda enquadrados no sector primário surgem os pescadores, às vezes designados por marítimos, embora esta última designação seja mais abrangente, pois pode, eventualmente, referir-se a homens de bordo na marinha mercante. Quase sempre, porém, o seu sentido é o de pescadores. Classe socio-profissional de "expatriação contínua", dado o seu estado de miséria latente, o seu êxodo acentuar-se-á na segunda metade do século XIX: nos anos 50 e 60 entram em alguns contratos de engajamento, mas será a partir da década de 80 que o êxodo começa a tornar-se mais significativo, com o processo de reestruturação que então se começa a verificar e de que as componentes mais significativas são o aparecimento de barcos a vapor e a organização de companhias segundo as novas fórmulas de organização empresarial, isto é, as sociedades por acções, atraindo capital exterior à actividade. Tais barcos começam a utilizar processos mais eficazes de pescar, através das redes de arrasto, o que trouxe conflitos com os pescadores tradicionais, os quais protestavam contra a destruição das redes usuais e contra a razia na procriação, além da baixa de qualidade do pescado. No entanto, estas companhias acabarão por se impor e a renovação tecnológica permite-lhes utilizar pouco pessoal e obter mais elevado rendimento, sendo os pescadores artesanais as vítimas deste processo. A emigração para o Brasil foi, para muitos, a solução, sendo significativa a quebra do número de pescadores no final do século em colónias de pesca tradicionais, com destaque para a da Póvoa de Varzim que nos anos setenta era ainda numerosíssima⁶³.

Sector secundário

Passando ao agrupamento do sector secundário, vamos encontrar um grande número de actividades profissionais. A da construção civil é aquela que contribui com maior percentagem para a emigração do sector (ver anexo). Pedreiros, em larga escala (em 1875, atingem o pico de 325), e trolhas, canteiros e pintores são os artífices mais referenciados neste contexto e trespassam para o lado de lá técnicas e formas de

O autor ao mesmo tempo que apresenta a hipótese da quinta "*como refúgio e uma base de subsistência no caso de desastre financeiro ou de grande crise económica*", sublinha sobretudo a preocupação aristocrática dos cidadãos enriquecidos na compra de quintas, havendo famílias do Porto que "*fazem um esforço enorme para que cada filho tenha a sua quinta no Minho*".

⁶³ Cf. ALVES, Jorge Fernandes, "A Pesca e os pescadores do litoral portuense em 1868", *Revista da Faculdade de Letras - História*, II série, vol. VIII, Porto, 1991, pp. 151-184.

construção cujas marcas ainda hoje são visíveis em muitas terras brasileiras. A outra actividade que inicialmente ultrapassava a construção civil, e à qual se pode associar, era a de trabalhos na madeira e mobiliário (embora passe para o segundo lugar à medida que se avança no século): não era raro seguirem cerca de duas centenas anuais de carpinteiros, seguidos por uma grande variedade de profissionais afins, nos quais se destacam os marceneiros e os tanoeiros. A introdução da mecanização, um pouco em todas as actividades, tinha também a sua influência, como se pode observar pela leitura de uma notícia sobre a instalação da Companhia de Tanoaria a Vapor, em Gaia, que empregando máquinas e sob a direcção de mestres ingleses passou a produzir 100 pipas diárias na sua fase inicial, ressaltando o articulista, numa tentativa de tranquilizar o pessoal das oficinas, que *"estas hão de continuar a existir, senão para o fabrico, pelo menos para os concertos e para outros reparos de momento, precisos nos armazens"*⁶⁴.

Também não será exagero afirmar que, na época, eram os portugueses a vestir e a calçar grande parte dos brasileiros, tal é a corrente contínua de alfaiates (pico em 1853, com 135 profissionais), sapateiros, tamanqueiros e chapeleiros que anualmente demandavam as Terras de Santa Cruz, entre outros profissionais menos citados.

As célebres ferrarias do Porto e arredores serviam provavelmente de local de aprendizagem para a corrente contínua de metalúrgicos, na sua acepção artesanal, fornecendo algumas dezenas de ferreiros e, em menor número, funileiros, ferradores, fundidores, serralheiros e latoeiros. O mesmo se dirá das ourivesarias da Rua das Flores ou de Gondomar, dados os ourives que todos os anos embarcavam para o Brasil, embora em pequeno número, já que se trata de uma arte compreensivelmente restrita a poucos artistas. Uma referência ainda para as outras actividades que, embora com menor representatividade, estavam presentes no fluxo migratório, nomeadamente as alimentares (padeiros, doceiros, cozinheiros, confeitores), que, com muita probabilidade, assegurariam a afirmação deste segmento de mercado nas mãos dos portugueses do Brasil, como era tradicional.

Note-se, por outro lado, como assumia pouco significado quantitativo, na época em estudo, a presença de profissões tipicamente operárias, nomeadamente "fabricantes" e "maquinistas", originários das fábricas, ainda que alguns possam ter saído sob as designações acima referidas, embora nos inclinemos para que a sua origem fosse o artesanato. De facto, antes da década de 90, a indústria portuense, salvo casos muito específicos, assumia a configuração de uma multiplicidade de oficinas. Parece-nos ser a dimensão destas, com poucos operários, dominando sectores de mercado muito estreitos

⁶⁴ In "Tanoaria a vapor", *O Commercio do Porto*, n.º 251 de 25 de Agosto de 1877

e sem perspectivas de ampliação, que explica a saída dos operários, uma vez terminada a fase de aprendizagem, incapazes de satisfazer as expectativas naturais da carreira: torna-se mais barato admitir novos aprendizes (pagava-se para se aprender, recorde-se) e os oficiais recém-formados partiam para o Brasil aonde esperavam rentabilizar os seus conhecimentos profissionais. A aprendizagem torna-se, então, como já referenciamos em capítulo anterior, uma fase prévia e necessária numa estratégia de emigração.

De resto, no sector dominante da indústria, o têxtil, o trabalho e a produção domiciliária, quase sempre assegurada por mulheres e crianças, eram ainda a regra, revelando o arcaísmo então vigente na indústria. Só, assim, se compreende que face à crise industrial de 1862, por falta de algodão dos Estados Unidos (envolvido na guerra civil), não se tenha assistido a reflexo directo no fluxo emigratório⁶⁵. A "cidade fabril" dos defensores do protecționismo, nomeadamente Oliveira Martins e o combativo Pereira de Magalhães, estava ainda, no terceiro quartel do século, dominada pelo "domestic system". É o primeiro quem o confirma, no Inquérito Industrial de 1881, de que foi redactor: "*Dos grandes fabricantes do Porto alguns não têm fabrica, isto é, teares em estabelecimento seu [...]; outros têm pequenas officinas de tecelagem cujo produto é incomparavelmente menor do que o dos teares que trazem por sua conta directa ou indirectamente; outros possuem tinturarias anexas: são 3; outros finalmente [...] têm pequenas fábricas, estabelecimentos dependentes das casas de habitação, collocados ao fundo dos quintaes, aggregando-se e desenvolvendo-se em construcções sobrepostas*"⁶⁶. Por exemplo, a fábrica de Asneiros, sita na rua da Torrinha, propriedade de Pereira de Magalhães e que lhe servia de argumento na sua luta pelo protecționismo⁶⁷, tinha apenas 41 teares de madeira, mas teciam para ela 229 teares em casa (126 na cidade e 103 nos concelhos limítrofes), em que dois terços dos tecelões eram do sexo feminino, além dos que compravam o fio e vinham vender-lhe depois o tecido (avaliados em 600 a 800)⁶⁸. No que se refere à época em estudo, podemos dizer

⁶⁵ Cf. SÁ, Sebastião Jose Ribeiro de, "Inquérito sobre a influência da guerra da América na industria portugueza do algodão", *Diário de Lisboa*, de 10 de Outubro de 1862. Um dos aspectos mais evidentes do arcaísmo industrial portuense da época é a venda de "stocks" de algodão, a preço subido, dada a procura existente, por armazenistas e industriais para Espanha e Inglaterra, em plena crise, com os teares parados.

⁶⁶ Comissão Central Directora do Inquérito Industrial, *Inquerito Industrial de 1881 - Inquerito Directo - segunda parte - Visita ás Fábricas*, Livro segundo, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881, p. 194. Cf. também o *Inquérito sobre o Estado da Industria da Tecelagem na Cidade do Porto e Situação dos Respectivos Operários, ordenado por decreto de 13 de Dezembro de 1888*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889. E ainda, OLIVEIRA, Luiz Firmino d', *Industria Algodoeira, 1887-1903*, Porto, Typ. Empresa Guedes, 1904.

⁶⁷ António Pereira de Magalhães foi o mais ardente defensor do protecționismo no Porto e um dos dirigentes da Associação Industrial do Porto (não confundir com a A.I. Portuense) Para uma análise de pormenor, cf. da sua autoria, *O Protecționista e os Livre-cambistas - compilação de vários opúsculos*, Porto Typographia Industrial, 1871.

⁶⁸ Cf. *Inquerito Industrial de 1881*, ob.cit., pp. 117-138. Criada em 1850, reconstruída depois de um

que, de um modo geral, é pequena a participação do operariado das fábricas na emigração (embora surjam sempre os maquinistas e fabricantes) e, pelo contrário, é grande o fluxo de artífices, de homens de ofício, desde os profissionais ambulantes, como os da construção civil, aos sedentários das oficinas mais ou menos arcaicas que pululavam no Porto e arredores, as quais só muito lentamente foram sendo erradicadas do mercado pela instalação de novas indústrias, cujo verdadeiro surto se verificará no Porto pela década de noventa⁶⁹, tendo, contudo, muitas dessas oficinas sobrevivido quase até aos nossos dias.

Sector terciário

Passando ao agrupamento de actividades classificadas no sector terciário, o comércio emerge como a actividade mais representada, muito distanciada em termos quantitativos de qualquer outra do sector. Caixeiros e negociantes atingem, em termos médios e anualmente, a casa das centenas. A designação de negociante comporta também alguma ambiguidade, tudo levando a crer que se trata de pequenos comerciantes, lojistas e empregados de comércio que ultrapassaram já a fase do caixeirato, pois muitos dos passaportes respectivos tem anotações marginais do tipo "*vai para o negocio*". A realidade é que se contam por números elevados: entre 1870-79 o fluxo anual oscila entre 311 e 398 negociantes, em 1889 atinge-se o número de 427. O surgir da mais pequena crise no comércio portuense (e para isso bastava tremer o câmbio brasileiro) arrastava-os de imediato para o lado de lá do Atlântico. O saber e as estreitas ligações comerciais constituíam bases apregoadas para o sucesso e os respectivos profissionais procuravam tirar partido desses elementos, não se podendo esquecer que o controlo do comércio de retalho brasileiro pelos portugueses era, por si só, um forte elemento de atracção, na medida em que os empregados portugueses garantiam a eficácia no trabalho e a manutenção do sistema⁷⁰. Anúncios pedindo ou oferecendo empregados de comércio

incêncio em 1863, a "fábrica do Jacinto", designação que lhe vinha do nome do fundador, pai de Pereira de Magalhães, arderá de novo a 27 de Janeiro de 1886. Constituía um modelo das fábricas do Porto do fins do século passado.

⁶⁹ A pauta alfandegária de 1892 e a fase de "ágio do ouro" iniciada com a crise de 1891 são consideradas como os grandes estimulantes ao desenvolvimento industrial, mormente no sector algodoeiro, como nos diz Luiz Firmino de Oliveira : "*O agio do ouro foi ainda um factor importante, e é absolutamente impossivel mesmo fixar até que ponto elle veio dar grande desassombro á industria, porque sem elle seria impossivel então, atingir-se a exportação que se conseguiu para Angola, que chegou em 1899 a ser de 2:370 contos, e impossivel ainda conquistar uma parte do mercado interno, como a industria algodoeira fez*". *Ob. cit.*, p. 15.

⁷⁰ " *Em 1860, no Rio, os estabelecimentos comerciais eram 1545 de brasileiros e 4403 de portugueses. Em 1863, o número daqueles caíu para 1083, e o destes subiu para 4813. Em 1903, os brasileiros possuíam 3941 e os portugueses 8211 casas de negócio*". CALMON, Pedro, *História Social do Brasil*, 2º tomo, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 3ª edição, s/d.

para o Brasil eram vulgares nos jornais do Porto. Naturalmente que, em muito menor quantidade, seguiam outras profissões comerciais, mas pouco representativas em termos quantitativos.

Ainda no sector terciário surgem outros tipos de actividades, longe, porém, do peso do comércio. Se as profissões ligadas aos transportes tem uma representação quase insignificante, já é de conceder atenção às ligadas à saúde e higiene, com a saída constante (embora em pequeno número) de barbeiros, boticários/farmacêuticos e médicos/cirurgiões, o mesmo se podendo dizer em relação ao ensino.

No leque de profissões estreitamente ligadas a serviços, por entre um ou outro bacharel ou um escrivão, a mais evidente e constante é a de eclesiástico, que chega a atingir números próximos das duas dezenas nos inícios, descendo depois para escassas unidades à medida que se caminha para o final do século. Se a hostilidade liberal que se segue à guerra civil pode explicar alguns casos, não chega para basear a permanência do fluxo e, alguns casos pessoais, por nós reconhecidos, desmentem-na como razão de fundo⁷¹. Já vimos, de resto, como ao longo do tempo, a emigração foi também um dos destinos dos eclesiásticos, e não só no campo da missionação. Fernando de Sousa mostrou-nos a debilidade social de grande parte do clero secular no Norte de Portugal, resultante da grande densidade eclesiástica, pois nos inícios do século XIX era comum a relação de um clérigo para 100/200 habitantes, situação que se atenuou muito debilmente no decorrer do século⁷²: em 1855, a relação era de 1 clérigo para 240 pessoas, no distrito do Porto⁷³. Tal facto, que tornava comum a existência de vários eclesiásticos por paróquia, repercutia-se nos rendimentos, pois, para além do cura e coadjutor, tornava-se necessário encontrar diversos expedientes (capelão particular, ensino, orador...) com vista à sobrevivência, sobretudo quando não se dispunha de um significativo património familiar como ponto de partida. Não nos admiremos, por isso, ao observarmos anualmente um fluxo eclesiástico de emigração. Nas três primeiras décadas referentes ao tempo de observação do presente estudo encontramos mesmo essa emigração inserida numa lógica de grupo, vendo-se conjuntos de rapazes de determinada zona a partirem

⁷¹ Por exemplo, o caso do Pe. Manuel Moreira da Gama, que partiu do Porto para Pernambuco na década de 70, onde foi mordomo e regente do Hospital Português de Beneficência. Além disso, circulava pelos engenhos onde dizia missas e pregava sermões, tendo ainda colaborado noutras associações filantrópicas. Regressa comendador, pelo trabalho na Beneficência, e voltará à função de "pregador", além de emprestar dinheiro a juro. (Informação com base em documentação particular que nos foi cedida pelo sr. Joaquim Soares, a quem agradecemos).

⁷² SOUSA, Fernando de, *O Clero a Norte do Douro em Finais de Setecentos*, Porto, Faculdade de Letras, tese complementar de doutoramento, 1979.

⁷³ De acordo com o nº de 1511 eclesiásticos para uma população de 362315 habitantes. Cf. BARÃO DO VALLADO, *Relatório apresentado á Junta Geral do Distrito do Porto na sua sessão ordinaria de 1856*, Porto, Typ. de Sebastião José Pereira, 1856 (quadros nºs 1 e 4).

acompanhados de um eclesiástico da mesma origem. Neste corpo social, a emigração para o Brasil representava também um horizonte de esperança.

Diversos

Sublinhe-se, por fim, o estrato dos "diversos", dada a ausência de qualquer referente sistemático que os conecte com uma actividade específica, e constituído por proprietários, capitalistas. O acompanhamento individual dos registos de passaportes diz-nos que é aqui que se situam os fenómenos de reemigração. Trata-se, na sua imensa maioria, de "brasileiros", isto é, de emigrantes enriquecidos que voltam à Pátria a visitar a família e amigos, a matar saudades, para curas termais e banhos de mar, ou mesmo para realizar pequenos negócios. Embora originários na sua maior parte de actividades de comércio ou bancária, não voltam definitivamente, permanecem ligados aos interesses deixados no Brasil, ao cargo de empregados ou procuradores, e aí voltam de vez em quando, após temporadas mais ou menos longas na terra de origem ou nas cidades do Porto e Lisboa, ou ainda, em estâncias balneares, como Vila do Conde e Póvoa de Varzim. Como se vê o seu movimento tem pouca importância quantitativa, mas o seu número evolui muito a partir dos meados da década de 70: de menos de uma dezena anual o movimento passa então, para mais de meia centena. Vários factores convergem nesta mudança: por um lado, a generalização do "vapor" banaliza as viagens entre os dois países, oferecendo melhores comodidades e menos riscos e, sobretudo, um encurtamento considerável do tempo de viagem (dos cerca de 45 dias da época dos veleiros passa-se a cerca de 15 dias com os vapores); por outro lado, a flutuação cambial torna-se mais instável, por esta altura, e muitos dos que viviam de rendimentos vêm-se, por vezes, obrigados a voltar ao Brasil e a retomar os negócios deixados em mãos alheias, dadas as perdas enormes que significava transferir dinheiro para Portugal.

Veja-se, a este respeito, o caso, tanto quanto sabemos extremo, de Joaquim Pereira Fula. Natural de Pedroso (Gaia), embarca em 1846 para o Rio de Janeiro com 15 anos. Em 1853, volta a Portugal, regressando pouco depois. Fará mais viagens, mas em 1871 faz-se acompanhar pela esposa e percorre diversos países da Europa. Em 1872 torna ao Rio, voltando a dirigir a casa de negócio que ali tinha em sociedade "Pereira Fula & Sousa" e será, então, nomeado tesoureiro da Caixa de Socorros de D. Pedro V. Em 1875 retorna a Portugal, tendo recebido a comenda de Cristo (1878) pelos serviços prestados na Caixa de Socorros. Em 1880, volta de novo ao Rio *"para liquidar os seus negócios"*,

retornando pouco depois. Ao todo, *"doze vezes fez aquella travessia, que a muitos que a teem feito só uma unica vez deixa fatigados e sem desejos de nova aventura"*⁷⁴.

5.7 - Saber ler e escrever

Se a análise das ocupações nos revela que, em certa medida, havia uma preocupação com a aprendizagem de um "saber fazer", e os documentos familiares (testamentos, doações) e a natureza do mercado de trabalho e do contexto social e económico nos dizem que essa aprendizagem era, muitas vezes, uma etapa prévia à emigração, o que se passava no domínio do "saber letrado" dos emigrantes do Porto?

Na primeira metade do século XIX, quando começam a ocorrer os primeiros escândalos com os "engajamentos", o *saber fazer* e o *saber ler e escrever* eram considerados, a um mesmo nível, como condição necessária ao sucesso na emigração, dado o país de acolhimento ter uma tradição de escravatura para o trabalho braçal, como nos diz a Revista Universal Lisbonense:

*"Os nossos correspondentes de novo recomendam, que não emigrem senão pessoas que tenham ofício ou rapazinhos que saibam ler e escrever bem, e que todos paguem as suas passagens. Todos os mais vão procurar a sua desgraça em lugar da felicidade que supõem"*⁷⁵.

Entre os desejos e a realidade vai quase sempre uma distância incomensurável! Mas a verdade é que, a partir dos testemunhos de emigrantes retornados, pode ganhar-se a convicção de que a preparação literária, ainda que rudimentar, era uma tradição na emigração para o Brasil:

*"Antigamente entendiam os camponeses - e entendiam muito bem - que antes de enviarem um filho para o Brazil era do seu imprescindível dever o mandal-o ensinar a ler, escrever e contar; mas este bom costume obliterou-se com o apparecimento dos engajadores; porque estes não querem saber de aptidões, nem de sexos ou idades: basta-lhes o número de cabeças!"*⁷⁶.

Em relação a este testemunho podem obter-se confirmações de origens variadas, desde a recolha de casos em testamentos, aonde os custos com a escolaridade são contabilizados em desconto da legítima, tal como os verificados com a aprendizagem de

⁷⁴ Cf. PINTO, Almeida, "Commendador Joaquim Pereira Fula", *Commercio e Industria*, vol. 2, nº 78, Porto, 1887, s/p.

⁷⁵ In "Emigração", *Revista Universal Lisbonense*, 1ª série, 4º tomo, p. 23.

⁷⁶ SANTOS, J. R. de Oliveira, "Emigração", *O Commercio do Porto*, de 25 de Novembro de 1886.

ofícios, até outros artigos de opinião, ou opiniões oficiais, como a de Tabner de Moraes, afirmando que dos jovens *"sabe ler o maior numero, não, porém, assim com respeito aos de maior idade"*⁷⁷.

Configuram-se também, sob este novo ângulo de observação, dois tipos de comportamentos: na emigração tradicional, relativamente planeada, inserida na lógica familiar de distribuição profissional, a instrução, ainda que rudimentar, torna-se uma preocupação das famílias com crianças candidatas à emigração; na emigração emergente com os novos processos de atracção brasileiros para garantir força de trabalho braçal e envolvendo as massas proletarizadas, favorecida por contratos prévios que garantem a deslocação do emigrante, a questão da educação escolar não se coloca, porventura, constituiria até um obstáculo, dado o rasgar de horizontes que o saber ler implica, as expectativas que cria e o suscitar de confronto permanente entre o idealizado e o vivido, potencial foco de tensão.

Assim, se, no auge do engajamento, os serviços consulares denunciam a massa de serviçais e trabalhadores rurais que desembarca no Rio de Janeiro como analfabeta, já de uma zona aonde a tradição comercial portuguesa continuava a impor-se - o Pará - se obtinha a seguinte informação: *"Em geral sabem ler, escrever, e as quatro operações arithmeticas, mas imperfeitamente. Talvez 3/4 dos imigrantes estejam nesta classe. Ha n'ellas poucos que saibam aquellas materias perfeitamente, muito poucos que possuam a instrucção primaria do 2º grau, menos ainda que tenham instrucção secundaria e são raros os que possuem instrucção superior. Em geral porém possuem o sufficiente da instrucção da profissão a que se dedicaram, segundo os processos antiquados, que a rotina tem transmittido, não faltando em quasi todos grande facilidade de aprender e de adaptação, e muitos desejos de augmentarem os seus conhecimentos praticos e theoricos"*⁷⁸.

Esta referência ao gosto pela aprendizagem não é uma figura de retórica. Para além do papel das associações portuguesas no Brasil, algumas das quais mantinham escolas, é importante referir o papel de auto-aprendizagem e de ensino em grupo que os caixeiros promoviam, nomeadamente, no domínio da escrituração comercial. O Conde de Ferreira enviava regularmente a alguns dos seus correspondentes remessas de um manual desses publicado por Domingos de Almeida Ribeiro, que foi comerciante, professor no Liceu do Porto, seu secretário e testamenteiro. Os espaços publicitários dos jornais do Porto referem-se, de vez em quando, a publicações deste tipo. O anúncio mais interessante, pelas considerações sobre o saber que encerra, é o que se publica em *O*

⁷⁷ In *Primeiro Inquerito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa...*, p.176.

⁷⁸ *Ibidem*, p. 141.

Commercio do Porto (em Abril de 1880), divulgando a "Biblioteca dos Caixeiros de Comercio em Portugal e no Brazil", a publicar em fascículos (em número de 52) e dirigido por José Joaquim Rodrigues de Freitas, o lente de comércio e escrituração comercial na Academia Politécnica do Porto e conhecido deputado republicano.

Infelizmente, a questão do "saber ler e escrever" dos emigrantes não suscitou uma interrogação inicial por parte das autoridades, pelo que só dispomos de alguma informação nos registos de passaportes a partir de 1860, descontando algumas referências esporádicas anteriores. De forma sistemática, surge-nos, então, a indicação de "não sabe escrever", ou "não sabe assinar", sendo omissos os casos opostos, o que é manifestamente pouco. Assim, nada mais nos informa sobre o tipo de capacidades do indivíduo no campo da escrita e da leitura. Sabe-se como muitas vezes a capacidade de assinatura se reduzia a isso mesmo, aprendendo-se a desenhar o nome apenas para efeitos burocráticos. Em todo o caso, a situação não é original, já que esta será a base para a classificação geral de analfabeto ou de alfabetizado, incluindo a da estatística oficial até ao século XX.

Não existindo no Arquivo do Governo Civil do Porto os "processos" que serviam de base à concessão do passaporte para os anos em estudo, não nos é possível ir mais longe⁷⁹. Anotemos ainda outra restrição, referindo que aquele tipo de informação só nos surge para os titulares de passaporte e não para os acompanhantes, sendo estes, na sua maioria, crianças e mulheres. Assim, identificando o que não sabe assinar como analfabeto, e correndo o risco de assumirmos que o caso contrário corresponde ao de alfabetizado, podemos avançar com alguns elementos estatísticos. Lançando mão dos dados disponíveis (Gráf. 5.13), podemos observar que as taxas de analfabetismo da emigração rondam, no Porto, os 40%, estimativa que, com pequenas variações⁸⁰, se prolonga desde 1860 até aos inícios deste século, sugerindo um comportamento padronizado neste domínio, pois só no final do século surgem pequenos indícios de mudança, que de resto não se confirmam, segundo as estatísticas oficiais⁸¹.

Gráf. 5.13- Distrito do Porto - analfabetismo e alfabetização

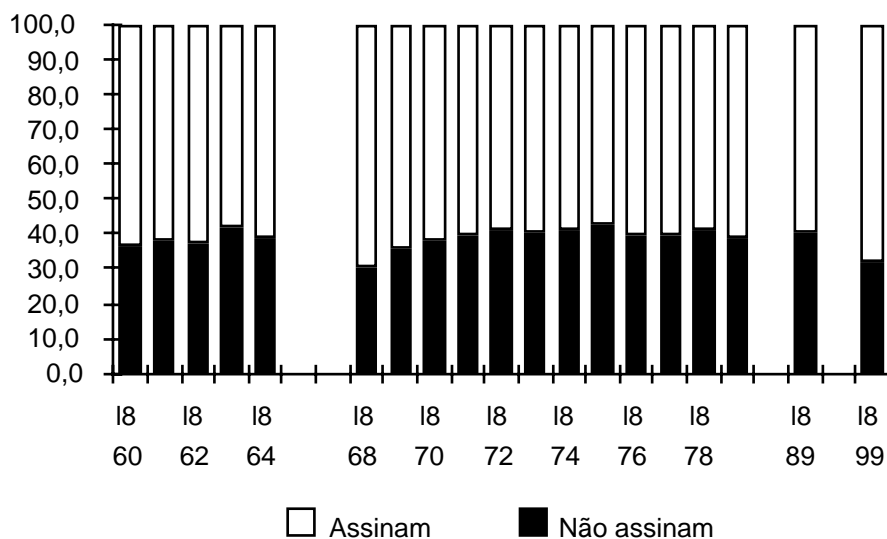
⁷⁹ Para um exemplo da análise possível sobre alfabetização/analfabetismo com base nos processos de emigração, cf. RODRIGUES, Henrique Fernandes, ob. cit.

⁸⁰ Os anos de 1865-67 foram excluídos por apresentar níveis de alfabetização demasiado baixos, pouco credíveis, havendo indícios de que o registo deste tipo de informação foi descurado nestes anos. Naturalmente, que este é um risco a que está sujeita toda a série.

⁸¹ As estatísticas oficiais acompanham com grande sintonia os níveis de alfabetização e analfabetismo aqui apresentados. Alguns exemplos do analfabetismo na emigração do Porto, segundo a estatística oficial : 1885 - 39%; 1900 - 34,7%; 1901 - 40,9%; 1906 - 52,3%; 1905 - 48,4%; 1911 - 46,05%. A partir do início do século XX cresce claramente, como se vê, o analfabetismo nesta corrente migratória, facto que se deve, sobretudo, à cada vez maior participação do sexo feminino.

na emigração, 1860-1899

(%)



Se descermos a uma análise de pormenor, poderemos tirar outras ilações. O analfabetismo varia com a natureza de cada fluxo: sempre que a emigração cresce significativamente, isto é, quando se verifica uma maior intensidade na saída de emigrantes de origem rural, a taxa de analfabetismo cresce correlativamente; o mesmo se poderá dizer, com o aumento da emigração feminina. Quando a emigração apresenta um fluxo mais ténue, assegurando a corrente tradicional, mais marcada pelos jovens e pelo sexo masculino, verifica-se, inversamente, um ligeiro decréscimo do analfabetismo.

**Quadro 5.10 - Titulares de passaportes do Porto
analfabetismo e alfabetização**

Anos	Total Geral	Mulheres			Homens			Total		
		Nº	Analf.	%	Nº	Analf.	%H	Analf.	Anal. %	Alf. %
1860	2252	22	12	54,5	2230	813	36,5	825	36,6	63,4
1861	2365	125	85	68,0	2240	820	36,6	905	38,3	61,7
1862	2264	79	49	62,0	2185	796	36,4	845	37,3	62,7
1863	2202	104	65	62,5	2098	863	41,1	928	42,1	57,9
1864	1992	97	55	56,7	1895	715	37,7	770	38,7	61,3
1868	2003	156	73	46,8	1847	529	28,6	602	30,1	69,9
1869	2656	221	144	65,2	2435	810	33,3	954	35,9	64,1
1870	2864	174	113	64,9	2690	971	36,1	1084	37,8	62,2
1871	3634	216	146	67,6	3418	1289	37,7	1435	39,5	60,5
1872	4142	301	228	75,7	3841	1466	38,2	1694	40,9	59,1
1873	3067	289	210	72,7	2778	1023	36,8	1233	40,2	59,8
1874	3733	318	243	76,4	3415	1303	38,2	1546	41,4	58,6
1875	3801	286	220	76,9	3515	1390	39,5	1610	42,4	57,6
1876	2907	210	148	70,5	2697	1012	37,5	1160	39,9	60,1
1877	2735	298	246	82,6	2437	829	34,0	1075	39,3	60,7
1878	2259	255	201	78,8	2004	723	36,1	924	40,9	59,1
1879	2387	1	1	100,0	2386	925	38,8	926	38,8	61,2
1889	3059	300	200	66,7	2759	1032	37,4	1232	40,3	59,7
1899	1701	190	116	61,1	1511	431	28,5	547	32,2	67,8

Assim, também é notória a diferença de níveis de alfabetização inter-sexos, o que não admira, uma vez que a sociedade tradicional produzia uma importante segregação no acesso à escolarização, penalizando o sexo feminino, que procurava orientar para os trabalhos caseiros, exigindo inclusivamente, de forma intensiva, a força de trabalho destas crianças para as lides domésticas e ajuda na criação dos filhos mais novos. Em termos simples, podemos dizer que por cada 3 mulheres que emigravam só uma sabia escrever, em média, enquanto por cada três homens emigrantes dois o faziam (Quadro 5.10).

Em termos gerais, a alfabetização dos emigrantes do Porto rondava, pois, os 60%, o que estando longe dos "scores" apresentados pelos países mais desenvolvidos da época, era, no entanto, melhor do que a média nacional. Pelos números oficiais da última década do século passado, a taxa de analfabetismo na emigração nacional oscilou anualmente entre os 54 e 68%, incluindo a das ilhas atlânticas, facto que penalizava um

pouco a taxa, uma vez que a emigração era aí pesada e com elevado analfabetismo (cerca de 70%)⁸², pelo que o Porto apresentava um diferencial para menos que rondava os 20%.

Este quadro remete-nos obviamente para a situação escolar do século passado, colocando-nos interações sobre a relação deste analfabetismo emigratório com o da população que permanecia em território nacional. A questão é esta: o fluxo emigratório era mais ou menos letrado que a população residente, ou era apenas uma amostra representativa dessa população, apresentando níveis semelhantes? Toca-se, assim, a problemática da selecção social do emigrante, bem como a do capital humano nele envolvido.

Uma perspectiva comparada do analfabetismo, a diversos níveis, revela-nos que a emigração do distrito do Porto está longe de se reduzir às camadas sociais menos preparadas em termos escolares (Quadro 5.11).

Quadro 5.11 - Analfabetismo na população e na emigração (%)

	1878	1890	1900
Continente	79,4	76,1	74,1
Porto - rural (H)	63,4	64,6	58,9
Porto - cidade (H)	40,8	35,3	36,2
Emigração Porto (H)	38,8	37,4	28,5

Fontes : Ramos, Rui, "Culturas da alfabetização", ob. cit.
Censos

Sublinhemos, uma vez mais, que a nossa análise tem uma incidência regional, o que limita a sua expressividade, mas dado o relevo que a emigração portuense assume no contexto nacional e no prolongamento da rede migratória tradicional para o Brasil, é importante referir que este fluxo migratório é muito mais alfabetizado do que a população do Continente em geral, mas, sobretudo, é mais alfabetizado do que a população rural do distrito de origem. Curiosamente, os níveis de analfabetismo encontrados na emigração são similares aos da população urbana, o que nos vem reafirmar a natureza complementar entre a emigração e o êxodo para a cidade, conhecida que está a capacidade de centripetação do Porto urbano, em que cerca de metade da sua população era de origem exterior. Estamos, assim, perante o reconhecimento daquilo que se pode conceber como uma norma no êxodo rural, ou seja, o papel mobilizador da escolaridade, que leva a fugir dos campos precisamente os mais instruídos. O destino pode ser a cidade ou a emigração,

⁸² Para além da estatística oficial, cf. SILVA, Fernando Emydio da, ob. cit., pp. 196-198.

acontecendo esta última quando diminui a dinâmica económica e social daquela e se torna incapaz de responder às expectativas individuais dos que a procuram, sobrepondo-se-lhe, então, o "horizonte mítico" e longínquo que gerações sucessivas procuraram.

Naturalmente que, a nível nacional, o panorama é mais denso, e quando se verifica a explosão emigratória dos distritos interiores a média de analfabetismo acentua-se pesadamente. Esta disparidade regional na alfabetização também contribui para explicar a maior visibilidade de sucesso emigratório a partir da região do grande Porto.

De qualquer modo, um cerca de 40% de analfabetos na corrente portuense era ainda demasiado, sobretudo se acrescentarmos que, em muitos casos, a alfabetização deveria ser muito débil, resumindo-se talvez à assinatura, embora uma parte soubesse ler, escrever e contar. Pouco, ou como diria um emigrante de retorno, "*minguados conhecimentos, em todo o caso, um principio, um inicio, uma primeira porta descerrada*"⁸³. Tudo fruto de um estado de coisas que radica no fracasso da política educativa liberal, que autores como Yasemin Soisal e David Strang tipificam como "*construção retórica da educação de massas*"⁸⁴. Política essa que fez do nosso país um dos pioneiros na legislação compulsiva da escolaridade, ao mesmo tempo que se mostrava incapaz de realizar eficazmente o sistema educativo, apresentando taxas de escolarização das mais baixas no contexto ocidental.

Com efeito, a Carta Constitucional outorgada em 1826 já declarava que "*a instrução primaria é gratuita a todos os cidadãos*" (art.145, §30). O "Plano da Instrução Primária", de 1836, no consulado de Passos Manuel, considerando a reforma dos Estudos como a primeira necessidade da época actual, tornava livre a criação de escolas primárias, obrigando-se o Estado a fazer subsistir as escolas criadas e a criar outras em locais onde pudesse haver frequência de 60 crianças. Com Costa Cabral, através da lei da Instrução Publica, de 20 de Setembro de 1844, legislava-se o figurino que as escolas primárias adoptariam durante longo tempo, com a sua divisão em graus, sendo de 1º grau as escolas já criadas e de 2º grau as criadas daí para a frente, além de prever as "escolas normais" para formação de professores; além disso, estabelecia a obrigatoriedade da frequência escolar para as crianças entre os 7 e os 15 anos que habitassem no raio de um

⁸³ SANTOS, J. R. de Oliveira, "Instrução primaria e emigração", *O Commercio do Porto*, de 4.12.1886.

⁸⁴ Cf. SOYSAL, Yasemin Nuhoglu e STRANG, David, "Construction of the first mass education systems in the nineteenth-century Europe", *Sociology of Education*, 1989, vol. 62, pp. 277-288. Os autores apresentam uma tipologia, que além do apresentado, inclui: o tipo de "construção estatal da educação", nas situações de legislação compulsória e implementação efectiva do sistema, ocorrendo em países onde se verificou uma aliança entre Estado e Igreja nacional (Dinamarca, Suécia, Noruega e Prússia); o tipo de "construção social da educação", com a expansão do sistema sem grande interferência do Estado, nos países com grandes conflitos sociais e onde não se verificou, para este efeito, a aliança entre Estado e Igreja (França, Holanda, Reino Unido, E.U.).

quarto de légua da escola, estabelecendo uma sucessão de avisos, intimações, repreensões e multas de 500 a 1\$000 réis, com ressalva para a prova de assegurar melhor educação particular ou de extrema pobreza, penalizando ainda os analfabetos, os quais seriam preferidos para o recrutamento militar. Medidas que não intimidavam os alunos e suas famílias, pois todas as informações confirmam a opinião expressa por Tabner de Moraes: "*As escolas são pouco frequentadas e os alumnos apenas adquirem algumas noções de leitura e de escrita, abandonam-nas*"⁸⁵.

No entanto o parque escolar cresceu sempre muito lentamente. Rodrigues de Freitas quantifica-nos a evolução verificada na criação de escolas, desde as 440 (mais 15 nas Ilhas e 24 no Ultramar) de iniciativa pombalina (Lei de 6.11.1772), com mais 46 (e uma no Ultramar) no ano seguinte (Dec.de 11.11.1773). Até 1820 criam-se apenas mais 26 escolas. Em 1845, totalizavam 1075 masculinas e 41 femininas. Em 1866 subiam a 2123 (1837 e 286 para os diferentes sexos)⁸⁶. Esta quantificação nacional das escolas traduzia-se forçosamente por uma representação escassa junto das populações, como se pode comprovar pela quantificação do parque escolar no distrito do Porto para os meados do século passado (Quadro 5.12).

A escassez de escolas oficiais era, então, confrangedora, especialmente se tivermos em atenção o número de freguesias que compunham cada concelho, pois o total de escolas apenas representa 73% desse número. Na época, o paralelismo das escolas particulares salvava a situação em muitos locais, permitindo o acesso à escolarização de um número de alunos maior do que o do ensino público, ganhando relevo o contraste no que se refere ao sexo feminino, praticamente abandonado pelo Estado. A procura fazia, assim, surgir escolas particulares, colmatando as lacunas oficiais, apesar das promessas estabelecidas em lei sucessivas. Mas as escolas particulares não tinham uma distribuição homogénea pelo País, pois das 795 contabilizadas em 1866, cerca de 63% (502) concentravam-se nos distritos de Porto e Lisboa⁸⁷. Naturalmente que existiam ainda os professores particulares, nos quais não terá sido de desprezar a participação de membros do clero, muitos dos quais, como já vimos, se viam obrigados a actividades de recurso para sobreviverem.

⁸⁵ *Primeiro Inquérito Parlamentar...* p.174.

⁸⁶ Cf. FREITAS (Junior), J.J. Rodrigues de, *Notice sur le Portugal*, Paris, Imp. Paul Dupont, 1867, pp. 134-141 e mapa final. Cf. com o artigo "Ensino Primário e Analfabetismo" in SERRÃO, Joel (dir.) *Dicionário de História de Portugal*, 2º vol., Porto, Liv. Figueirinhas, 1981, pp.392-397. E CARVALHO, Rómulo de, *História do Ensino em Portugal desde a Fundação da Nacionalidade até ao fim do Regime de Salazar-Caetano*, Lisboa, F. C. Gulbenkian, 1986. Para uma análise actual, NÓVOA, António, *Le Temps des Professeurs*, 2 vols., Lisboa, INIC, 1987.

⁸⁷ Cf. FREITAS, Rodrigues de, ob.cit.

Quadro 5.12- Escolas e alunos no distrito do Porto, 1855-56

Concelhos	Freguesias Nº	Nº de escolas				Nº de alunos			
		Régias		Particulares		E. Régias		E.Particulares	
		S. M.	S. F.	S. M.	S. F.	S. M.	S. F.	S. M.	S. F.
Amarante	41	7		16	4	243		274	59
Baião	20	5				267			
Bouças	13	3		5	5	103		104	93
Felgueiras	34	5		8		285	45	165	31
Gaia	23	7		7	2	325		292	38
Gondomar	11	2		8		158	5	172	3
Lousada	27	4		6		130		146	
Maia	20	3		3		120		61	5
Marco C.	34	10		5	1	212		140	10
Paços de F.	16	3		1		136		40	
Paredes	23	5		3		141		44	10
Penafiel	43	8		1		239		24	
Porto	12	4	6	48	59	234	154	1522	1030
Póvoa de V.	10	2		4		126		158	
Santo Tirso	31	6				323			
Valongo	5	1		5	3	19		191	60
Vila do Conde	27	3		9		164	4	219	84
Totais	390	78	6	129	74	3225	208	3552	1423

Fonte:

Barão do Vallado, Relatório apresentado à Junta... 1856, Anexo nº 13

Nova legislação, em 1878 (lei de 2 de Maio⁸⁸), procurou contornar o problema, estabelecendo a regra de uma escola para cada sexo em cada freguesia, podendo existir uma para duas freguesias quando os alunos não excedessem 60, renovando a obrigatoriedade de frequência (antes não cumprida) para as crianças dos 6 aos 12 anos, com a ressalva das que residissem a mais de 2 Km duma escola particular. Mas a lei de 1878, na linha da política descentralizadora que enformava o novo código administrativo, transferia as obrigações com a construção, manutenção e pagamento do corpo docente para as autarquias, o que se veio a revelar um grande fracasso, pois não se teve em conta o carácter incipiente da organização do poder local na altura, não foram acauteladas contrapartidas financeiras, além de que, muitas vezes, eram os senhores locais, dominando o aparelho do poder autárquico, os primeiros que estavam contra a criação de escolas, as quais levariam a uma sobrecarga fiscal de que não queriam ser responsáveis nem vítimas⁸⁹.

⁸⁸ Completada pela Lei de 11 de Junho de 1880 e Regulamento de 28 de Julho de 1881.

⁸⁹ Cf. FREITAS, Rodrigues, "O ensino primário e as corporações locais", *O Commercio do Porto*, de 24 de Junho de 1882. *Idem*, "A lei de instrução primária", *ibidem*, de 13 de Abril de 1882. O autor

A inércia do ensino público nesta época é notória, conforme nos elucida um circunstanciado relatório da 2ª circunscrição escolar (distrito de Porto e Aveiro) referente ao ano de 1883. Basta talvez dizer que, face ao preconizado na lei e no distrito do Porto, careciam ainda de escola masculina 197 freguesias e de escola feminina 317, bem como 40% dos alunos aprovados em exame eram oriundos do ensino livre, englobando este as de iniciativa individual como as mantidas por associações⁹⁰. Apesar dos apelos à sociedade civil, procurando envolver filantropos, organizações cívicas e associações mútuas com as autarquias, a resposta será insatisfatória, salvo o caso de "brasileiros" que são, como veremos, responsáveis por uma fatia significativa do parque escolar oitocentista, pelo que a responsabilidade pelo ensino primário regressou ao poder central em 1890⁹¹.

No meio das polémicas e das indecisões sobre a vulgarização do ensino, o facto de os antigos emigrantes do Brazil surgirem como "*os mais ardentes propugnadores da instrucção popular em Portugal - prova até que ponto elles, que aprenderam no exilio, entre as multiplices necessidades da vida e os motejos de estranhos, a conhecer os beneficios da instrucção, a consideram como remedio, se não unico, pelo menos o mais seguro e efficaz, para melhorar as condições da nossa emigração*"⁹².

Foi essa necessidade de instrução, profundamente vivida, que levou a que os emigrantes exercessem no Brasil acções de ensino, dinamizadas através das organizações associativas, como, num exemplo entre tantos, a do *Grémio Literário e Comercial Português*, no Pará, criado em 1867 e que assegurava aulas de português, francês, inglês, aritmética e escrituração comercial. Neste contexto, o cônsul português desse distrito referia a procura de instrução por parte dos emigrantes que seguiam a carreira comercial, afirmando: "*há muitissimos individuos que aqui chegaram completamente analfabetos ou com rudimentares noções de leitura e escrita, e hoje leem e escrevem correntemente, contando-se mesmo bastantes que conseguiram adquirir uma regular cultura*"⁹³. No

desenvolveu ao longo da vida uma importante acção pelo desenvolvimento do ensino, pelo que são numerosos os seus artigos, em diversas publicações sobre o tema.

⁹⁰ As escolas de ensino livre eram, nesta circunscrição de 229, dos quais 179 de iniciativa individual, asseguradas pelos professores ou directores. Estas escolas asseguravam a frequência de 9988 alunos (contra 21933 inscritos nas escolas públicas e 15331 presenças, para um total de 420 escolas). Naturalmente que sendo o ensino livre pago pelos pais representava uma forma de selecção social, por isso não admira que na transição para o secundário, o ensino público tenha aqui contribuído com 9,7% da frequência e o livre com 21%. Cf. Anónimo, "Instrucção Primaria", *O Commercio do Porto*, nº 47 de 22.02.1883.

⁹¹ Para uma problematização geral, cf. RAMOS, Rui, "Culturas de alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo", *Análise Social*, nº 103-104, 1988, pp. 1067-1145.

⁹² SANTOS, J. R. de Oliveira, ob. cit.

⁹³ RAMOS, José, "Do consul de Portugal no Pará á Sociedade de Geographia de Lisboa", *Boletim da*

mesmo sentido ia a opinião do cônsul do Pernambuco, que embora considerando a instrução dos emigrantes rudimentar, salientava o papel na aprendizagem local, em escolas brasileiras, reconhecendo o desnível entre os seus cálculos do analfabetismo existente na colónia, que estimava apenas em 10%, e os das estatísticas oficiais portuguesas⁹⁴.

5.8 - Contratados

Neste interrogatório a que vimos procedendo de forma a reconhecermos os emigrantes que saíam do Porto, uma questão que deve ainda ser colocada é a de sabermos qual a relação de trabalho que os envolve à partida. Isto é, quantos são os trabalhadores contratados e qual é, complementarmente, a proporção de trabalhadores livres de contrato?

No capítulo anterior procurámos estabelecer o quadro-problema dos "engajados", o papel e os interesses do Brasil e seus agentes no processo de atracção, bem como as posições ambíguas da administração portuguesa, combatendo o processo pela legislação, mas usando na prática de grande permissividade. Vimos como o volume destes emigrantes que partiam com contrato prévio e sujeitos à legislação específica para colonos, chegou a atingir os 25% do fluxo saído pela barra do Porto no ano de 1855, para depois descer lentamente, desaparecendo nos meados dos anos 60. Mas qual é a representação de "engajados" na emigração específica do distrito do Porto, isto é, dos que residiam no distrito e aí obtiveram passaporte? Importa aqui relembrar que é, por esta altura que se intensifica a saída de residentes de outros distritos, vindos directamente para o Porto com esse objectivo, trazendo consigo os passaportes tirados nos respectivos governos civis e nos quais a autoridade distrital do Porto se limitava a pôr um visto, efectuando o registo da identificação. Ajudavam, assim, a engrossar o caudal que tradicionalmente saía da barra do Douro⁹⁵. Tratava-se, sem dúvida, de uma acção dos

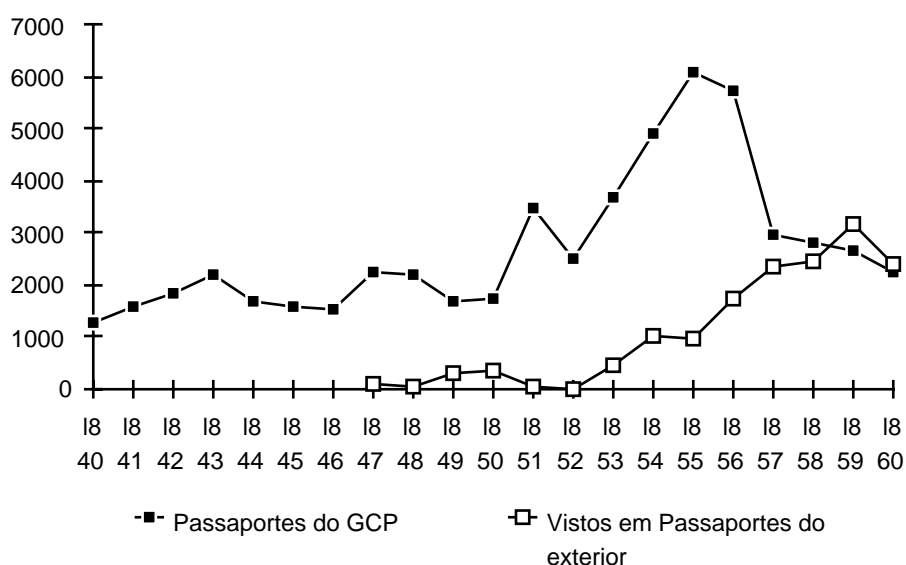
Sociedade de Geographia de Lisboa, n.ºs 5-6, 31ª série, Maio-Junho de 1913, p. 215. Um exemplo vivo e muito conhecido da aprendizagem escolar no Brasil por parte destes emigrantes é o de Francisco Gomes de Amorim, natural da Póvoa de Varzim, que partindo para o Pará, pelos 10 anos de idade, mais ou menos analfabeto, dez anos depois regressa a Portugal, com o patrocínio de Garrett, tornando-se um escritor de mérito, autor de uma numerosa bibliografia, aonde perpassam frequentemente os dramas da emigração.

⁹⁴ Cf. SANTOS, José Augusto Ribeiro de, "O consul de Portugal no Pará á Sociedade de Geographia de Lisboa", *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, n.ºs 8-9, 31ª série, Agosto-Setembro de 1913, p. 293.

⁹⁵ O caudal emigratório da barra do Douro para o Brasil compreende várias componentes: 1) os que saíam com passaporte do Governo Civil do Porto, porque naturais ou residentes aí há mais de 6 meses; 2) os que

agentes de emigração, vulgo "engajadores", que procuravam alargar a área de recrutamento de mão-de-obra, estendendo-a às zonas rurais mais afastadas e menos afectadas pela emigração tradicional, por isso com maior reserva de força de trabalho e mais facilmente aliciáveis pela propaganda, dada a sua menor "informação" sobre o contexto migratório. Será, sem dúvida, por esse processo que sairá a maioria de "engajados" para os trabalhos nas plantações, pois a partir de 1859 a corrente do exterior ultrapassa quantitativamente a do Porto (Gráf. 5.14).

Gráf. 5.14 - Emigração para o Brasil na barra do Douro
- passaportes do Governo Civil do Porto
e "vistos" em passaportes de outros distritos



De qualquer modo, os números avançados anteriormente (Quadro 4.2) para a saída de colonos pela barra do Douro compreendem uma parte de originários do distrito do Porto: o número de 1942 colonos para 1855 não se pode explicar apenas pelas saídas de Braga, Aveiro, Viseu, Vila Real ou Viana, por exemplo. Infelizmente, para a contabilização dos "colonos" do Porto em separado, só podemos contar com a sua indicação nos "registos de passaportes" a partir de 1858. Julgamos que a informação

partiam directamente de outros distritos, com passaporte aí requerido; 3) os estrangeiros, nos quais temos de referenciar os galegos, a que já nos referimos anteriormente (cap.2), bem como os "brasileiros", naturais do Brasil ou naturalizados (a média anual de embarques de brasileiros foi de 52 na década de 1840 e de 126 na década de 1850). Para além dos "registos de passaportes" que constituem a base de dados utilizada neste capítulo, cf. ainda, A.G.C.P., *Registo de vistos em passaportes*, 1847-1947, n.ºs 3663-3677; idem, *Registos de referendas e passaportes concedidos a estrangeiros*, 1836-1949, n.ºs 3737-3771. (Para a época em estudo, os dados só vão até 1862, com lacunas, retomando-se estes registos só nos finais do século).

fornecida a partir de 1855 pelo Governador Civil nos relatórios apresentados à Junta teria como base de quantificação os contratos anexos aos processos e, especialmente, as listas de embarque, mas tanto umas como outras não existiam no Arquivo à data da sua inventariação⁹⁶, devendo ter sido destruídos, dado o volume que tais processos acarretavam.

Assim, os números recolhidos através dos "registos de passaportes" dão-nos uma imagem que já é, sem dúvida, de declínio do movimento de engajados (Quadro 5.13), embora este ainda fosse significativo para as zonas rurais acima mencionadas, em especial para o distrito de Braga, que tem uma presença maciça nos "vistos" mencionados.

Quadro 5.13 - Emigração do Porto - os "engajados"

Anos	Emigrantes	Engajados	% Engajados
1859	2998	381	12,7
1860	2438	263	10,8
1861	2582	271	10,5
1862	2490	46	1,8
1863	2443	73	3,0
1864	2180	24	1,1

Não podemos esquecer, no entanto, que este era uma componente emigratória de grande clandestinidade, não porque não fosse requerido o passaporte, mas, principalmente, porque se declarava ter pago a viagem e se apresentava o respectivo recibo, fornecido pelo transportador, para evitar as dificuldades burocráticas que a lei impunha aos "colonos". Embora estes só se tornassem um problema administrativo a partir de 1855, na sequência da legislação anteriormente analisada, e por isso as primeiras notícias estatísticas datarem dessa altura, notícias avulsas dizem-nos que a prática de "engajamento" que, desde 1836, era comum nas Ilhas, estava já fortemente disseminada no Norte de Portugal em 1853, como o atestam vários escândalos referidos em capítulo anterior. O seu início, porém, deve ter sido bastante anterior, ainda que de uma forma pouco intensa.

⁹⁶ Salvo alguns exemplares esporádicos, tanto de processos como de listas de embarque (alguns processos de passaportes, por exemplo, foram para o Arquivo Distrital, aonde existe um fundo do Governo Civil). Para 1860-62, os cálculos de passageiros e colonos embarcados em cada navio podem encontrar-se nos *Copiadores de correspondência expedida para o Ministério do Reino*, n.ºs 946-948. Esta informação já foi por nós utilizada: cf. ALVES, Jorge Fernandes, "Emigração Portuguesa: o exemplo do Porto nos meados do século XIX", *Revista de História*, Centro de História da Universidade do Porto, vol. IX, Porto, 1989, pp. 267 - 289.

Em 1844, já se publicitavam no Porto notícias sobre colonos trabalhadores para o Brasil, dando conta de um contrato do governo da província do Rio de Janeiro com o delegado da casa comercial de Carlos Delrue, de Dunquerque, para a importação de 600 colonos para as obras públicas, os quais deviam ser portugueses, belgas, franceses, italianos ou alemães e não seriam menores de 18 ou maiores de 40 anos. Além de "robustos e bem morigerados" deveriam ser oficiais de carpinteiro, ferreiro, pedreiro, canteiro e cavouqueiro e trabalhadores de estradas. Cada "leva" não poderia ter menos de cem nem mais de duzentos, e seria composta de 50% de oficiais e 50% de trabalhadores de estrada, devendo os colonos levar consigo a ferramenta dos seus ofícios. Teriam a viagem paga e um adiantamento para despesas, a descontar posteriormente nos seus salários, a partir da dedução de um quarto da quantia a receber (1\$000 por dia aos trabalhadores e 1\$280 aos oficiais, em moeda brasileira)⁹⁷. Teriam partido alguns portugueses neste contexto ?

No ano seguinte, dava-se conhecimento de um decreto imperial que concedia a todo o capitão do navio 60\$ rs por cada colono. Estes deviam ser "*mancebos robustos, e habeis jornaleiros, principalmente agricultores, serralheiros, carpinteiros e canteiros*", mas estes não podiam, durante os três primeiros anos, deixar a Província, nem "*adquirir nenhum terreno, nem estabelecer nenhuma casa de commercio ou empregarem-se em trafico volante, nem entrar como caixeiros em qualquer estabelecimento commercial*"⁹⁸. Precauções condizentes com a hostilidade então reinante contra os portugueses, acusados de dominarem o comércio e de não permitirem a entrada de brasileiros para as casas comerciais, o que se tornou num dos pretextos mais utilizados para múltiplas manifestações anti-portuguesas que tinham eco no parlamento brasileiro, com propostas mais ou menos radicais, como a da "lei dos caixeiros", visando obrigar os comerciantes a admitirem caixeiros brasileiros, ou as de "nacionalização" do comércio⁹⁹. Seria este o quadro que explicava o retorno de muitos pedreiros e carpinteiros ao fim de três anos, como nos diz o articulista do Diário do Governo, por esta altura¹⁰⁰?

Estes processos de colonização dos anos quarenta são ainda tentativas de sensibilização por parte dos poderes brasileiros para a questão da mão-de-obra livre, na expectativa do fim do comércio de escravos. Note-se a preocupação em fazer afluir colonos dotados de alguma especialização profissional e a procura de delimitação de

⁹⁷ In "Colonos trabalhadores para o Brasil", *Periódico dos Pobres no Porto*, nº 129 de 9 de Setembro de 1844.

⁹⁸ "Brazil", *Periódico dos Pobres no Porto*, nº 57 de 8 de Março de 1845.

⁹⁹ A este respeito, as citações poderiam ser numerosas. Vd., por exemplo, o *Periódico dos Pobres no Porto* de 6.11.1845, 9.9.1848, 28.5.1850

¹⁰⁰ "Emigração para o Brasil", *Diário do Governo*, nº 105 de 6 de Maio de 1846, p. 501.

áreas ocupacionais. Mas, a partir de 1851, a emigração do Porto dispara, em consonância com o fim declarado do tráfico escravagista: o número de emigrantes para o Brasil nesse ano (3669) é praticamente o dobro do ano anterior (1838), iniciando uma fase de incremento que atinge o pico máximo em 1855, com 7256. Terá sido aqui o grande salto nos processos "selvagens" de engajamento, cuja novidade terá estado na massificação e consequente deterioração de condições, pois a prática das viagens a crédito, a pagar no destino, era antiga, havendo mesmo transportadores que se queixavam de bom número de dívidas, por falta de tais pagamentos. Porém, agora, a massificação, o destino incerto e desconhecido dos "engajados" que iriam para as fazendas do interior, com difícil acesso ao litoral, obriga os transportadores a não deixarem pôr pé em terra aos emigrantes antes do pagamento da viagem e daí os célebres contratos a bordo por ordem dos fazendeiros. É por isso que qualquer tentativa de quantificação resultará sempre imprecisa: se alguns partem já com contrato, outros são contratados a bordo, clandestinamente, após a saída da legislação de 1855 que obrigava a que tal fosse feito perante a autoridade portuguesa; outros ainda serão engajados, após o desembarque, no consulado português, enquanto alguns o farão depois de não terem conseguido logo o emprego que sonhavam ou lhes ter faltado a "recomendação" em que confiavam. Naturalmente que estes contratos ofereciam condições diferenciadas, dada a diferente situação de maior ou menor debilidade e conhecimento de causa em que se encontrava o locador, bem como das condições em que o locatário controlava presencialmente ou não a "qualidade" da mão-de-obra¹⁰¹. Mas agora, as obras públicas passam para segundo lugar, emergindo as plantações como os grandes sorvedouros da força braçal. Daí que a preferência no recrutamento vá para os trabalhadores do campo. António Clemente Pereira, o célebre barão de Nova Friburgo, com fazendas em Cantagalo, S. Fidelis e Nova Friburgo, dava aos seus agentes de recrutamento instruções para contratarem os *"filhos de lavradores do campo e que nunca tiveram outra ocupação, fortes, sadios, de 14 até 18 annos pouco mais ou menos (não se admite sob pretexto algum gente das cidades ou villas)"* ¹⁰². Este facto explica a extensão rural das redes de engajadores, os seus "ataques" nas feiras ou nas missas de domingo, procurando os ajuntamentos, bem como a afixação de cartazes às

¹⁰¹ Uma comparação entre contratos realizados no Porto e no Rio de Janeiro, por exemplo, dá a entender que estes últimos poderiam ser ligeiramente mais favoráveis, em virtude da maior procura de colonos, enquanto em Portugal o contrato seria realizado fora do "mercado", aonde se não fazia sentir o diferencial em relação aos salários dos que iam trabalhar sem contrato. Por isso, era fácil aos empregadores urbanos do Rio arranjam empregados, já que as suas ofertas cobriam facilmente as dos fazendeiros. Para a comparação, cf. "Documentos relativos às accusações feitas ao Cônsul Geral de Portugal no Rio de Janeiro, o Barão de Moreira", *O Commercio do Porto*, de 2 de Novembro de 1861.

¹⁰² "Instrucções para engajamento de colonos em Portugal", *O Commercio do Porto*, nº 243, de 23 de Outubro de 1861 (as instrucções estão datadas de 1858 e a sua publicação insere-se no processo público relativo à questão do Barão de Moreira).

portas das lojas ou espetados nas carvalheiras das aldeias, como tanto literatura nos descreve. Assim, adiantando-se-lhe o dinheiro da viagem e preparos, a descontar no ordenado que seria, anual e sucessivamente, de 48\$000, 72\$000 e 96\$000 em moeda do Brasil, se procurava aliciar o camponês que, à sua chegada à fazenda, receberia um colchão, dois lençóis, um cobertor, e, anualmente, três pares de calças brancas e três camisas, dois pares de calçado (sapatos ou tamancos) e um chapéu de palha, além da ferramenta necessária ao serviço. Tarefas? Roçar ou cortar mato, fazer cavas, aterrar, plantar, sachar ou capinar, colher e beneficiar café, milho, feijão, arroz, mandioca, cana-de-açúcar, mamona para fazer azeite e *"tudo o mais que se lhes mandar fazer e fôr compatível com as suas forças"*¹⁰³.

Não se julgue, porém, que o perfil estreito, delineado nas instruções acima referidas, correspondem exactamente à realidade do movimento de engajados no Porto. Os contratos de locação abrangiam uma condição social, atraindo, naturalmente, os mais carenciados que neles viam uma possibilidade de ultrapassarem a miséria em que viviam. Por isso, o perfil etário do engajado corresponde, em alguns aspectos, ao delineado para o movimento geral da emigração no seu período : a idade média masculina é de 26,5 anos e a distribuição etária dos titulares de passaporte vai dos 9 aos 69 anos, embora o máximo se verifica no escalão dos 10-14 anos. As mulheres são cerca de 10% do total de engajados e a maior parte delas, tal como crianças de tenra idade, viajam em família, que chega a congregar ascendentes idosos, numa primeira manifestação de emigração familiar, preferida por alguns fazendeiros que assim asseguravam a estabilidade dos colonos na suas propriedades: 11% dos passaportes de engajados são colectivos, onde seguem como acompanhantes filhos masculinos ou famílias completas. Se olharmos ao estado civil, os casados representam 29% (33% nas mulheres). No espectro profissional, a referência a "trabalhadores" é a mais citada (80%), seguida de lavradores, mas também seguem alguns alfaiates, carpinteiros, pedreiros, pescadores, serralheiros, ferreiros, serventes e até um farmacêutico. A grande distinção com a emigração não contratada está nos níveis de alfabetização: 79% dos engajados titulares de passaporte não sabem ler nem escrever. A sua naturalidade, apesar de residentes no Porto, é muito dispersa: 67% é natural do distrito, os restantes são exteriores, com relevo para os distritos próximos (Braga, Aveiro, Vila Real, Viana, em maior quantidade, e casos isolados de quase todos os outros distritos do Continente, incluindo as Ilhas), revelando a mobilidade geográfica que se verifica no distrito. Finalmente, deve dizer-se que embora o Rio de Janeiro seja o porto de destino dominante (93%), ainda há partidas para a Baía, Pernambuco e Rio

¹⁰³ Idem, *ibidem*.

Grande do Sul, embora em pequena escala. Enfim, uma imagem com algumas afinidades e especificidades em relação aos restantes grupos : predominância dos jovens do sexo masculino e solteiros, tal como a maioria da emigração, mas mais analfabeta e com menor diversidade sócio-profissional. Características que se conjugam com o perfil do colono já traçado por Maria Antonieta Cruz¹⁰⁴.

Nem todos os fazendeiros procediam do modo do Barão de Nova Friburgo, dinamizando redes tão vastas de angariação de colonos. Muitos deles esperavam a chegada dos navios para os contratar, e, depois, uma agência criada com o apoio do governo brasileiro, que lhe concedia 37\$500 rs. de subvenção por cada colono entrado no Brasil, encarregar-se-á de os colocar no mercado de trabalho, contratando-os na origem e cedendo-os a terceiros - foi a *Agência Central de Colonização*, que chegou a ter à sua frente o Barão de Mauá, normalmente apontado como a figura mais empreendedora do capitalismo brasileiro da época¹⁰⁵, comerciante, banqueiro, construtor de navios e o animador do caminho-de-ferro, que não podia deixar de se aperceber da necessidade de mão-de-obra europeia em quantidade para o desenvolvimento brasileiro, nomeadamente para o surto de obras públicas dos anos 50. Mas essa cedência dos colonos a terceiros, depois de muita polémica, a que se juntou a fuga permanente à oficialização dos contratos no consulado, levou o governo português a interditar os contratos feitos em Portugal para aquela agência, aspecto a que já nos referimos no capítulo anterior.

Ao chegar ao Brasil, o colono ia, pois, carregado com uma dívida. No caso dos "engajados" pela Associação Central de Colonização, e segundo o seu presidente em discurso ao parlamento brasileiro, essa dívida esquematizava-se do seguinte modo¹⁰⁶:

¹⁰⁴ Ob. cit., pp. 42-68.

¹⁰⁵ Cf. Graham, Richard, "1850-1870", in BETHELL, Leslie, *Brazil - Empire and Republic, 1822-1930*, Cambridge University Press, 1989, pp. 113 -160.

¹⁰⁶ Segundo transcrição em *O Commercio do Porto*, n° 272, de 22 de Novembro de 1859.

Passagem do Porto ao Rio de Janeiro.....	32\$000 fortes	
Dinheiro que recebe o emigrante do Porto para arranjos de viagens, passaporte, etc.....	12\$000	"
Agencia do Porto.....	2\$500	"
Contracto	1\$000	"
Dinheiro que recebe para comedorias desde o dia que assigna o contracto até à saída da barra a 100 reis diarios, termo medio	3 3\$000	"
Soma.....	51\$100	"
Que ao cambio de 125, termo medio, dá em moeda brasileira.....	1 116\$000	fracos
Abatida a esta quantia a subvenção garantida no decreto de 18 de Novembro de 1858.....	37\$500	"
Fica apenas	78\$000	"

Dívida a saldar ao longo dos 18 meses contratuais, mas que, não raro, se prolongava por três anos, dados os acrescentos posteriores. A quebra de contratação que se verifica nos anos sessenta, para além da polémica internacional gerada a seu propósito e do reconhecimento da incapacidade do processo para atingir os seus objectivos iniciais - multiplicar e fixar ao solo brasileiro população europeia - tem muito a ver com a crise que a sociedade brasileira atravessa por essa época. À guerra com os vizinhos (Paraguai) que esgota orçamentos e atrai as atenções, somam-se crises financeiras, como a de 1864, que arrasta figuras de proa, com destaque para a do banqueiro português Souto, para já não falarmos da própria falência de Mauá, um pouco mais tarde (1875).

Na década de 70, como já referimos, a política de atracção exercida pelos brasileiros consiste em favorecer a emigração espontânea, estabelecendo contratos com companhias transatlânticas de vapores para a introdução de imigrantes, com o prémio de 60\$000 rs. por cada um até determinados montantes: a ideia era de fazer diminuir o valor das passagens através daquela subvenção, tornando mais atraente o destino brasileiro, facilitando a deslocação e bastando ao transportador apresentar a lista de passageiros para receber o subsídio. Nem sempre se obteve resultado positivo¹⁰⁷, pelo que novas fórmulas serão ensaiadas. A partir de 1880 (lei nº 123 de 16 de Julho), o governo da Província de S. Paulo optará por conceder subsídios aos imigrantes espontâneos desembarcados (40\$000 rs. aos adultos e 25\$000 aos menores) para auxílio das despesas de viagem, ao mesmo tempo que assegura a hospedagem dos recém-chegados (no máximo de oito dias), e cria uma rede de delegados para a sua pronta colocação¹⁰⁸. Quadro que, sem dúvida, favoreceu o incremento da emigração por essa altura.

¹⁰⁷ Cf. MATTOS, Joaquim Duarte de, *Exposição do Estellionato aos Cofres do Brasil*, Porto, Typographia Central, 1875. Ainda do mesmo autor, "Emigração", *O Commercio do Porto*, de 25 de Dezembro de 1875.

¹⁰⁸ "Emigrantes para S. Paulo", *O Commercio do Porto*, de 9 de Junho de 1882.

5.9 - Mobilização inter e intra-distrital

Na sua configuração burocrática, o passaporte é um elemento de identificação para os emigrantes naturais do distrito do Porto ou aí residentes há pelo menos seis meses¹⁰⁹. O local de residência raramente era inscrito no passaporte, sendo privilegiada a naturalidade. Assim, à interrogação policial "de onde vem?", o passaporte fornece dois tipos de resposta, uma mais abrangente que, neste caso, significará a "área do distrito do Porto", enquanto espaço de residência, outra de pormenor, a indicação da proveniência original, indicando a terra aonde se nasceu, que, dada a natureza administrativa do certificado, se limita à indicação do "concelho", pois apenas uma vez ou outra se indica a freguesia.

O tipo de informação fornecido apresenta, então, limitações e virtualidades. Não dispondo nós dos processos que serviram de base à concessão dos passaportes, salvo um pequeno núcleo para os anos sessenta, processos que vinham instruídos, entre outros documentos, com a certidão de baptismo, nunca saberemos a mobilidade intra-distrital, isto é, não poderemos avaliar se um emigrante de Baião ou de Felgueiras experimentou deslocções internas prévias ao acto de emigrar, embora, naturalmente, não falem provas dispersas para muitos casos. Mas, por outro lado, este tipo de informação tem a vantagem de nos permitir avaliar o peso da mobilidade inter-distrital, podendo descer-se ao nível concelhio de origem. Podemos, assim, quantificar o peso da "emigração por etapas", ou seja, avaliar o número dos que emigram a partir do distrito do Porto, mas que anteriormente tinham já migrado das terras de suas naturalidades para esta região (podendo existir outras deslocções intermédias) e depois daqui partiam para o Brasil. Estamos, deste modo, perante mais um aspecto dos mecanismos selectivos da emigração:

¹⁰⁹ O passaporte só podia ser concedido pelo Governo Civil correspondente ao do domicílio do impetrante (cf. *Código Administrativo Portuguez de 18 de Março de 1842*, anotado, Lisboa, Imprensa Nacional, 1854). Dizia o Governador Civil do Porto: "*Este Governo Civil [...] não póde conceder, e effectivamente não concede, passaporte senão aos naturaes, ou domiciliados ha mais de seis mezes n'este Districto; todos os outros, que são os que formam o maior numero de colonos engajados, trazem os seus passaportes passados pelos Governos Civis do seu domicílio. Para qualquer individuo se habilitar a pedir passaporte como natural, ou domiciliado ha mais de seis mezes n'este Districto do Porto, é necessario que apresente, ou passaporte de transito, quando dista mais de cinco legoas d'esta Cidade, ou uma guia, quando dista menos, passada pelo respectivo Administrador do Concelho*". BARÃO DO VALLADO, *Relatorio apresentado á Junta Geral do districto do Porto na sua sessão ordinaria de 1859*, Porto, Typographia de Sebastião Jose Pereira, 1859, p.4. Só a a partir de 1896, com a nova legislação já referida no capítulo anterior (nota 55), se determina que o passaporte passe a ser requerido no distrito de naturalidade, excepto para os maiores de 30 anos que o podiam solicitar no distrito de domicílio.

se há em todo o Norte uma trama social em que assentam e se desenvolvem processos de exclusão familiar, a que se junta mais tarde a exclusão mais agressiva com base nas hipotecas da terra, a emigração não é, pelo menos em todas as épocas, a etapa mais acessível. O êxodo rural, a ida para a cidade e suas zonas envolventes, ocupando os nichos de mercado de trabalho deixados pelos emigrantes anteriores, torna-se a primeira etapa para os candidatos à emigração que não dispõem de meios económicos ou protecção familiar, que não estão inseridos nas redes migratórias, que não têm acesso aos meios de saída para o lado de lá do Atlântico. Esta etapa urbana ou peri-urbana assume, pois, importância a dois níveis:

a) permite o aforro indispensável aos gastos com a viagem ou facilita a inserção nas redes existentes, nomeadamente, através dos contactos com o comércio luso-brasileiro, fornecendo o "conhecimento" necessário à emigração;

b) facilita o processo de ruptura psicológica com o horizonte paroquial de origem, gradualizando a mudança de paisagem e a interiorização de deslocado que o emigrante necessariamente vive. Não é, por acaso, que no conjunto das biografias que temos disponíveis, os emigrantes de sucesso viveram, em grande parte, este processo gradual de emigração, aprendendo a mover-se em ambientes sucessivamente mais amplos em todos os sentidos, sem terem experimentado a ruptura abrupta entre o seio familiar e a nova sociedade de adopção, ruptura que se tornou fatal para muitos jovens que partiam cheios de esperança.

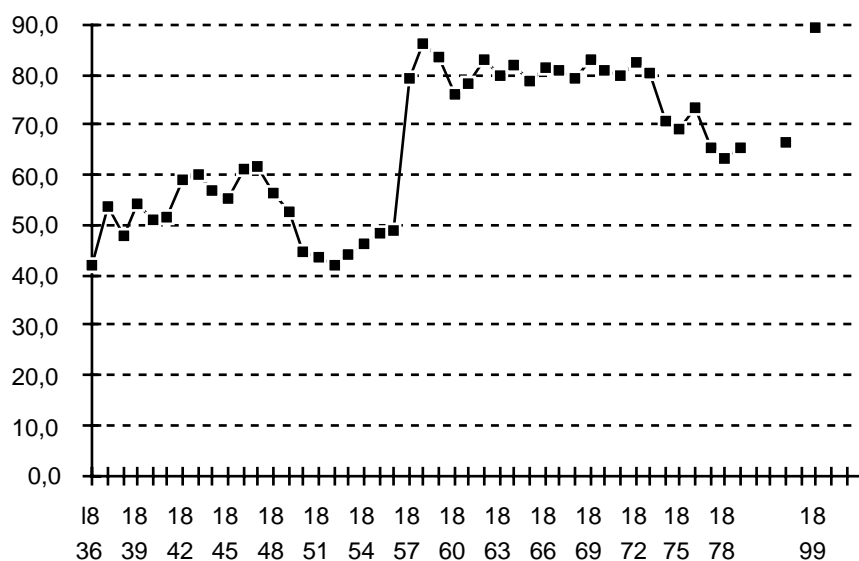
Descendo aos poucos processos existentes, confirma-se, caso a caso, esta emigração por etapas. Joaquim Antonio Sampaio veio de Castelo Branco para agente de Polícia, no Porto, onde serve dois anos, partindo depois para o Rio de Janeiro, com 42 de idade. Manuel Rodrigues Cabedo, de Mesão Frio, marceneiro, vivia na "ilha" do Carqueijeiro, no Bonfim, acabando por emigrar, depois de isento do recrutamento, aos 23 anos; João Bernardino de Faria, de Vila Nova de Cerveira, já era caixeiro em S. Nicolau, quando partiu para o Brasil, aos 15 anos; Jose Gomes da Cunha, era de N^a S^a de Oliveira (Guimarães), mas tornara-se ourives em Cedofeita, quando embarca, já casado, em 1867, aos 27 de idade¹¹⁰. E seria um nunca mais acabar de exemplos no movimento contínuo de chegada e partida, que atinge os mais diversos estratos sócio-profissionais, num mecanismo de rotação em que a cidade do Porto ocupa, sem dúvida, o lugar de principal plataforma, simultaneamente atractiva e repulsiva.

Partindo dos dados existentes, e conferindo-lhe a relativização inerente ao facto de apenas se contabilizarem os titulares de passaporte, pois para os acompanhantes não é

¹¹⁰ A.G.C.P, *Maço com processos de passaportes*, M624

registado este tipo de informação, podemos observar uma grande flutuação no nível percentual dos emigrantes naturais do distrito (Gráf. 5.15). Na fase inicial do período em estudo, a componente portuense da emigração oscila entre os 40 e os 60 % do fluxo, ou seja, apenas metade desta emigração é de naturais do distrito, o que nos prova a antiguidade da intensa mobilidade geográfica no Noroeste, já que tais números antecipam a imagem que nos é fornecida a este respeito pelo censo de 1890, o primeiro a fornecer indicações sobre esta variável. Para os primeiros tempos (anos 30 e 40) não custa reconhecer algum efeito causal sobre a mobilidade geográfica nos fenómenos de desestruturação social e económica provocada pela guerra civil e reformas liberais e até ao efeito da guerra em si mesma, como fenómeno de mobilização militar, pois muitos recrutados, uma vez licenciados, não mais voltaram às terras de naturalidade, ficando-se pela cidade - inúmeros testemunhos nos referem este fenómeno, desde a imprensa a documentos administrativos.

**Gráf. 5.15 - Emigração no distrito do Porto
- os naturais do distrito (%)**



Só a partir de 1857 o êxodo dos forasteiros diminuiu, como se a primeira grande vaga emigratória, que decorria desde 1851, tivesse secado substancialmente o seu caudal. Verifica-se, então, alguma acalmia na contratação de "engajados", a qual tinha facilitado a saída desses forasteiros, os mais débeis economicamente, e a contratação passou a usar procedimentos mais selectivos, pois as primeiras vagas de colonos apresentavam pouca

qualidade para os trabalhos pesados das fazendas, dando pouco resultado e originando muitos conflitos. Como vimos atrás, as recomendações do Barão de Nova Friburgo, datadas de 1858, são elucidativas a este respeito - os colonos deviam ser jovens e rurais, que não tivessem vivido em vilas ou cidades. A emigração directa dos distritos e concelhos mais interiores sobe, então, em flecha, e o seu fluxo iguala e/ou ultrapassa o do Porto (Graf.5.14), mercê da amplificação das redes de engajamento¹¹¹. O contingente de naturais do Porto passa, a partir de 1857, a oscilar em torno dos 80% do fluxo migratório distrital, mas num contexto de clara diminuição de efectivos. O fluxo tradicional que saía do Porto para o Brasil mantém-se, algo indiferente às mutações conjunturais, sejam de natureza expulsiva ou de natureza atractiva, guiando-se mais pela inércia das redes familiares e comerciais, e essa manutenção confere-lhe proporcionalmente uma maior peso relativo.

Nos meados da década de 70 vamos assistir a uma descida percentual no contingente dos portuenses, que estabiliza à roda dos 65%, de novo num contexto de incremento da emigração subsidiada, embora em novos moldes. Este nível permanece até aos meados da década de noventa¹¹², mais precisamente até à legislação que impõe a passagem do passaporte no distrito de naturalidade para os menores de 30 anos, pormenor que inclui quase toda a emigração dos deslocados. Sublinhe-se a importância desta interferência burocrática, a condicionar a leitura das estatísticas oficiais. Assim, estas passam, daqui para a frente, a esconder esta mobilidade interna que temos vindo a evidenciar, sugerindo que toda a emigração se faz a partir da terra de naturalidade, o que provoca a imagem do alastrar da emigração a todo o País. Na realidade, os jovens que partem previamente para o litoral, em especial para as cidades de Porto ou Lisboa, vêm-se obrigados a ir à terra tirar o respectivo passaporte, ocultando-se as migrações prévias. Por outro lado, estas são, como estamos a verificar, mais usuais do que as informações anteriores a 1896 (baseadas no local de emissão do passaporte) sugeriam, pois estavam escondidas atrás da concentração das partidas nas grandes cidades, primeiro no Porto e depois também em Lisboa. Assim se explica que no ano de 1899, representado no gráfico, a participação de naturais do Porto atinja os 90%, mas a exigir esta leitura diferenciada da aplicada às estatísticas anteriores aqui apresentadas.

Descendo a uma análise mais pormenorizada (Quadro 5.14-a,b,c), observe-se o peso relativo que o distrito de Braga tem nesta emigração, oscilando em torno dos 20%

¹¹¹ É possível que se verificasse, mercê da legislação dos meados da década de 50 que recorda constantemente o cumprimento das leis anteriores, uma maior vigilância sobre os procedimentos da concessão de passaportes, com alguma interferência a este nível.

¹¹² Por exemplo, para os anos de 1885, 1886, 1887 e 1888 a participação dos naturais do distrito na emissão de passaportes foi de 69, 66, 68 e 70%, respectivamente.

até 1856. A contiguidade territorial com o Porto é, naturalmente, a explicação para esta emigração, que implica um movimento ainda maior de mobilidade interna como suporte. Este quadro implica que saíssem como emigrantes do Porto um número variável de bracarenses que se aproxima frequentemente do meio milhar, atingindo mesmo o milhar na "febre" de 1855. Segue-se-lhe Aveiro, bastante distanciado e oscilante entre os 5 e os 15%. Viana, Vila Real e Viseu completam o quadro geográfico da grande emigração do Noroeste, gravitando em torno do Porto, num processo por etapas que temos de reconhecer como importante. Com a diminuição da emigração nos anos sessenta e o incremento das partidas directas, diminui drasticamente a participação dos distritos confinantes. Quando, nos meados de 70 essa participação volta a crescer, o distrito de Braga já não recupera a representatividade anterior. A situação apresenta-se, agora, mais difusa e repartida, com o distrito de Aveiro a subir ao segundo lugar na composição deste fluxo da emigração, mas com uma quota pouco acima dos 10% do total¹¹³.

A classificação "outros", a que tivemos de recorrer para não tornar demasiado extensa a apresentação dos dados, agrega informações mais dispersas geograficamente e pouco significativas, sob o ponto de vista quantitativo. Para além dos outros distritos do continente, surgem, de vez em quando, açorianos e alguns brasileiros de naturalidade, embora portugueses por opção.

¹¹³ Insistimos, esta emigração dos diversos distritos representa apenas os emigrantes que residiam no Porto, isto é, os que saíram com passaporte emitido por este governo civil, não se contando a emigração directa dos distritos de origem.

São filhos de pais portugueses que retornaram, trouxeram consigo os filhos e estes, ao atingirem a idade conveniente, partem de novo para a terra que os viu nascer, ou filhos de portugueses que ainda lá permanecem, que vieram estudar a Portugal e regressam no final dos seus estudos, ou vieram mesmo estrategicamente com a finalidade de tornear o recrutamento.

Veja-se, a esse respeito, o caso de Domingos Ribeiro Guimarães (14 anos), natural do Rio Grande do Sul e filho de um português do mesmo nome aí emigrado, que parte com passaporte do Porto (nº 1982, em 1867). Aproveite-se para observar o papel das redes comerciais na resolução dos problemas familiares, através da carta do pai ao seu correspondente Sebastião Moreira Sampaio, onde as recomendações para o filho surgem entrecruzadas com notícias sobre remessas de facas e cebolas:

"Amigo e Senhor

Tenho em meu poder seu estimado favor de vinte e seis de Fevereiro. Copiando dous conhecimentos de generos que me remete a minha consignação pelo Brigue Esperança logo que chegue tomarei conta. Junto duas contas da venda numeros vinte e cinco e vinte e seis na importancia de reis duzentos setenta e tres mil cento e vinte e cinco liquido produto das facas e cebolas. Emcluzo uma letra a seu favor sacada por Banco Mauá & C^a sobre Londres de sessenta e duas livras, sendo ao cambio de vinte e quatro por cento para pagamento das duas contas de vendas, e o resto que são cento e cinquenta e tantos mil reis moeda forte para as despesas de meu filho que fará favor mandar-lhe fazer roupa conforme a nota junta, alem da nota algumas miudezas, mas que sejam precisas. Desde já vocemecê fica autorizado embarcar meu filho na Barca Minerva quando regreçar para esta, como o dinheiro não chega para a passagem do mesmo vocemecê sacará a importancia da mesma passagem em huma letra contra mim sendo passagem á ré. Recomendallo ao Capitão pois eu ja aqui lhe fallei a tal respeito. Enquanto ao Collegio vocemecê já deve ter pago athe trinta de Junho será bom só pagar os mezes que elle tenha a frequentar athe seu embarque julgo que a Barca Minerva venha com escala pelo Rio de Janeiro vocemecê só pagará passagem athe ao Rio de Janeiro daquella Cidade para esta darei ordem para elle vir no vapor e para isso lhe remeterei huma carta de ordem para elle trazer e entregalla no Rio de Janeiro ao meu correspondente. Mais hum favor tenho a pedir ao meu amigo que bem a ser tirar-lhe o passaporte de Portuguez - sendo preciso prestar-lhe ahi a fiança para elle poder obter o passaporte. Como elle não está em Parochia alistado talvez nunca entrará no sorteio e cazo entre nelle eu estou prompto a pagar a quantia que o fiador for responsavel: pois não me convem de forma alguma que meu filho venha como Brasileiro, os que tem vindo dessa

com o passaporte de portuguez todos elles estão livres logo que tenham dado ahi a fiança. Os seus generos ainda estão em ser como lhe comuniquei em dezassete do corrente..."¹¹⁴

Voltando à análise das naturalidades dos emigrantes, se utilizarmos a informação mais minuciosa do anexo 5.9, podemos descer ao nível concelhio e localizar centros onde esta migração para o distrito do Porto mantém uma certa estabilidade e atinge volumes significativos, enquanto outros surgem esporadicamente, com oscilações bruscas. Há concelhos que continuamente enviam dezenas (por vezes centenas) de homens para o Porto: Feira e Oliveira de Azeméis, em Aveiro, Vila Nova de Famalicão, Guimarães, Barcelos, Fafe, no distrito de Braga, são os melhores exemplos. Já concelhos como Póvoa de Lanhoso ou Vieira, em Braga, surgem com quantitativos muito variáveis, o mesmo acontecendo com os concelhos do distrito de Vila Real e Viseu. Os primeiros, além da sua maior contiguidade geográfica, apresentavam, porventura, uma maior similitude na estrutura social, onde o papel do dispositivo da "doação" libertava anual e continuamente um certo excedente populacional. Os segundos, mais afastados geograficamente, apresentariam diferenças de estrutura social significativas, com a partilha das terras mais incrementada, debilitando a sociedade em geral, tornando-a mais sensível à qualidade das colheitas e crises de produção e consumo, funcionando a migração como a válvula de escape nos momentos de maior aflição. Uma hipótese explicativa que só outros tipos de estudos podem confirmar.

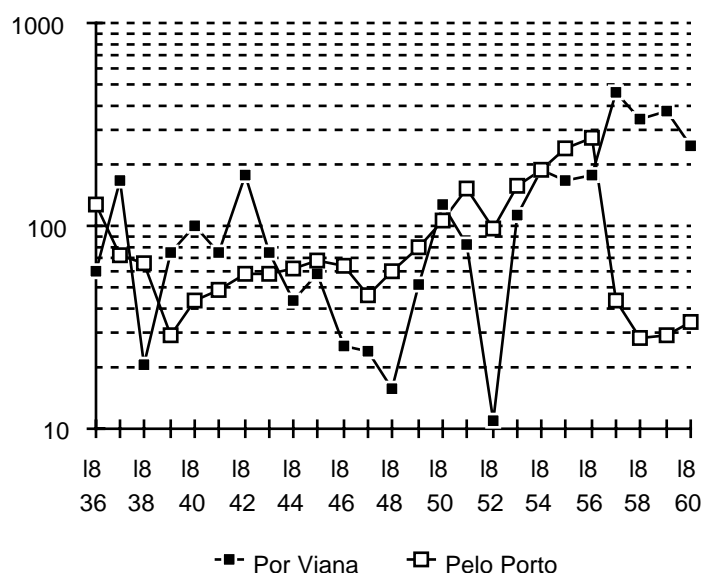
De qualquer modo, esta migração interna prévia à emigração assume uma importância que não se pode ignorar, em termos de pesquisa social. Constitui até um exemplo flagrante das dificuldades de análise dos movimentos migratórios, que, pela sua natureza, são incompatíveis com a vocação positivista do quantitativismo rigoroso, pois confrontamo-nos com movimentos fugidios ao observador, qual areia que se escapa por entre os dedos da mão. Um exemplo claro é o que se passa em relação ao distrito de Viana, o único que, neste contexto, podemos utilizar, por estarem contabilizados os passaportes emitidos no respectivo Governo Civil para este período¹¹⁵. Comparando o volume de emigrantes de Viana saídos com passaporte aí emitido com o volume de emigrantes naturais do mesmo distrito, mas com migração prévia para o Porto e que aqui requereram o respectivo passaporte, observa-se a existência de épocas em que a emigração derivada da migração interna se sobrepõe à oficialmente considerada de Viana (Gráf. 5.16). No total do período (1836-1860) a emigração de Viana com passaporte do Porto (2243 indivíduos) é de 68% relativamente à saída com passaporte emitido naquela

¹¹⁴ A.G.C.P., *ibidem*.

¹¹⁵ Cf. RODRIGUES, Henrique Fernandes, *ob. cit.*

cidade (3276). Mas se contabilizarmos o período anterior a 1857, ano-charneira como vimos, aquela emigração pelo Porto ultrapassa a de Viana: entre 1836-1856, partem com passaporte do Porto 2109 vianenses, enquanto com passaporte do governo civil de Viana só o fazem 1846 indivíduos¹¹⁶.

**Gráf. 5.16 - Emigração de Viana
- com passaporte por Viana
e pelo Porto**



Fonte:

RODRIGUES, Henrique Fernandes, ob.cit., p. 103

(para os passaportes de Viana)

A observação do gráfico sugere mesmo a complementaridade das duas vias, já que as oscilações apresentam uma tendência alternativa, mostrando que o excedente demográfico sairá sempre, optando conforme a conjuntura entre a emigração ou a migração interna. Quer dizer, quando o apelo transatlântico não exerce muita pressão e a partida se apresenta com custos elevados, as populações rurais dirigem-se numa primeira fase para a cidade e seus arredores, numa atracção urbana que é também incentivada por

¹¹⁶ Não se confunda esta emigração dos vianenses com passaporte emitido pelo Porto com a que saí da barra do Porto mas com passaporte emitido por Viana: esta era fiscalizada através dos "vistos" no passaporte que consigo traziam os emigrantes. Naturalmente, ambas se juntavam à saída, enquanto a barra do Porto não foi sofreu a concorrência da de Lisboa. Além disso, havia as saídas directas de Viana para o Brasil, embora em pequena escala.

momentos de estabilidade e de crescimento económico. Aí se radicam ou procuram o pecúlio que lhes permitirá fazer face aos "preparos" da partida ulterior, porque esse era o seu objectivo inicial ou porque o passou a ser, em função de velhas ou novas expectativas. A etapa urbana ultrapassa-se quando o apelo exterior exerce grande pressão, através dos contratos, das viagens subsidiadas, e a cidade apresenta sinais de crise: o fluxo emigratório rapidamente esgota a massa flutuante de forasteiros e vai depois às terras de origem, utilizando vias mais rápidas e directas.

Sublinhada a importância das migrações internas e o seu papel na emigração, fenómeno que explica a compatibilidade das altas taxas migratórias do Porto, frequentemente no limiar do saldo fisiológico, com um notável crescimento demográfico do distrito no seu conjunto, importa agora descer um pouco mais no grau de observação e determo-nos na emigração dos naturais do distrito, a um nível concelhio. A volubilidade concelhia do século passado traz alguns problemas à delimitação geográfica desta análise, que convém esclarecer. A herança administrativa do Antigo Regime que congregava terras de diferente estatuto e extensão - concelhos, coutos e honras - trouxe uma multiplicidade de concelhos, uma vez que a reforma liberal de Mouzinho da Silveira, neste aspecto, quase se limitou a declarar como concelhos aqueles tipos de delimitação administrativa. A pulverização daí resultante, a desigualdade de extensão territorial, demográfica e fiscal, levou a sucessivos arredondamentos, no sentido da sua diminuição, e a contínuas (des)agregações, pelo que se tornava difícil trabalhar com a dança de concelhos emergentes ou suprimidos, dados os objectivos comparativos do exercício. Assim, optámos por trabalhar estaticamente com o quadro administrativo do final dos anos 50, que, salvo alterações de pormenor, se manteve até aos nossos dias para o distrito do Porto, efectuando os ajustamentos necessários, ou seja, integrando os dados referentes aos concelhos suprimidos nos concelhos que absorveram posteriormente os respectivos territórios.

Por razões de apresentação os resultados surgem agrupados por quinquénios, sempre que possível (Quadro 5.15), podendo realizar-se uma leitura anual através dos dados em anexo (5.9). Este exercício impõe a aceitação de dois pressupostos à partida: 1) a neutralização do efeito das migrações internas em direcção ao distrito, as quais tiveram uma grande concentração na cidade do Porto¹¹⁷, mas não deixaram de alastrar com maior ou menor intensidade ao restante espaço; 2) a neutralização do efeito das migrações intradistritais, que não são detectáveis pelo tipo de fonte utilizada.

¹¹⁷ Basta dizermos que a proporção da população da cidade do Porto no total do distrito cresce sempre, adensando a urbanização. Alguns números (população da cidade/população do distrito): 1855 - 16% ; 1864 - 20% ; 1878 - 23% ; 1890 - 27%.

Quadro 5.15 - Emigração dos "naturais" do distrito do Porto

Nºs absolutos

Concelhos	Períodos										
	1836-	1840-	1845-	1850-	1855-	1860-	1865-	1870-	1875-	1889	1899
	1839	1844	1849	1854	1859	1864	1869	1874	1879	-	-
Total	2726	4813	5362	7260	12749	8824	8398	13746	9549	2026	1522
Amarante	76	254	284	563	787	572	371	645	407	189	68
Baião	73	62	39	106	473	201	241	498	262	69	77
Bouças	99	306	331	272	436	385	436	748	697	152	119
Felgueiras	190	290	223	397	651	540	436	627	524	96	45
Gondomar	123	234	390	604	885	656	702	1044	735	163	112
Lousada	111	198	189	296	545	415	332	422	265	44	44
Maia	252	297	332	401	542	305	320	669	520	107	71
Marco C.	16	86	85	161	413	439	267	563	315	71	46
Paços F.	27	122	76	199	398	336	223	381	280	67	24
Paredes	53	133	244	363	715	698	393	654	464	94	66
Penafiel	202	268	366	606	1204	757	516	933	622	126	78
Porto	789	1089	845	1138	1990	1213	1301	1939	1110	195	232
Póvoa V.	46	103	109	179	332	259	461	629	555	99	121
S. Tirso	84	190	155	429	690	410	367	677	544	111	71
Valongo	45	68	120	201	500	273	203	367	254	52	47
Vila do C.	212	213	274	507	588	436	575	758	531	165	115
V.N. Gaia	265	879	1262	831	1594	920	1223	2178	1463	226	184
Indeter.	63	21	38	7	6	9	31	14	1		2

Em %

Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Amarante	2,8	5,3	5,3	7,8	6,2	6,5	4,4	4,7	4,3	9,3	4,5
Baião	2,7	1,3	0,7	1,5	3,7	2,3	2,9	3,6	2,7	3,4	5,1
Bouças	3,6	6,4	6,2	3,7	3,4	4,4	5,2	5,4	7,3	7,5	7,8
Felgueiras	7,0	6,0	4,2	5,5	5,1	6,1	5,2	4,6	5,5	4,7	3,0
Gondomar	4,5	4,9	7,3	8,3	6,9	7,4	8,4	7,6	7,7	8,0	7,4
Lousada	4,1	4,1	3,5	4,1	4,3	4,7	4,0	3,1	2,8	2,2	2,9
Maia	9,2	6,2	6,2	5,5	4,3	3,5	3,8	4,9	5,4	5,3	4,7
Marco C.	0,6	1,8	1,6	2,2	3,2	5,0	3,2	4,1	3,3	3,5	3,0
Paços F.	1,0	2,5	1,4	2,7	3,1	3,8	2,7	2,8	2,9	3,3	1,6
Paredes	1,9	2,8	4,6	5,0	5,6	7,9	4,7	4,8	4,9	4,6	4,3
Penafiel	7,4	5,6	6,8	8,3	9,4	8,6	6,1	6,8	6,5	6,2	5,1
Porto	28,9	22,6	15,8	15,7	15,6	13,7	15,5	14,1	11,6	9,6	15,2
Póvoa V.	1,7	2,1	2,0	2,5	2,6	2,9	5,5	4,6	5,8	4,9	8,0
S. Tirso	3,1	3,9	2,9	5,9	5,4	4,6	4,4	4,9	5,7	5,5	4,7
Valongo	1,7	1,4	2,2	2,8	3,9	3,1	2,4	2,7	2,7	2,6	3,1
Vila do C.	7,8	4,4	5,1	7,0	4,6	4,9	6,8	5,5	5,6	8,1	7,6
V.N. Gaia	9,7	18,3	23,5	11,4	12,5	10,4	14,6	15,8	15,3	11,2	12,1
Indeter.	2,3	0,4	0,7	0,1	0,0	0,1	0,4	0,1	0,0		0,1

É, portanto, um exercício reducionista, que nos coloca perante uma parte apenas da emigração, nas proporções acima referidas, que variam entre 40 a 90% do fluxo (Quadro 5.14), e que apenas nos permite avaliar grosseiramente qual seria a emigração específica do distrito se não existisse o efeito da atracção litoral e urbana deste espaço.

Em termos quantitativos e absolutos, a fieira dos 5 concelhos litorais (num total distrital de 17) garante sensivelmente metade deste fluxo migratório: são concelhos populosos (V.N. de Gaia, Porto, Vila do Conde, Bouças e Póvoa de Varzim), aonde a tradição migratória tem um grande peso que remonta ao século XVIII. Os concelhos de V.N. de Gaia e Porto garantem só por si cerca de 30% das saídas e ocupam alternadamente a primazia no número de emigrantes.

A emigração deve, no entanto, ser confrontada com o potencial demográfico que a sustenta, pois só assim, podemos avaliar em termos relativos a intensidade migratória (Graf. 5.16). Assim, podemos desde logo verificar que, no que respeita aos seus naturais, o espaço urbano do Porto, apesar de produzir mais emigração em números absolutos, se torna um meio social menos expulsivo do que o rural, pois apresenta taxas de emigração comparativamente mais baixas, numa tendência descendente, o que, conjugado com a crescente atracção urbana, só será possível através de um efectivo crescimento económico, capaz de absorver cada vez mais força de trabalho. Repare-se que, por 1855 e 1864, só o concelho interior de Baião apresenta uma taxa bruta de emigração mais baixa, embora em 1855 essa situação se verifique ainda com a Póvoa e o Marco de Canavezes. Para os restantes concelhos as taxas flutuam a níveis mais elevados do que os do espaço urbano, devendo sublinhar-se que concelhos limítrofes ou próximos do Porto, mas a leste, ou seja, ainda sem grande nível interiorização (Valongo, Penafiel, Gondomar, Paredes), com contactos frequentes com a cidade, são os que apresentam maiores níveis de emigração relativa.

A forte atenuação da emigração na zona urbana (de 5,8%, em 1855, para 1,4%, em 1890) e a manutenção, com ligeiras oscilações nos indicadores das zonas rurais mostra que, se a cidade oferece melhores condições aos seus habitantes, em termos de mercado de trabalho, já não seduz o camponês com a força atractiva de antigamente. Nos finais do século o êxodo rural encontrou uma saída mais directa na emigração.

Quadro 5.16 - Taxas de emigração por concelhos
("naturais" do distrito)
(‰)

Concelhos	*1855	*1864	*1878	1890
Amarante	6,2	3,6	2,7	6,0
Baião	4,2	2,3	2,4	3,0
Bouças	6,3	4,3	6,7	5,5
Felgueiras	6,5	5,7	5,1	4,4
Gondomar	9,6	6,1	6,1	5,2
Lousada	6,3	5,1	3,5	2,8
Maia	6,9	3,0	6,6	5,7
Marco C.	2,6	3,4	2,5	2,6
Paços F.	8,4	5,2	5,5	5,9
Paredes	8,5	6,4	5,2	4,8
Penafiel	8,3	4,6	4,3	4,1
Porto	5,8	2,6	2,1	1,4
Póvoa V.	3,4	2,9	5,4	4,4
S. Tirso	7,4	3,4	4,9	4,3
Valongo	12,0	5,6	5,4	4,7
Vila do C.	7,6	5,1	4,2	6,5
V.N. Gaia	7,2	3,7	5,4	3,5
Total	6,5	3,9	4,1	3,7

* Usaram-se médias quinquenais para cálculo das taxas

5.10 - Viagens e destinos brasileiros

Em múltiplas biografias que deram a palavra ao emigrante o fantasma do naufrágio está presente desde o momento da partida. A perigosa barra do Douro tinha deixado marcas na memória colectiva e, de tempos a tempos, encarregava-se de recordar essa perigosidade. Seria sempre com uma certa desconfiança que o emigrante sentia o navio deslizar até à barra, olhando com circunspecção para o *João Boi e filhos*, o *Ferro*, o *Picão*, o *Guião*, o *Touro*, e outras massas graníticas que emergiam da corrente ou ficavam submersas a pouca profundidade e se perfilavam antropomorficamente, num complexo de restingas e canais que delimitavam caminhos e vigiavam destinos¹¹⁸. Era

¹¹⁸ Uma imagem da barra do Douro com a identificação dos rochedos, para os finais do século XVIII, sugestiva das dificuldades de navegação, pode ser observada in COSTA, Agostinho Rebelo da, ob. cit. (Planta geográfica da barra da cidade do Porto). Sobre o quebramento dos rochedos, cf. "Relatório sobre os

com um certo alívio que, já no alto mar, sentiam os saltos ágeis dos barqueiros das "catraias" para desamarar as cordas que tinham permitido guiar o navio e evitar os escolhos do percurso. Dificuldades que, paradoxalmente, tinham feito a grandeza antiga de um porto, libertando-o naturalmente dos ataques inimigos, mas que agora, em tempos de navegação muito activa e de navios de calado cada vez maior, sufocavam a vida portuária e a condenavam à extinção. Na década de 50, a navegação veleira ainda conheceu um período de euforia, com a emigração subsidiada, e há notícias de grande actividade nos estaleiros do Ouro, Gaia e Vila do Conde. Em Fevereiro de 1857 a Praça do Porto registava como propriedade de armadores locais 130 navios de diversa natureza (galeras, barcas, brigues, patachos, escunas, palhabote, hiates e rascas, além de 3 vapores), embora nem todos se destinassem à carreira do Brasil¹¹⁹. Mas em 1858 a quebra de actividade nos estaleiros era já notória: de 1855 a 1858, o número de embarcações construídas foi respectivamente de 25, 35, 24 e 10, a substituição das velhas embarcações era cada vez mais lenta, envelhecendo e tornando mais penosas as viagens.

Por essa altura, já se faziam sentir os sinais do futuro, com as notícias da vulgarização do vapor. Futuro que, para a barra do Douro, será a do estiolamento, dada a incapacidade de os vapores manobrem satisfatoriamente e dos resultados desastrosos dos que o tentaram¹²⁰. Porto preferido e quase monopolista da emigração do Norte de Portugal para o Brasil, a barra do Douro vai sofrer um processo de esvaziamento

melhoramentos da barra e foz do Douro", *O Commercio do Porto*, nº 229, de 9 de Outubro de 1858. Depois do quebramento passaram a ter acesso à barra navios que exigissem de 16 a 20 pés de água, enquanto antes o limite se ficava pelos de 15 pés. No entanto, aqueles só o poderiam fazer nos dez dias de marés vivas em cada mês. Em época de cheias, a barra do Douro tornava-se inacessível, dirigindo-se muitos navios, nessas ocasiões a Vigo, para desembarcar ou para esperar a entrada no Douro. Cf. ainda KENDALL, Henrique Carlos de Meirelles, *Exposição apresentada a S.Exc^a o Snr. Cons. João de Sousa Calvet de Magalhães relativamente às obras de adaptação do Porto de Leixões ao serviço comercial e suas ligações com as linhas férreas do Estado*, Porto, Typographia Progresso, 1908.

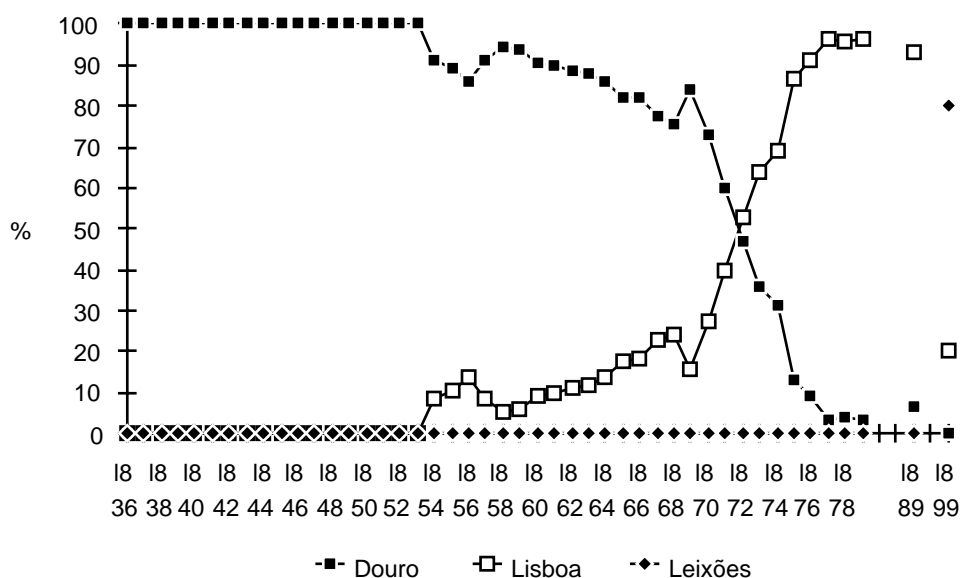
¹¹⁹ BARÃO DO VALLADO, *Relatorio Apresentado á Junta Geral do Districto do Porto na sua Sessão Ordinaria do Anno de 1857*, Porto, Typographia de Sebastião José Pereira, 1857, mapa nº 13.

¹²⁰Em Fevereiro de 1847, naufragou nas pedras de "Felgueiras" o *Duque do Porto*, que tinha saído a barra para rebocar um navio, perecendo os 17 tripulantes. Em 29.3.1852 foi o célebre naufrágio do vapor *Porto*, que desgovernado, encalhou na pedra do "Touro", tendo morrido 91 pessoas. Em 17.8.1860 o *Corratin*, inglês encalha num baixio. Em 3.9.1872, foi a vez do vapor *Beta*, também inglês, encalhar contra as pedras "Prolongas". Em 3.1.1879 foi o *Olga*, inglês, na Foz, que colidiu com outro francês. Mas a situação dos "veleiros" também não era muito favorável: em 9.10.1844, o iate *Activo* foi de encontro à pedra "João Boi" e afundou-se; em 9.10.1844, o iate *S. João Baptista* foi sobre as pedras da Cantareira, onde encalhou; em 11.11.1852, o *Aurora Liberal* bateu na pedra do "Dente" e naufragou imediatamente; em Março de 1855 a galera *Campos 1º* garrou no fundeadouro e perdeu-se à entrada do Douro, na "Meia Laranja"; em 10.10.1860, o caïque *Nugra* que garrou, foi contra outra embarcação e afundou-se pouco depois. Em 28.12.1860, a galera *Flor do Porto* rebentou as amarras durante a cheia do Douro e foi desfazer-se na barra. Nesse mesmo dia, o patacho sueco *Hedwige* naufragou próximo ao Castelo e a galera brasileira *Linda Russiana*, arrastada pela corrente, encalhou no Cabedelo. No dia seguinte, o iate *Alliança* arrastado pela corrente acaba por desaparecer no mar. Etc. Cf. CABRAL, Francisco, *Naufrágios e acidentes Marítimos na Costa Portuguesa (1823-1986)*, Matosinhos, Stella Maris de Leixões, 1987.

progressivo, cuja cronologia se pode observar pela representação gráfica dos portos de saída dos emigrantes (Gráf. 5.17).

Até aos anos 70 as viagens do Porto para o Brasil faziam-se, portanto, de veleiro, a sair da barra do Douro, pois só uma pequena percentagem tomava o caminho de Lisboa para embarcar nos paquetes, mais cómodos e rápidos mas ainda muito caros. De veleiro, na companhia de amigos e conhecidos a tentarem a mesma aventura, viaja-se durante 40-42 dias até chegar ao Rio de Janeiro, com preços de passagem que oscilavam entre os 30 a 40\$000, às vezes um pouco menos, na casa dos 20\$000, conforme o lugar, a época e a situação do mercado.

**Gráf. 5.17 - Emigração do distrito do Porto
- portos de saída (%)**



Se por vezes havia queixas, contra a comida, o alojamento (sobretudo por carga excessiva, apesar dos regulamentos), factos que eram públicos e notórios no período negro dos "colonos", deve dizer-se que também se verificavam louvores públicos ao pessoal de diversas embarcações, podendo concluir-se pela existência de dois tipos de embarcações - as de baixa qualidade, que viajavam quase sempre a frete ou aproveitando a componente mais pobre do mercado de passageiros, e as de um de nível mais elevado, para os mais endinheirados e de posição social mais refinada. As barcas *Rápida*, *Fé* e *Temerária* procuravam atrair este último público, por isso o respectivo proprietário colocava longos anúncios nos jornais, tornando público o regulamento de bordo, os cuidados com os alimentos e alojamento e até anunciava a ementa. Esta torna-se

particularmente curiosa, por nos revelar a monotonia das refeições, apesar de anunciadas de tal modo que deveriam ser excepcionais, bem como os horários das refeições impostos pelo ritmo da luz natural.

Tabela da qualidade de comida ditória para os passageiros de pros das barcas RAPIDA, FÉ e TEMERÁRIA

Dia da Semana	Almoço	Jantar	Ceia
Domingo	Carne com batatas e café	Sopa de macarrão e carne cozida	Arroz com carne
Segunda feira	Bacalhau com batatas	Caldo de feijão e carne cozida	Sardinhas e batatas
Terça feira	Carne com feijão	Caldo de arroz e carne cozida	bacalhau com batatas
Quarta feira	Sardinha e farinha de mandioca	Caldo de feijão e carne cozida	Arroz com bacalhau
Quinta feira	Bacalhau com batatas	Caldo de arroz e carne cozida	Sardinha com batatas
Sexta feira	Sardinha com batatas	Caldo de feijão e bacalhau c. batatas	Far. mandioca c. bacalhau
Sabado	Bacalhau com batatas	Caldo de feijão e bacalhau c. batatas	Arroz e sardinha

Comidas em abundância, cada passageiro terá um arratel de biscoito de milho.

nos dias de semana e aos domingos um arratel de biscoito de trigo e 1/2 quartilho de vinho

Nos primeiros 8 dias o caldo será misturado com hortaliça.

Almoço às 8 horas, jantar ao meio dia e ceia às 5 horas.

Fonte : Anúncio de "O Commercio do Porto", 6 de Janeiro de 1857 (adpat.).

Tudo indica que a grande maioria das viagens eram pacíficas, sendo muito raros os casos de naufrágio ou de grandes dificuldades com tempestades que detectámos através dos jornais, facto que não impede o temor dos passageiros, quase todos jovens e no seu baptismo de navegação. Mas parece que a parte mais perigosa era de facto a saída da barra do Douro.

A vitória do vapor vai ser, porém, a derrota da barra do Douro. Em 1850, a *Royal Mail Steam Packet* anunciava viagens luxuosas nos seus vapores que saíam de Southampton a 9 de cada mês e passavam em Lisboa a 13, em carreiras que passavam pela Madeira, Tenerife, Pernambuco, Baía, Rio de Janeiro, Montevidéu e Buenos Aires, a preços exorbitantes : para o Rio de Janeiro variavam, para a 1ª câmara, entre 279\$080 (lugar só) e 189\$000 (acompanhado), e para a 2ª câmara entre 211\$500 (só) e 135\$000 (acompanhado). Havia, porém, a hipótese de um número limitado de artistas ou emigrados ser conduzido para o Brasil, sustentado conforme a tripulação, trazendo cada um a sua própria cama e roupa, por 90\$000¹²¹. Preços que representavam cerca do triplo em relação aos praticados nos veleiros.

Por entre numerosos e breves anúncios de veleiros, em 1856, a *Companhia Hamburgo-Brasileira* informava a saída de vapores de Lisboa para o Brasil a preços muito mais convidativos, que para a 1ª, 2ª e 3ª classe se cifravam, respectivamente, em 144\$000, 117\$000 e 38\$400, devendo os últimos fornecer as suas camas e utensílios de comida, começando a disputar o lugar aos veleiros, pois asseguravam passagem do Porto para Lisboa no vapor "Lusitania"¹²².

Naturalmente que o fluxo das passagens permitia uma certa selecção, pois, em 1860, ainda a *Companhia Anglo-Luso-Brasileira* anunciava vapores a sair de Lisboa a preços mais elevados : para o Rio de Janeiro, uma passagem "de ré" custava 155\$000 e "de proa" 125\$000, com a terceira classe nos 50\$000¹²³.

Os pequenos anúncios de 5 linhas dos veleiros a anunciarem a sua saída do Douro ainda perduram nos anos setenta, mas a supremacia neste espaço específico das folhas de imprensa já é dominada pelos vapores, cujos anúncios ocupam maior espaço e são mais explícitos, numa já clara concorrência entre as diversas linhas transatlânticas, a tocarem diversos portos: são, por exemplo, a *Royal Mail Steam Packet C.*, a *C. Lloyd de Bremen*, a *C. Messageries Maritimes*, a *C. Chargeurs Reunis*, a *Red Cross Line of Steamers*, entre outras. Na sua maioria, as moradas indicadas indicam agentes de nome estrangeiro,

¹²¹ Cf. *Periódico dos Pobres no Porto*, nº 287 de 04.12.1850, p. 2073.

¹²² Cf. *O Commercio do Porto*, de 29 de Novembro de 1856.

¹²³ Ver anúncios in *O Commercio do Porto*, de 23 de Maio de 1860. As viagens para outros portos mais a Norte eram mais baratas : Pernambuco - 110\$/100\$; Baía - 120\$/107\$.

perdendo espaço os portugueses. Por exemplo, em Julho de 1874, um sugestivo anúncio da *Companhia Real Ingleza*, representada no Porto por G. Tait, anuncia uma redução de preços de passagens nos seus paquetes quinzenais, informando que esta carreira passava a contar com "*cozinheiros portugueses, assim como também criados portugueses, para commodidade de todas as classes*", incluindo no respectivo preço a passagem para Lisboa (que agora era realizada por combóio). O anúncio incluía ainda um conjunto de afirmações, lembrando ao leitor que era a companhia mais antiga na carreira do Brasil, mais regular, com mais segurança, mais velocidade e mais moderna, nunca tendo perdido um vapor nem sofrido qualquer sinistro, para além da protecção de S. M. britânica pela condução das malas, ou da preferência da parte de SS. MM. Imperial do Brasil nas suas recentes viagens.

Mas o grande salto nas viagens para o Brasil surge na década de 70, quando começam a surgir anúncios como os da *Empreza Protectora Transatlântica*, subvencionada pelo governo do Brasil, que oferece passagens com grande redução de preços, para o Rio de Janeiro e Santos nos vapores de diversas companhias, a saírem todos os meses¹²⁴.

a 7.....	C ^a de Liverpool	28\$000	(3 ^a classe)
a 8.....	Messageries Maritimes.....	32\$000	"
a 13....	C. Alemã.....	28\$000	"
a 17....	C. Liverpool.....	28\$000	"
a 23....	Messageries Maritimes.....	32\$000	"
a 27....	C. Alemã.....	28\$000	"
a 28....	C. Liverpool.....	28\$000	"

Os preços dos veleiros são, agora, atingidos indiscriminadamente, pela política de subsídio do governo brasileiro aos transportadores no sentido de atrair a emigração. Com o tempo de viagem reduzido para cerca de um terço¹²⁵ e com maior comodidade, sem possibilidade de concorrência nos preços, resta aos veleiros do Porto aproveitar o mercado residual de algum transporte de mercadorias que ainda se faz entre esta cidade e alguns portos brasileiros, sobretudo os menos frequentados pelos vapores, transportando um ou outro passageiro das suas relações ou conhecimento, num rápido processo de

¹²⁴ Cf. *O Commercio do Porto*, vários números de Março de 1878. Esta política vinha já dos inícios dos anos setenta, e explica a baixa de preços de várias companhias nas passagens para o Brasil. Sobre a polémica entre os vários transportadores no acesso aos subsídios do governo brasileiro, cf. MATTOS, Joaquim Duarte de, *Exposição do Estellionato aos Cofres do Brasil*, Porto, Typographia Central, 1875.

¹²⁵ Uma viagem de veleiro para o Rio de Janeiro rondava os 42 dias, uma viagem de vapor durava entre 15 a 20 dias.

esvaziamento. Em 1881, o Inquérito Industrial, dá como praticamente extinta a construção naval nos estaleiros locais, em função da queda da marinha mercante, pois a reduzida actividade era alimentada pelos pequenos barcos de pesca¹²⁶. Um pequeno número de armadores lutava, então, contra a maré vazante¹²⁷, nos quais se destaca Andresen (que adquire alguns vapores postos a leilão pela liquidação da "Progresso Marítimo do Porto") e estabelece ligações regulares para os Estados Unidos e Brasil, nomeadamente para Manaus.

Mas os interesses radicados no Porto levaram tempo a ser ultrapassados e a saber aproveitar as condições naturais de Leixões, invertendo o processo de transferência da saída da emigração por Lisboa. Temia-se, então, a descentração da dinâmica económica do Porto para Matosinhos, pelo que se insistia na criação de um ante-porto ou porto de abrigo, que permitisse abrigar os navios que esperassem o desembarque na barra do Douro, sem prejudicar os interesses aqui instalados¹²⁸. Só nos anos 80, se ultrapassarão essas indecisões¹²⁹, iniciando-se a obra de adaptação do porto natural a um porto de abrigo, cujas qualidades depressa o tornaram frequentado por centenas de navios, logo que as primeiras obras o permitiram¹³⁰, embora oficialmente o porto comercial date apenas de 1932. De qualquer modo, nos finais do século passado, o Norte tinha recuperado alguma iniciativa, e como se pode verificar (Gráf. 5.17), em 1899, cerca de 80% dos emigrantes do Porto para o Brasil embarcavam em Leixões.

¹²⁶ Ob. cit., p. 38.

¹²⁷ Já vimos (capítulo 3) como foram débeis as tentativas com origem no Porto para dominar o mercado da navegação a vapor para o Brasil: a "Companhia Luso-Brasileira", na década de 50, e a "Progresso Marítimo do Porto", nos anos 70, que experimentaram dificuldades insuperáveis na concorrência com as grandes companhias transatlânticas, que viviam dum mercado muito amplo, estabelecendo ligações entre numerosos portos europeus e americanos, além dos problemas com a mobilização de capitais.

¹²⁸ Sobre a diversidade e tipos de interesse que criavam obstáculos à implementação da obra de Leixões, que vinha sendo estudada e sucessivamente adiada desde 1852 (na sequência do naufrágio do vapor "Porto"), cf. KENDALL, H., ob. cit. Eis um texto significativo a este respeito: *"Leça e Matosinhos seriam o que é hoje a cidade - e o Porto... poderia ajardinar as suas ruas, plantar cyprestes, e gravar seu ephitafio nas Pedras de Leixões... á saudosa memoria da perda da sua prosperidade! E de envolta com a ruína d'esta cidade, teria de lamentar-se a da industriosa Vila Nova (Gaya) e de todas as povoações nas duas margens do Douro"*. In MOSER, Eduardo, *Memoria sobre as vantagens, materiaes, financeiras e economicas do projectado Ante-Porto do Douro*, Porto, Typographia do Commercio do Porto, 1880.

¹²⁹ Com a lei de 26 de Junho de 1883, de Hintz Ribeiro, com base no plano de Nogueira Soares.

¹³⁰ Em 1889, o Governo deu à "Companhia das Docas e Caminhos de Ferro Peninsulares" a concessão para construir e explorar o porto comercial, mas a crise de 1890 atrasou todo o processo. De qualquer modo, *"a construcção dos molhes começou em 1884. Quatro depois já se aproveitavam do abrigo 48 navios. No anno de 1889, 104; no anno de 1890, apesar de ainda estarem por construir as cabeças dos molhes, entraram no porto cerca de 400 embarcações, em grande parte para operações de carga e descarga"*. Em 1907, as entradas elevaram-se a 821, sendo 134 de vela e 687 a vapor, com um movimento de 23088 passageiros, tudo apesar de não existirem ainda cais acostáveis ou aparelhos de descarga. Cf. KENDALL, H., ob. cit., p. 16.

Se, depois das viagens, nos preocuparmos com os destinos da emigração portuense para o Brasil, temos logo de reconhecer que as condições de tráfico não são estranhas de todo ao seu direccionamento. Na verdade, se as carreiras procuram satisfazer a procura dos passageiros, também é verdade que a imposição de determinadas carreiras, por alegadas condições técnicas, portuárias e financeiras, acaba por criar rotinas que condicionam as partidas. Para além disso, determinadas zonas portuárias transformam-se em plataformas de rotação, recebendo passageiros que depois se escoam para zonas interiores e/ou afastadas, facto este que aconteceu também com os emigrantes portugueses no Brasil, país aonde, de resto, a mobilidade interior era muito grande. Redistribuição cada vez mais facilitada, quer pela intensa navegação de cabotagem que o governo brasileiro também subsidiava, ou pela já extensa rede ferroviária¹³¹.

Os destinos da emigração portuense para o Brasil (pelo menos na sua primeira etapa) estão quantificados para o período em estudo, na sua progressão anual, a partir das declarações registadas nos passaportes (Quadro 5.17, para números absolutos, vd. anexo 5.10). Aí se pode observar como o peso da tradição manteve continuamente um fio migratório para os destinos de sempre, ainda que a diversidade da dinâmica regional brasileira tenha criado outros pólos de atracção que se tornaram importantes no final do século.

Entre 1836 e 1899 há uma clara evolução na geografia desses destinos, embora o Rio de Janeiro absorva sempre, em maior ou menor grau, a maioria dos emigrantes, anos havendo em que o Rio chegou a ultrapassar ligeiramente o nível dos 80%. Mas também houve períodos em que outras zonas concorreram de modo significativo na atracção dos imigrantes portuenses. Assim, na década de 30 e primeiros anos da de 40, o Rio de Janeiro ficava-se pelos cerca de 60%, e zonas como a Baía (10%), Maranhão (8%) Pernambuco (14%) revelavam um peso importante no destino tradicional destes emigrantes.

¹³¹ Cf. *O Imperio do Brazil na Exposição Universal de 1876 em Philadelphia*, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1875.

**Quadro 5.17 - Emigração do distrito do Porto
- Indicações de destino (%)**

Ano	Baía	Ma- naus	Mara- nhão	Pará	Pernam- buco	Rio de Janeiro	San- tos*	R. G. do Sul**	Ou- tros
1836	10,3		8,2	0,3	10,9	65,7	0,6	4,0	0,0
1837	13,9		9,4	2,0	13,3	60,1	0,3	1,0	0,1
1838	5,2		7,5	0,4	14,8	71,2	0,5	0,3	
1839	11,5		4,1	3,6	17,4	62,7	0,2	0,5	
1840	9,5		4,9	5,0	14,1	64,7	0,6	1,1	
1841	5,9		6,7	4,3	16,7	61,3	3,3	1,7	0,1
1842	5,1		5,4	6,9	10,7	66,7	2,8	2,3	0,1
1843	4,3		3,6	3,3	9,0	76,5		3,2	0,1
1844	8,0		4,6	2,7	7,3	73,3		4,0	
1845	6,3		3,4	2,6	5,8	77,2	0,2	4,4	0,1
1846	6,1		3,5	3,1	5,8	75,2	0,1	6,2	0,1
1847	4,0		1,7	2,2	5,3	80,1	0,1	6,6	
1848	5,2		4,4	2,9	3,1	79,7		4,7	0,0
1849	2,6		1,9	3,3	2,1	86,0	0,1	3,9	
1850	6,3		2,9	1,7	4,8	79,2	0,1	4,8	0,1
1851	4,9		1,8	2,8	5,6	79,9	0,6	4,0	0,4
1852	4,0		4,0	3,6	5,7	71,9	4,4	6,5	
1853	1,9		1,8	2,8	5,4	76,2	2,3	8,4	1,2
1854	2,2		4,0	8,4	3,9	76,0	1,2	4,4	0,0
1855	1,8		6,1	13,9	2,5	64,2	4,9	4,0	2,7
1856	2,5		1,2	5,3	2,5	81,0	4,0	1,8	1,7
1857	3,5		1,6	8,4	10,3	69,0	2,0	3,4	1,7
1858	4,0		1,2	4,8	5,9	79,5	0,1	3,7	0,8
1859	5,2		1,4	3,1	7,7	75,5		7,1	0,1
1860	2,3		1,2	4,7	8,5	81,9	0,0	1,2	0,1
1861	0,0		1,6	5,5	6,6	81,1	0,2	4,9	0,1
1862	2,3		1,5	3,0	4,0	83,9	0,1	5,1	0,0
1863	3,1		2,0	3,9	3,7	81,2	0,1	5,9	0,2
1864	2,5		3,0	3,9	4,6	79,6	0,1	6,4	0,1
1865	4,1		3,2	6,1	6,5	70,9	0,3	8,8	0,1
1866	3,5		3,3	5,6	5,6	74,8	0,3	6,9	0,1
1867	3,3		2,3	6,1	7,0	74,1		7,1	0,1
1868	2,5		2,0	9,5	6,6	71,2	0,3	7,8	
1869	2,3		1,5	8,0	5,9	76,1		5,8	0,5
1870	2,4		1,5	8,2	7,9	71,5	0,2	8,1	0,2
1871	2,2		1,4	6,3	4,6	78,0	0,8	6,5	0,2
1872	2,1		1,0	5,4	5,0	80,2	0,7	5,4	0,1
1873	2,8		1,8	4,4	7,5	76,5	0,5	6,5	0,1
1874	2,2		0,5	3,4	3,3	85,8	0,2	4,2	0,2
1875	1,8	0,0	0,8	3,1	3,9	84,7	1,2	4,4	0,1
1876	2,6	0,1	1,2	5,6	4,3	80,7	1,8	3,7	0,1
1877	2,2	0,1	1,3	4,9	4,0	83,1	2,0	2,4	0,0
1878	2,7		1,4	6,4	4,4	80,1	1,2	3,8	0,0
1879	1,3	0,0	0,5	5,1	3,7	83,1	2,0	4,2	0,1
1889	1,0	2,8	0,4	6,4	3,2	76,5	6,4	2,7	0,6
1899	0,9	12,9	0,6	16,9	2,5	55,1	9,9	0,9	0,2

* Inclui referências a Santos e S. Paulo

** Inclui referências a Porto Alegre e Rio Grande do Sul

Também o Pará e o Rio Grande do Sul tem uma quota importante nesta corrente populacional, o primeiro com oscilações ao longo do tempo, a que não são estranhos os movimentos anti-portugueses que aí emergem de vez em quando, o segundo ganhando alguma importância na segunda metade do século. Estes destinos nunca desaparecem para a emigração portuense ao longo do século XIX, mas a importância da maioria tende a diminuir no conjunto do fluxo migratório, em face das reorientações internas da economia brasileira, das vicissitudes sociais, da elasticidade dos respectivos mercados de trabalho, bem como da agressividade das políticas de atracção de mão-de-obra. Nos finais do século, a concorrência ao Rio de Janeiro (55%) surge ainda do Pará, com força renovada (17%) e de S. Paulo (10%) que passou a atrair não só mão-de-obra rural como operária e até intelectual, face ao extraordinário surto de desenvolvimento em todos os sectores que o café proporcionou. E vale a pena individualizar ainda Manaus (13%), o porto de entrada para a floresta da Amazónia, aonde, por essa altura, se iniciava uma nova epopeia de descoberta, a da borracha, para onde se vão dirigir tantos portugueses do Norte e que teria num deles, seringueiro por vivência, a missão de a fixar nas páginas de um romance fascinante - Ferreira de Castro, natural de Oliveira de Azeméis, na sua obra *A Selva*.

Mas sobre o papel dos portugueses no Brasil oitocentista a investigação terá de decorrer do lado de lá, como ultimamente se vem fazendo, tanto na perspectiva da integração como na do conflito, cobrindo uma lacuna que ainda perdura na historiografia portuguesa e brasileira¹³².

*

¹³² Para um balanço e perspectivas de pesquisa, cf. SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Documentos para a História da Imigração Portuguesa no Brasil, 1850-1938*, Rio de Janeiro, Federação das associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, 1992.

Um estudo já clássico é o de PESCATELLO, Ann Marie, *Boths Ends of de Journey: an Historical Study of Migration and Change in Brazil and Portugal, 1889-1914*, Los Angeles, University of California, 1970. Importante ainda o trabalho de MONTEIRO, Tania Penido, *Portugueses na Baía na segunda metade do século XIX - Emigração e comércio*, Lisboa, S.E.E, 1985. Como amostra de trabalhos mais profundos já desenvolvidos ou a decorrerem vejam-se as seguintes comunicações ao "Coloquio Internacional sobre Emigração e Imigração - séculos XIX e XX", Lisboa, 11-12 de Novembro de 1992: SILVA, M. Beatriz Nizza da, "Família e Integração do Imigrante Português na Sociedade Brasileira"; MATOS, M. Izilda Santos de, "Estratégias de Sobrevivência - A imigração portuguesa e o mundo do trabalho, S. Paulo, 1890-1930"; SILVA, Maria Manuela, "Imagens do Quotidiano dos Imigrantes Portugueses no Brasil (1880-1890)"; KLEIN, Herbert S., "The Social And Economic Integration of Portuguese Immigrants in Brazil in the Late Nineteenth and Twentieth Centuries"; CARVALHO, Marcus J. M., "O antilusitanismo e a questão social em Pernambuco". Ver ainda BACELLAR, Carlos de Almeida Prado, "A colonização Portuguesa em S. Paulo às Vésperas da Independência", in ROWLAND, Robert (coord.), *Contexts of Long- Distance Migration : Portugal and Brazil*", Florença, European University Institute, 1990.

Em resumo: a análise dos registos de passaportes fornece-nos uma imagem da quase totalidade do fluxo emigratório, a que só falta a componente clandestina, que, como sublinhamos, para o período em estudo (1836-1879) é considerada relativamente baixa (rondando os 5%, na componente de indocumentados). Análise que surge como um autêntico rastreio dessa massa humana impressionante (cerca de 120 mil pessoas) que, requisitando a sua documentação no Governo Civil do Porto, se prepara para embarcar rumo ao Brasil. Podemos dizer que a nossa perspectiva de interrogação, necessariamente breve dada a quantidade em causa, se configura como a de um inquérito policial orientado para a identificação e estruturado em três questões fundamentais: quem é? Onde vem? Para onde vai? Do interrogatório saiu uma resposta estatística que permitiu delinear o volume e o ritmo do fluxo migratório, a diversidade e a evolução das características mais importantes para traçar o perfil do emigrante, num processo de compreensão contextualizada.

A documentação utilizada permitiu recuar no tempo a análise habitual da emigração, que normalmente só se debruça sobre as estatísticas publicadas a partir de 1855, de forma agregada, e a partir dos anos 70 num conjunto estreito de variáveis. Iniciando a pesquisa estatística em 1836, foi possível perceber de forma mais adequada os fenómenos de continuidade face à emergência de novas condições sociais e políticas e das respostas migratórias respectivas. Tendo nós partido do quadro familiar, numa perspectiva de economia doméstica, em que o emigrante produzido é um jovem destinado aos ofícios ou ao caixeirato urbano, pudemos observar a sobreposição de outros modelos, marcados por quadros de proletarização e por irrupções cíclicas, ao sabor da conjuntura local e das políticas brasileiras de atracção de mão-de-obra, com a consequente alteração das características do emigrante. O modelo da emigração jovem e individual vai-se esvaziando muito lentamente, numa teimosa persistência, para dar lugar ao adulto casado numa intensificação cada vez maior da transposição de famílias inteiras, na sua maioria de origem rural, ainda que a característica dos finais do século continue a ser a da separação das unidades conjugais, condição para assegurar importantes e imprescindíveis refluxos à terra de partida.